

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO**

**“AINDA PRECISAMOS AVANÇAR”: OS SENTIDOS PRODUZIDOS POR
TRABALHADORAS/ES RURAIS SOBRE A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO
EM UM ASSENTAMENTO COLETIVO DO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) EM SC**

FLORIANÓPOLIS

2004

GIOVANA ILKA JACINTO SALVARO

**“AINDA PRECISAMOS AVANÇAR”: OS SENTIDOS PRODUZIDOS POR
TRABALHADORAS/ES RURAIS SOBRE A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO
EM UM ASSENTAMENTO COLETIVO DO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) EM SC**

**Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de mestre em
Psicologia, Programa de Pós-Graduação
em Psicologia, Curso de Mestrado,
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
da UFSC.**

**Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mara Coelho de
Souza Lago**

FLORIANÓPOLIS

2004

Dedico este estudo aos meus primeiros incentivadores:

À minha avó Rosa, mulher de fibra, que acolheu-me como filha e ensinou-me desde muito cedo os sentidos de estudar, mesmo tendo sido privada de freqüentar uma escola.

Ao meu marido Cleber, pelo nosso amor, pelo companheirismo e por acreditar nos meus, nos seus e nos nossos sonhos

Ao meu Pai, presença constante e inspiração de vida.

Às trabalhadoras e trabalhadores rurais, sentidos de luta e coragem, que despertaram-me interesse, respeito e admiração.

AGRADECIMENTOS

A realização deste estudo só foi possível porque eu não estava sozinha. Mesmo correndo o risco de esquecer de mencionar algumas pessoas queridas, quero manifestar meus agradecimentos.

Às trabalhadoras e trabalhadores rurais do assentamento Sepé Tiaraju, por acolherem-me em suas casas e partilharem suas histórias de trabalho.

À minha orientadora, Mara Coelho de Souza Lago, pelo modo competente e carinhoso que conduziu cada orientação, mostrando-me um caminho de pesquisa emocionante e gratificante a cada momento.

À professora Maria Juracy Filgueiras Toneli, coordenadora do mestrado, pela dedicação, pelo carinho e por suas valiosas contribuições na elaboração do projeto de pesquisa, bem como em toda minha trajetória pelo programa de mestrado.

À professora Andréa Vieira Zanella, por possibilitar-me o acesso à teoria de Vygotski e por suas fundamentais contribuições na elaboração do projeto de pesquisa

Ao professor Kleber Prado Filho, pelas intermináveis e fascinantes discussões epistemológicas.

À professora Maria Ignez Silveira Paulilo, por suas importantes contribuições no projeto de qualificação.

À professora Maria José Reis, pelas discussões na disciplina de antropologia cultural, por sua leitura e importantes contribuições na elaboração escrita deste estudo.

À professora Alícia N. G. Castells, pelas discussões na disciplina de antropologia cultural e, especialmente, por ensinar-me a relativizar.

Ao professor Pedro de Souza, pela disciplina de análise do discurso e por, pacientemente, ensinar-me que não existem “regras” quando se trata de produção de sentidos e significados.

Às funcionárias e ao bolsista da Secretaria da Pós-Graduação em Psicologia, Janete, Arlete e Cristiano, pela dedicação e pelo auxílio durante a minha trajetória pelo programa

À amiga Sônia, que carinhosamente acolheu-me em sua casa durante o primeiro ano do mestrado. Por nossas valiosas conversas e por seu companheirismo sem limites estaduais.

À amiga e “irmã de orientação” Adriana, pelo seu carinho e bom humor, que alegraram nossas idas e vindas.

Às amigas do programa de mestrado Carolina, Luciana, Isabel, Silvana, Vânia, Fabíola, Renata, Jaqueline, Gizelle e Gisele, pelos encontros produtivos e descontraídos, fundamentais para diminuir a ansiedade.

À amiga Lúcia Helena, por nossa amizade suave, pelas contribuições fundamentais e por apresentar o PRONERA como uma mediação possível para a realização deste estudo.

Às amigas Alessandra, Ellen e Natacha, com as quais dividi a casa e os sonhos.

Às amigas do PRONERA, Ana Paula, Leyli, Simoni e Ivana, pelo carinho.

À professora Sonia Beltrame, coordenadora do PRONERA/UFSC/CED em 2001/2, pelo acolhimento do projeto de pesquisa e oportunidades oferecidas.

À Sônia Rodrigues, coordenadora da EJA/MST, pelas contribuições e viabilização deste estudo junto ao assentamento e ao MST.

Ao amigo Mário Resende, pelo incentivo bem humorado e por sua contribuição na produção deste estudo.

À amiga Daiani, parceira de longa data, por nossa amizade e trabalho conjunto.

À amiga professora Maria Luíza, pelas contribuições valiosas à escrita deste estudo, especialmente por seu carinho e dedicação desde a minha graduação em psicologia.

À Maria Luíza Vieira Santos, por ajudar-me a atribuir outros sentidos à minha história.

A toda minha família, amigas e amigos, pelo apoio e incentivo.

À CAPES, pela concessão de uma bolsa de estudos.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	ix
RESUMO	x
ABSTRACT	xi
INTRODUÇÃO	1
<i>Considerações iniciais sobre a temática investigada.....</i>	<i>1</i>
<i>Considerações sobre a organização e apresentação do estudo.....</i>	<i>7</i>
<i>Considerações sobre a pesquisa bibliográfica exploratória: uma viagem virtual pelo Banco de Teses da CAPES</i>	<i>8</i>
1. O CAMINHO DE PESQUISA.....	16
<i>1.1. O caminho percorrido rumo ao campo de pesquisa</i>	<i>17</i>
<i>1.2. O desdobramento da pesquisa de campo: as/os informantes</i>	<i>25</i>
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	33
<i>2.1. Constituição do sujeito em Vygotski: algumas questões sobre o processo de produção de significados e de sentidos</i>	<i>33</i>
<i>2.2. Gênero como categoria de análise da divisão sexual do trabalho: articulações com o trabalho rural</i>	<i>39</i>
3. ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJU: OS FIOS QUE TRAMAM SUA HISTÓRIA, AS ASSENTADAS E ASSENTADOS	55
<i>3.1. As origens do assentamento: a ocupação e o acampamento</i>	<i>56</i>
<i>3.2. A construção e a organização espacial e social do assentamento</i>	<i>73</i>

3.2.1. <i>As moradias</i>	78
3.2.2. <i>As assentadas e os assentados</i>	86
4. VIDAS QUE CONSTITUEM TRABALHO E TRABALHO QUE CONSTITUI VIDAS: AS RELAÇÕES DE GÊNERO NESSA INTERFACE	97
4.1. <i>O trabalho coletivo e os modos de vida de trabalhadoras e trabalhadores rurais</i> ...	100
4.2. <i>A direção, os setores, os núcleos: a organização do trabalho coletivo</i>	106
4.3. <i>A organização/divisão sexual do trabalho: direção, setores e núcleos</i>	115
4.4. <i>A organização/divisão sexual do trabalho: o trabalho doméstico</i>	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	166
LISTA DE BIBLIOGRAFIAS REFERENTES À PESQUISA EXPLORATÓRIA NO BANCO DE TESES DA CAPES.....	173
ANEXOS.....	183

LISTA DE FIGURAS

Tabela 01 –Instituições e número de resumos analisados – Período (1987-2001).....	10
Tabela 02 – Números de resumos analisados, por ano e temáticas centrais destacadas nas pesquisas	11
Foto 01 – Barracos do “tempo do acampamento”, mantidos pelas/os assentadas/os.....	66
Foto 02 – Vista parcial da agrovila e do campo de futebol	76
Foto 03 – A escola do assentamento “...um dia de aula”	77
Foto 04 – “O espaço da festa”	77
Foto 05 – A agrovila	79
Foto 06 – Setor da lavoura – colheita da soja.....	131
Foto 07 – Setor da subsistência – horta comunitária	137
Foto 08 – Secagem do açude	137
Foto 09 – Setor de gado – trabalho de ordenha	139
Foto 10 – Setor social – pintura das casas	146
Foto 11 – Setor de gado e subsistência – abate de animais	149

Salvaro, Giovana Ilka Jacinto. “Ainda precisamos avançar”: os sentidos produzidos por trabalhadoras/es rurais sobre a divisão sexual do trabalho em um assentamento coletivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em SC. Florianópolis, 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Curso de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Mara Coelho de Souza Lago

RESUMO

As relações de gênero e trabalho, produtoras de significados e sentidos, em seu duplo referencial constituinte e constituidor, produzem sujeitos e modos de vida. A articulação destas relações produz desdobramentos que remetem à divisão sexual do trabalho, foco deste estudo. Fundamentado em concepções da psicologia histórico-cultural, fundada em Vygotski, este estudo buscou analisar os sentidos produzidos por trabalhadoras/es rurais sobre a divisão sexual do trabalho em um assentamento coletivo do MST, movimento que defende objetivos amplos de transformação da sociedade, que incluem, por sua vez, mudanças nas relações de gênero. A pesquisa foi realizada em um assentamento coletivo, localizado no município de Campos Novos, em Santa Catarina. Na realização do trabalho de campo, foi utilizado, como modelo, o método etnográfico da pesquisa antropológica. Como procedimentos de coleta das informações, foram realizadas entrevistas abertas e gravadas, com mulheres e homens assentados, observando e participando de atividades no assentamento, onde os sujeitos seguem as diretrizes de trabalho coletivo, sugeridas pelo MST. Além disso, buscam organizar e dividir o trabalho a partir dos objetivos do setor de gênero do movimento. Por conta da coletivização da terra e do trabalho, mudanças significativas ocorreram. Algumas delas dizem respeito ao modo como o trabalho estava organizado nas famílias. No assentamento estudado, todas as atividades laborais passam a ser responsabilidade de todas as famílias. Com isso, a divisão sexual do trabalho sofre modificações e algumas das atividades atribuídas historicamente às mulheres e aos homens são redefinidas. Outros trabalhos, no entanto, reproduzem-se no assentamento a partir de padrões relacionais fixos, os quais naturalizam atribuições femininas e masculinas. Com relação a esta organização/divisão do trabalho, os relatos sugerem que ainda é necessário “avançar nas questões de gênero”.

Palavras-chave: gênero; trabalhadoras/es rurais assentados; assentamento coletivo; MST; divisão sexual do trabalho.

ABSTRACT

Gender and work relations, which produce meanings and senses in their double constituent and constitutive referentials, yield subjects and ways of life. The articulation of these relations aspects yields developments that address the sexual division of labor, which is the aim of this study. Grounded on historical-cultural psychology concepts, based on Vygotski, this study aimed to analyze the meanings produced by peasants about the sexual division of labor in a Landless Workers' Movement (MST) settlement. This movement defends broad aims of transformation of society, which include changes in gender relations. The research was carried out in a settlement situated in the city of Campos Novos, in the state of Santa Catarina. During field work the model used was the ethnographic anthropological research method. Open recorded interviews were carried out for data collection with men and women from the settlement, observing and participating in the activities done in the settlement, where subjects follow the guidelines of collective work, as suggested by the MST. Besides, the subjects aim to organize and divide labor based on the objectives of the type of productive sector in the movement. Due to the operation of the land and work as a collective enterprise, major changes have taken place. Some of them refer to the way labor was organized in the families. In the settlement studied, all work activities have turned into all the families' responsibility. As a consequence, sexual division of labor is altered and some of the tasks historically attributed to women and men are redefined. However, other tasks are reproduced in the settlement from fixed relational patterns, which make feminine and masculine attributions natural. With regards to this organization/division of labor, findings suggest that "progress in gender relations" is still needed.

Key words: gender; peasants in settlements; collective settlement; MST; sexual division of labor

INTRODUÇÃO

Considerações iniciais sobre a temática investigada

O mundo do trabalho mostra-se como uma temática de estudo que suscita grande interesse por parte de diversas áreas do conhecimento. O que se pode perceber no contexto capitalista contemporâneo, como resultado de intensas transformações sociais, é a visível reprodução das diferenças sociais de classe, evidenciadas pelo crescimento significativo da marginalização de parcelas da população que se encontram fora do sistema formal de produção, muitas vezes, também sem trabalho informal, sem renda, sem terra e sem mínimas condições de manter a própria sobrevivência.

Homens e mulheres, como ressaltam Marx e Engels (1996), fazem-se humanos pelo trabalho e, ao mesmo tempo, produzem a realidade social e histórica. Apoiada no pressuposto marxista, a psicologia histórico-cultural, fundada por Vygotski, compreende que o ser humano é produto de sua própria atividade e se constitui nas e pelas relações sociais, apropriando-se dos significados produzidos por suas ações e interações na realidade, num processo histórico e dialético. O trabalho engendra sujeitos e modos de vida.

O que se pode observar é que o trabalho, constituinte fundamental do sujeito, no modo de produção capitalista, produz desigualdades de classe. A questão do trabalho, no entanto, não se constitui apenas pela temática classe, mas é atravessada por relações de gênero, étnicas, de geração, entre outras. Neste estudo, meu interesse recai especialmente sobre a temática trabalho articulada a gênero. Gênero referido ao discurso da diferença dos sexos que, segundo Joan Scott,

... não se refere apenas às idéias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas quotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido dessa realidade (Scott in Grossi, Heilborn & Rial, 1998, p. 115).

Gênero como categoria de análise, portanto, assenta em bases sócio-culturais e históricas as desigualdades entre masculinidades e feminilidades, questionando as concepções essencialistas, responsáveis por naturalizações das diferenças, fundadas no sexo biológico. A articulação entre relações de trabalho e de gênero, destaca Fonseca (2000), possibilita a ressignificação do conceito de força de trabalho e um reconhecimento de que o capital dialoga com os gêneros feminino e masculino para discriminar mão-de-obra ideal para cada posto de trabalho e generificar ocupações. Isso implica dizer que pensar as relações de trabalho sem as implicações de gênero pode significar uma abstração⁰¹.

Evidencia-se, com isso, que no mundo do trabalho há uma divisão sexual, apoiada em pressupostos orientados por significações socialmente construídas, envolvendo o que é considerado culturalmente feminino e masculino. Souza Lobo (1991) contribui para essa discussão, ressaltando que pensar a problemática da divisão sexual do trabalho no contexto capitalista, implica considerar dois pontos. O primeiro remete à noção de que há duas esferas sociais distintas e, ao mesmo tempo, interrelacionadas, que se constituem pela produção social de bens mercantis e reprodução dos seres humanos. O segundo ponto refere-se ao fato de que a assimetria produção/reprodução, presente na divisão sexual do trabalho, orienta as relações entre os sexos nos demais espaços sociais.

Tudo parece indicar que não existem fatores naturais, inerentes ou lógicos que instituem a divisão sexual do trabalho, mas que existe uma construção social de práticas e relações de trabalho, cuja coerência reside na articulação, muitas vezes simbólica, de vários fatores (Souza Lobo, 1991, p. 148).

O que se pode perceber, a partir disso, é que as relações de trabalho e suas articulações com as relações de gênero não são lineares e determinadas, mas se constituem como um processo complexo e multideterminado. Nesta perspectiva, não buscando relações lineares, ou a transposição das significações produzidas sobre a divisão sexual do trabalho urbano para o trabalho rural, pode-se pensar algumas semelhanças entre ambos. Pode-se pensar, ainda, de

⁰¹ Scott (1990) ressalta que relações de gênero, de classe, étnicas, entre outras, articulam-se entre si.

que forma se configura a divisão sexual do trabalho em produções individuais e coletivas de trabalho rural, como, por exemplo, assentamentos, cooperativas e associações rurais.

Essas questões que envolvem relações de trabalho, relações de gênero e produções individuais e coletivas de trabalho rural, foram suscitadas a partir do contato com sujeitos residentes em um assentamento coletivo organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em pesquisa que realizei para elaboração de trabalho de conclusão do curso de graduação em Psicologia, no ano de 2000. Foram pensadas especialmente ao se conhecer os objetivos elaborados pelo MST, que visam a transformações amplas na sociedade, tanto no que se refere às relações sociais de trabalho, quanto às relações de gênero. O que me chamou a atenção naquele momento foi o fato de que o MST se configura no cenário nacional como um movimento reivindicatório, que trata da exclusão dos trabalhadores rurais sem terra das condições de produção, das desigualdades de classe e também defende objetivos referentes à participação igualitária das mulheres⁰².

O MST é considerado um movimento social de massas, de caráter sindical, popular e político, cuja principal base são os camponeses sem terra: sindical, por lutar para resolver o problema econômico das famílias; popular, porque possibilita a participação de várias categorias de cidadãos na luta por reivindicações populares; político, porque contribui para mudanças sociais³. É um movimento social que defende objetivos de luta pela terra, pela reforma agrária e por mudanças na sociedade. Esses objetivos, especificamente, compreendem:

- 1) construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tenha supremacia sobre o capital;
- 2) a terra é um bem de todos, e deve estar a serviço de toda a sociedade;
- 3) garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas;
- 4) buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais;
- 5) difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais;
- 6) combater

⁰² O MST conta com um setor de gênero, o qual defende objetivos gerais e específicos que visam a construção de “novas relações de gênero”.

³ Stédile, J. P. & Frei Sérgio (1996).

todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher (Fernandes, 1996, p. 81)⁴.

Em função desses objetivos serem orientados para a transformação de valores capitalistas em valores socialistas, o MST, segundo Stédile & Frei Sérgio (1996), incentiva formas associativas e cooperativas de produção após a conquista da terra, fato que é justificado pela necessidade fundamental da ação coletiva para a viabilização de subsistência digna para as famílias rurais. Nesse sentido, nos assentamentos coletivos podem ser evidenciadas peculiaridades, pois além de se organizarem em torno de modos coletivos de produção, são caracterizados também pela não divisão da área total de terra em terrenos, isto é, pela coletivação da terra. Pode-se dizer que esses assentamentos são pautados em ideais de coletivismo, que, em tese, não contemplam desigualdades e segregações entre os assentados, sejam eles homens ou mulheres, velhos, jovens, crianças, etc. Em síntese, os objetivos do MST versam sobre a transformação de valores tradicionais individualistas e de desigualdades, em valores coletivistas e de igualdades. Oferecem, portanto, possibilidades para a transformação de segregações e desigualdades sociais entre os sujeitos.

Dessa forma, observa-se que mudanças sociais podem ser engendradas pelos movimentos. Afinal, os movimentos sociais são definidos como ações grupais, orientadas por determinados objetivos, que visam à transformação social. Transformações estas que são visualizadas a partir de uma realidade de exclusão social, como é o caso do MST, movimento social de caráter reivindicatório. Pode-se pensar, então, que a adesão do sujeito ao MST oferece possibilidades de transformações quanto às questões referentes às desigualdades sociais de classe. Mas, no que se refere às questões de gênero, quais transformações são produzidas?

Pinto (1992) faz uma análise dos movimentos sociais como espaços privilegiados das mulheres como sujeitos políticos, argumentando que a visibilidade feminina se dá por se tratar de uma relação que ocorre na esfera pública. Pontua que o movimento feminista não é o único local de explicitação das relações de poder contidas nas relações de gênero, sendo que os

⁴ MST (1995a). Programa de Reforma Agrária. Cadernos de Formação. N° 23. São Paulo: Citado por Fernandes, Bernardo M. (1996). Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Formação e Territorialização em São Paulo. São Paulo: Hucitec.

Sobre os objetivos do MST, ver também: www.mst.org.br ; Morissawa (2001). A história da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular.

movimentos sociais de caráter popular podem ser também locais de práticas de resistência à desigualdade.

Sobre essas discussões que envolvem a participação das mulheres em movimentos sociais e a intensificação da luta pela igualdade de direitos entre os gêneros, questões foram levantadas na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, China, em 1995. Com relação à situação da mulher no Brasil, no relatório da Conferência, publicado pela FIOCRUZ, em 1996, o tópico sobre as “Estratégias e Perspectivas Futuras” apresenta um diagnóstico que revela a persistência de desigualdades em função do gênero, responsáveis pela segregação feminina em diferentes áreas, bem como por restrições a sua participação. Esse diagnóstico brasileiro, de acordo com o relatório, é comum a outros países, em muito aspectos. Frente a ele, o relatório mostra ainda que as estratégias, a fim de reverter tal situação, devem visar “a plena cidadania feminina, em termos nacionais e internacionais, reconhecendo-se que as satisfações das necessidades econômicas, sociais e culturais específicas da mulher só serão alcançadas mediante sua incorporação ativa nos processos de decisão” (p. 343).

Na consulta a trabalhos em bases de dados (UFSC, USP, PUC/SP) e, especificamente, analisando os resumos de dissertações e teses que integram o Banco de Teses da Capes, verifiquei 91 trabalhos que tratam de questões diversas envolvendo o MST⁵. No entanto, a articulação entre relações de gênero, divisão sexual do trabalho, assentamentos rurais e MST é um tema pouco privilegiado nesses estudos. Dos trabalhos que trazem como tema essa articulação, localizei quatro dissertações⁶ que envolvem pesquisas em acampamentos e assentamentos dos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraíba. Localizei um livro, das

⁵Informações apresentadas no tópico: *Considerações sobre a pesquisa bibliográfica exploratória: uma viagem virtual pelo Banco de Teses da CAPES.*

⁶ (1) Lechat, N. M. P. (1993). A questão de gênero no movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST): estudo de dois assentamentos no Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas: São Paulo.

(2) Melo, D. M. (2001) A construção da subjetividade de mulheres assentadas pelo MST. Piracicaba – SP. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Campinas: São Paulo.

(3) Pavan, D. (1998). As Marias Sem-Terras – Trajetória e experiências de vida de mulheres assentadas em Promissão –SP. Dissertação de mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo.

(4) Gaião, R. (2001) Negócio de Acampar pra Pegar Terra é pra Cabra Macho: A construção social do lugar de militância política no MST: uma discussão de gênero. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa. .

autoras Maria das Graças Rua e Miriam Abramovay⁷, constituído por pesquisas realizadas em assentamentos rurais localizados nos estados da Bahia, Ceará, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo, que evidenciam as assimetrias presentes nas relações de gênero, no que se refere à educação, sexualidade, saúde reprodutiva, trabalho feminino, titulação da terra, entre outras temáticas. Em leituras posteriores, localizei uma tese de doutorado, defendida no ano de 2003, que trata de estudos realizados em acampamentos e assentamentos do MST em Santa Catarina, sobre a temática relações de gênero e subjetividade⁸.

Observei que é crescente o interesse de diversas áreas do conhecimento que estão desenvolvendo estudos sobre a situação feminina na sociedade, por meio de realidades que evidenciam desigualdades e segregações orientadas por um modelo de superioridade masculina. Percebe-se a contribuição fundamental à promoção de visibilidade e reconhecimento de tais desigualdades de gênero, mas considero interessante, no caso deste estudo, por se tratar de uma pesquisa em psicologia, perguntar aos sujeitos quais são os sentidos que estes produzem sobre suas próprias condições de vida.

Na presente pesquisa busquei articular as relações de trabalho e de gênero no contexto de um assentamento coletivo e, especificamente, perguntar: Quais os sentidos produzidos por trabalhadoras/es rurais sobre a divisão sexual do trabalho em um assentamento coletivo organizado pelo MST?

Realizei a pesquisa de campo no assentamento Sepé Tiaraju, localizado no município de Campos Novos, em Santa Catarina, organizado em torno de um grupo de trabalho. A escolha por esse assentamento não foi aleatória, mas se apresentou como “resultado” de um processo de construção de um caminho de pesquisa, que teve início em novembro de 2002, quando comecei a participar de algumas das atividades promovidas pelo Centro de Ciências da Educação (CED) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), junto ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Tendo em vista a pergunta proposta, um objetivo geral e outros mais específicos nortearam esta pesquisa:

⁷ Rua & Abramovay (2000) Companheiras de luta ou “coordenadoras de painéis”? As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO.

Objetivo geral:

- Investigar os sentidos produzidos por mulheres e homens trabalhadores rurais sobre a divisão sexual do trabalho em um assentamento coletivo organizado pelo MST.

Objetivos específicos:

- Analisar como ocorre a divisão sexual do trabalho no assentamento;
- Analisar, na realidade do assentamento coletivo, se ocorre e como ocorre a viabilização do objetivo explicitado no Programa do MST, que defende a participação igualitária das mulheres;
- Analisar o modo como as mulheres significam sua relação com as esferas privada e pública, nas decisões que envolvem o cotidiano do assentamento.

Considerações sobre a organização e apresentação do estudo

Este estudo foi organizado em quatro capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “O caminho de pesquisa”, refere-se aos pressupostos metodológicos que pautaram o estudo, bem como à construção desse caminho, seus desdobramentos em campo e a relação que se estabeleceu entre pesquisadora e pesquisados. Cabe ressaltar que, no trabalho de campo, verifiquei que estava, em muitos casos, diante de uma segunda geração de assentados.

O segundo capítulo, intitulado “Os pressupostos teóricos”, apresenta as principais idéias que permeiam a constituição do sujeito em Vygostski e algumas das discussões referentes à construção do gênero como categoria de análise da divisão sexual do trabalho e suas articulações com o trabalho rural. Cabe esclarecer que esses pressupostos apresentam apenas algumas das “categorias” que considero centrais neste estudo, o que implica dizer que outras, que também considero importantes, perpassam os demais capítulos e são teoricamente explicitadas à medida que são analisadas e discutidas. A apresentação do segundo capítulo, assim como partes das considerações que desenvolvo nesta introdução, foram mantidas desde a elaboração do projeto de pesquisa, pois são reflexões datadas que evidenciam, juntamente com as demais, o modo como este estudo foi sendo construído.

⁸ Silva, Cristiani B. (2003). As fissuras na construção do “novo homem” e da “nova mulher” – Relações de gênero e subjetividades no devir MST – 1979-2000. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

O terceiro capítulo, intitulado “O assentamento Sepé Tiaraju: os fios que tramam sua história, as assentadas e os assentados”, em consonância com os pressupostos da psicologia histórico-cultural, apresenta o locus das relações sociais constituídas pelos e constituidoras dos sujeitos investigados. Especificamente, destaca as origens do assentamento, sua construção e organização espacial/social e apresenta as/os trabalhadoras/es rurais investigadas/os.

“Vidas que constituem trabalho e trabalho que constitui vidas: as relações de gênero nessa interface”, é o título do quarto capítulo, no qual busquei, de forma mais específica, por meio dos relatos das/os informantes, pelo intrelaçar de suas vozes, tramar a análise das relações de trabalho e gênero no assentamento, buscando direcionar o foco para a produção de sentidos acerca da divisão sexual do trabalho e da constituição dos sujeitos.

Muitas foram as questões que se apresentaram durante a produção dos capítulos. Algumas foram explicitadas e discutidas, outras, nem tanto, outras ainda não foram nem tocadas, tendo em vista as limitações inerentes à interdisciplinaridade da temática de estudo, a qual demandou dialogar com autores de diferentes áreas do conhecimento, com muitos dos quais, tenho clareza, fiz apenas frágeis aproximações.

Antes de encerrar esta introdução, apresentarei algumas considerações sobre a pesquisa bibliográfica exploratória que realizei no Banco de Teses da Capes, as quais sugerem o interesse que o MST suscita no meio acadêmico.

Considerações sobre a pesquisa bibliográfica exploratória: uma viagem virtual pelo Banco de Teses da CAPES

Em pesquisa bibliográfica no Banco de Teses da CAPES¹⁰, com o objetivo de localizar trabalhos acadêmicos que tratassem de temáticas que envolvem relações de gênero em assentamentos rurais organizados pelo MST, e que pudessem contribuir na elaboração do meu projeto de dissertação, algumas questões se destacaram. Antes de discutir essas questões, cabe ressaltar que a escolha por essa base de dados ocorreu em função de ter observado que alguns livros e artigos, que trazem discussões sobre o MST, eram originários de dissertações de mestrado e teses de doutorado. Nesse sentido, pareceu ser interessante localizar essas fontes

¹⁰ Pesquisa realizada em agosto de 2002.

primárias, para uma possível leitura dos trabalhos na sua íntegra, pois esse portal apresenta estudos produzidos por pesquisadores de diversas universidades brasileiras, com exibição dos resumos e das bibliotecas depositárias. Além disso, a escolha foi norteadada pela opção de revisão apenas no contexto brasileiro, pelo difícil acesso aos trabalhos produzidos no exterior.

Essa viagem virtual pelo Banco de Teses teve início com a digitação das palavras-chave *relações de gênero - MST, trabalhadores rurais - divisão sexual do trabalho, relações de gênero - trabalho agrícola, trabalhadora rural - MST*, no período entre 1987 e 2001¹¹. Com esses jogos de palavras, escassas referências foram localizadas. Optei, então, por utilizar como palavras-chave o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST*, de forma mais ampla, na expectativa de localizar, por meio da leitura dos resumos, de forma indireta, possíveis articulações com as temáticas. Com essa estratégia, diversos temas de investigação foram localizados, mas não apresentavam, além dos trabalhos anteriormente citados, questões referentes às relações de gênero no contexto solicitado. Entretanto, com a leitura desses resumos e com a quantidade (trinta dissertações e teses localizadas com uma única seleção de palavras), “comprovou-se” o que já se imaginava: os interesses que o MST suscita no meio acadêmico são bastante significativos. Em função dessa visibilidade do MST, pensei ser importante, além de continuar a busca por pesquisas que trouxessem como tema central as questões de gênero, articular também outras palavras-chave, a fim de conhecer algumas¹² das temáticas que orientaram as produções acadêmicas sobre este Movimento.

Nesse sentido, com o objetivo de tecer algumas discussões sobre as questões suscitadas por esta revisão e para uma visualização das informações em discussão, foram elaboradas duas tabelas.

A tabela 1 refere-se à relação das instituições, nível dos programas de pós-graduação (mestrado/doutorado) e do número de resumos analisados. Inicialmente, o que se pôde observar com essa breve descrição foi que, em um total de 91 trabalhos produzidos no período de 1987 a 2001, há interesse de muitos programas de pós-graduação pelo movimento; é uma temática que atravessa muitos campos do conhecimento, distribuídos em 29 universidades, localizadas em vários estados brasileiros. Isso evidencia que as pesquisas realizadas sobre o

¹¹ Período disponível no Banco de Teses na época da pesquisa.

¹² Diz-se algumas das temáticas, porque não se tem a pretensão de ter “capturado”, com as articulações de palavras-chave, todas as pesquisas realizadas sobre o MST que integram a Base de Dados.

MST oferecem uma realidade repleta de recortes, direcionados não apenas pelos muitos olhares teórico-metodológicos que norteiam a produção de conhecimento, mas também pelas especificidades de cada disciplina. Elas possibilitam, portanto, um amplo panorama de discussões em torno de questões sociológicas, históricas, pedagógicas, psicológicas, administrativas, ecológicas, entre outras.

Tabela 1

Instituições e número de resumos analisados – Período (1987-2001)

Instituições **	Número de Resumos
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	1
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	6
Universidade de Brasília	4
Universidade Estadual de Campinas	7
Universidade Estadual de Maringá	1
Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita/Assis	2
Universidade do Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/PR. Prudente	1
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	1
Universidade Federal da Bahia	2
Universidade Federal do Ceará	2
Universidade Federal do Espírito Santo	1
Universidade Federal Fluminense	1
Universidade Federal de Mato Grosso	1
Universidade Federal de Minas Gerais	1
Universidade Federal do Pará	1
Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa	7
Universidade Federal do Paraná	4
Universidade Federal de Pelotas	1
Universidade Federal de Pernambuco	5
Universidade Federal do Rio de Janeiro	1
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	6
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	5
Universidade Federal de Santa Catarina	11
Universidade Federal de Santa Maria	2

Universidade Federal de São Carlos		1
Universidade Federal de Viçosa		2
Universidade de São Paulo		11
Total	29	91

Fonte: Banco de teses – CAPES (www.periodicos.capes.gov.br)

**Programas de pós-graduação – mestrado e doutorado: Administração, Administração Rural e Comunicação Rural, Antropologia, Antropologia Social, Agroecossistemas, Ciências da Computação, Ciências da Informação, Ciências Políticas, Ciências Sociais, Ciências Sociais/Desenvolvimento Regional, Comunicação, Comunicação e Cultura Contemporânea, Desenvolvimento/agricultura/sociedade, Direito, Economia, Educação, Engenharia Agrícola, Extensão Rural, Geografia, Geografia Humana, História, Letras, Língua Portuguesa, Psicologia, Psicologia Social, Política Social, Sociologia, Sociologia Política.

Tabela 02

Número de resumos analisados, por ano e temáticas centrais destacadas nas pesquisas*

Ano	Resumos	Temáticas**
1987	1	MST: um novo movimento social e análise das primeiras ocupações de terra
1988	3	Surgimento do MST no contexto de exclusão social – processo educativo da luta política na conquista da terra - famílias assentadas a partir da organização do MST
1989	2	Emergência do MST no cenário político - organização da prática social e econômica em assentamentos rurais da reforma agrária
1990	1	Trajetória das ocupações e assentamentos rurais e organização de unidades de produção
1992	3	Cooperação agrícola em assentamentos rurais – alianças e conflitos nas mediações políticas - mecanismos que interferem nas práticas agrícolas cooperadas
1993	1	Relações de Gênero no MST
1994	2	Gênese e formação do MST no cenário político - trajetórias e identidade
1995	3	Ação coletiva como alternativa para mudanças sociais - processo educativo - emergência do MST
1996	4	Discurso sobre o MST nos jornais - luta pela terra – organização de movimentos sociais no campo - organização da produção e do trabalho através da proposta do cooperativismo
1997	3	Processo constitutivo de assentamentos - luta por escolas nos assentamentos – proposta pedagógica do MST e cotidiano da escola do assentamento
1998	8	Consciência de classe - cooperativas de produção agropecuárias – desempenho sócio-econômico dos assentamentos- práticas educativas - práticas cotidianas em acampamentos e produção de subjetividades - experiências vividas por mulheres trabalhadoras rurais em assentamentos

1999	14	História do MST - formação e Territorialização do Movimento - luta pela Terra e pela reforma agrária - escola - contradições entre as formas de organização tradicionais e novas no interior do MST – rádios comunitárias e movimentos sociais - reconstrução da condição camponesa nos assentamentos - aspectos materiais e simbólicos nas relações sociais/poder nos acampamentos - práticas informacionais - discurso sobre o MST veiculado pela mídia televisiva - jornal sem terra - etnografia da Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça
2000	16	Assentamento e meio ambiente - desejo de aprender de camponeses e camponesas do MST – processo de constituição e desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva - organizações em torno de ações coletivas - proposta pedagógica - educação de jovens e adultos e identidade coletiva - relação assentados e representantes políticos locais - assentamentos e ethos valorativo que orienta as ações/sociedade tradicional/valores socialistas - desenvolvimento político-pedagógico da proposta de educação do MST - manifestações artísticas do MST/músicas – processos psicossociais que mobilizam a luta pela terra – movimento político como protagonista de telenovela
2001	30	Militância política e relações de Gênero – cooperação e educação – experiências educativas vividas por crianças em acampamentos - propostas educativas para os acampamentos e assentamentos – MST e a estrutura jurídico-agrária - comportamento sócio-político no interior do MST - projeto ético-político – suporte discursivo de sustentação do MST – produção musical - construção da identidade de acadêmicos do MST – MST: produto da exclusão social – deficiência física na área rural - projeto ideológico-político do MST - dimensão subjetiva (inconsciente) na luta pela terra - linguagem jornalista que aborda o MST - subjetividade e relações de gênero como elementos para analisar as ações do MST - cooperação como estratégia organizacional - organização dos trabalhadores após a conquista da terra/assentamentos - propostas de reforma agrária - trabalho cooperado como princípio educativo - MST como ator político - estudo etnográfico da construção social do espaço cotidiano do MST

Fonte: Banco de teses – CAPES (www.periodicos.capes.gov.br)

* Temáticas apresentadas nos resumos das pesquisas.

** Estados apresentados nos resumos como fontes de pesquisa: Ceará, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

Na tabela 2, os resumos analisados foram sistematizados, agrupados por ano e por temáticas centrais estudadas. Algumas dessas temáticas se repetem com frequência em determinados períodos. Faz-se necessário, contudo, ressaltar que, por se tratar da análise de

resumos para identificar temáticas centrais que norteiam os trabalhos, as articulações entre resumos aqui tecidas representam apenas reflexões embrionárias, apoiadas em informações sintetizadas. Como se pontuou anteriormente, essas pesquisas são produtos de diversas áreas do conhecimento e tratam tanto de estudos micropolíticos, que analisam o cotidiano dos sujeitos nos acampamentos e assentamentos do MST, como de análises do movimento no cenário macropolítico. No entanto, não podem ser apontadas como análises estanques, pois é visível a articulação de estudos macropolíticos e micropolíticos numa mesma investigação, o que não é estranho, considerando que os aspectos macro e micropolíticos fazem parte de uma mesma realidade e, neste caso, independente do recorte de pesquisa, seria interessante que os estudos não desconsiderassem essa articulação.

O período de pesquisas sobre o MST, aqui registradas, situa-se entre 1987 e 2001. De acordo com alguns autores¹³, o MST foi fundado oficialmente em 1984, no 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em Cascavel, PR. Nesse sentido, pode-se observar que as quatro primeiras pesquisas produzidas, datadas de 1987, 1988 e 1989, trazem como temáticas centrais a emergência do MST no cenário político nacional, suas características enquanto um novo movimento social, as primeiras ocupações e as estratégias educativas e políticas de luta para se chegar à posse da terra. Percebe-se, também, o interesse pelas formas como ocorrem as organizações das práticas sociais e econômicas nos assentamentos, local em que se concretizou a luta pela terra. A contribuição desses estudos parece residir na promoção de visibilidade do MST enquanto movimento social unificado¹⁴.

No período de 1990 a 1999, foram localizados 40 estudos, que tratam da origem do movimento e sua trajetória, das formas de organização interna dos assentamentos, incluindo as formas de produção coletiva, mediadas pelas cooperativas e associações. As leituras sobre os aspectos sociais e políticos das lutas travadas pelo movimento e o cotidiano dos assentamentos foram intensificadas, de modo que as temáticas referentes às ações coletivas, que orientam as práticas de produção cooperativistas e outras formas de organização coletiva, começam a ser

¹³ Stédile, J. P. & Frei Sérgio (1996). A luta pela terra no Brasil. 3º ed. São Paulo: Scritta.

Fernandes (2000). A Formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes.

¹⁴ O MST representa a unificação de diversos Movimentos de atuação localizada, que se articularam em 1984. Como ressaltam Stédile e Frei Sérgio (1996), “como resultado dessa articulação das várias lutas que estavam acontecendo, realizou-se em janeiro de 1984, em Cascavel (Paraná), o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra. (...) Aí nasceu o Movimento Sem-Terra, como uma articulação dos diversos movimentos que estavam acontecendo a nível localizado. E foi então batizado como Movimento dos Trabalhadores Rurais SemTerra” (p. 30-31)

problematizadas. Estimuladas, talvez, pela fragilidade dos modelos de organizações sociais pautados nos ideais de igualdade e fraternidade, que partem da existência de um sujeito universal. Alguns desses estudos trazem como foco de investigação a análise do movimento produzido pelo próprio movimento, isto é, a apreensão do movimento produzido no cotidiano das relações sociais que constituem as práticas do MST. Nesse cenário, além de um estudo sobre as relações de gênero nos assentamentos, a consciência de classe, a prática pedagógica, a produção de subjetividades, as relações de poder, as produções discursivas sobre o MST, apresentam-se como centralidades de investigação.

No que se refere ao período de 2000 a 2001, é importante ressaltar que foram localizados 46 estudos, o que representa uma produção superior ao período anterior analisado. Mesmo considerando que essas datas estão atreladas à entrega da versão final do estudo, o que visivelmente se observa é que nesses últimos dois anos o MST foi o protagonista de muitas produções acadêmicas. Rastreamento os resumos dessas produções, encontrou-se duas pesquisas sobre as relações de gênero, articuladas ao exercício da militância política e da construção da subjetividade de mulheres em assentamentos. Esses estudos discutem as relações de gênero em assentamentos localizados em São Paulo e Pernambuco e trazem como pano de fundo a bandeira de igualdade entre os sujeitos, homens e mulheres, defendida pelo movimento. Observa-se, também, que as produções desse período colocam como centrais as questões cotidianas que envolvem a trajetória de luta dos sujeitos no contexto dos acampamentos e assentamentos. Cooperação agrícola, proposta pedagógica, projeto ético-político, produção de subjetividades, produção artística, entre outros temas, norteiam esses trabalhos acadêmicos.

Pode-se observar, com a leitura desses resumos, que os recortes de estudo, apesar de tratarem de diferentes questões, desenrolam-se a partir de um fio condutor constituído pelos pressupostos de igualdade e coletividade apresentados como objetivos do MST. As possíveis relações que se estabelecem referem-se ao MST como o espaço onde o novo tem lugar. Os interesses residem, portanto, nas possibilidades que o movimento oferece de construção de uma nova realidade social igualitária, dentro de um velho modelo de sociedade individualista.

Sem pretender ter esgotado a discussão acerca dos estudos realizados sobre o MST, acredito que os desafios que se apresentam, e que os estudos confirmam, residem nas

possibilidades de se analisar o movimento como movimento de sujeitos, que se constituem historicamente a partir das relações que estabelecem uns com os outros. Desse modo, os limites, as possibilidades e as contradições que ocorrem nessa realidade refletem justamente a impossibilidade de se pensar, construir e analisar um movimento a partir da noção de que existem sujeitos universais e imutáveis.

1. O CAMINHO DE PESQUISA

Estudar os sentidos produzidos pelos sujeitos sobre sua própria condição, no que se refere à divisão sexual do trabalho em um assentamento coletivo do MST, na perspectiva de gênero, foi o tema desencadeador desta pesquisa. Para a realização deste estudo, considerando que o método e os procedimentos utilizados em uma pesquisa não podem ser vistos como escolhas aleatórias e descontextualizadas, mas atreladas ao tema e a posição teórica do próprio pesquisador, trabalhei a partir do método etnográfico, no modelo antropológico de pesquisa.

Da Matta (1978) define a antropologia como “...uma ciência interpretativa, destinada antes de tudo a confrontar subjetividades e delas tratar”. Nessa direção a antropologia é a “disciplina onde necessariamente se estabelece uma ponte entre dois universos de significações” (p. 27).

Este estudo fundamentou-se, assim, em pressupostos que adotam uma postura oposta “à visão positivista de objetividade e de separação radical entre sujeito e objeto de pesquisa” (Goldenberg, 2000, p. 19), orientado, por uma postura etnográfica no que se refere ao modo de chegar, interagir e fazer a leitura da realidade, que implicou num envolvimento direto da pesquisadora, urbana de origem, com os sujeitos pesquisados e com o lugar onde trabalham e residem, o meio rural. Especificamente, segui as etapas descritas por Oliveira (2000), constituídas pelo “olhar”, o “ouvir” e o “escrever”. Esse autor argumenta que esses momentos diferenciados da pesquisa são disciplinados pela(s) teoria(s) que orienta(m) o trabalho do pesquisador. Não podem ser considerados como etapas independentes no exercício da investigação, sendo que se complementam, possibilitando, quando articulados, promover o conhecimento da realidade e das suas significações.

O olhar e o ouvir são etapas da investigação de campo que podem ser consideradas preliminares; o escrever é a configuração final desse trabalho. Para refletir sobre essas questões, Oliveira (2000) lança mão das discussões de Clifford Geertz (1988), teórico que considera que a investigação empírica é constituída por dois momentos que definem o olhar e o ouvir como o “estando lá” e o escrever como o “estando aqui”.

Sendo assim, a possibilidade do “estando lá”, a pesquisa de campo propriamente dita, que viabilizou a construção do “estando aqui” (elaboração/interpretação escrita do material obtido no campo), deu-se em função da articulação de várias questões, que descrevo no tópico

abaixo, “o caminho percorrido rumo ao campo de pesquisa”. Ressalto, ainda, que utilizei o modelo etnográfico de pesquisa, orientado pelos pressupostos antropológicos sob os quais ele se desenvolveu, como investigação de campo. Nesse caminho antropológico, no entanto, eu estava disciplinada pela psicologia e nela, pelas teorias que me ofereceram instrumentos para observar e interpretar a realidade humana social.

1.1 O caminho percorrido rumo ao campo de pesquisa

Meus primeiros contatos com alguns assentamentos e acampamentos do MST ocorreram em janeiro de 1999 e fevereiro de 2000, nos quais participei de “estágios de vivências” organizados por alunos e estudantes da UFSC, de diferentes cursos de graduação e pós-graduação. Durante o ano de 2001, não tive contato com o movimento. Em 2002, com o meu ingresso no programa de pós-graduação, e o projeto de desenvolver pesquisa relacionada ao MST, a idéia de renovação de contato com os integrantes do movimento começou a ser pensada. Considerando o foco projetado para a pesquisa, estudo de relações de gênero e trabalho em assentamentos rurais do MST, acreditei ser fundamental conhecer alguns dos sujeitos que residem e trabalham nesses locais e, por meio de conversas exploratórias, perguntar sobre o interesse pela temática e pela possibilidade de realizar o trabalho de pesquisa em seu assentamento, tendo-os como informantes.

A possibilidade desses contatos foi oferecida pelo Centro de Ciências da Educação (CED) da UFSC, que coordena e executa, por meio do *Projeto Alfabetização e Liberdade: Interação entre sujeitos educadores(as)*¹⁵, o *Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA*¹⁶. Esse programa baseia-se em dois grandes pontos: “1) desenvolver ações de educação de jovens e adultos em 22 assentamentos da reforma agrária de Santa Catarina, que possibilite uma leitura crítica de mundo, a inserção no mundo do trabalho e uma conseqüente intervenção na melhoria de qualidade de vida no meio rural; 2) desenvolver um processo de capacitação e escolarização de monitores para organizar e executar atividades educacionais com jovens e adultos nos assentamentos”¹⁷.

¹⁵ Coordenado pela Profa. Dra. Sonia Beltrame.

¹⁶ Subvencionado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

¹⁷ UFSC/CED (2001). *Alfabetização e Liberdade: Interação entre sujeitos educadores (as)*. Projeto PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Florianópolis.

Em conversa com a coordenação pedagógica, apresentei a proposta de pesquisa e fui convidada a participar das atividades que estavam sendo promovidas pelo PRONERA no CED, referentes ao processo de escolarização de educadores do MST, já em fase de realização de sua segunda etapa, no período de 08 a 22 de novembro. Meu primeiro contato com esses educadores ocorreu no dia 12 de novembro de 2002, durante uma aula de matemática oferecida a eles, como parte do processo curricular da escolarização, na sala do próprio Programa, no CED. Fui apresentada ao grupo, constituído por cinco educadores/alunos (três mulheres e dois homens), duas professoras e uma bolsista do Programa. Os alunos e as professoras estavam sentados em uma mesa única, montada com carteiras escolares. Sentei-me junto ao grupo que, por meio de livros disponibilizados pelas professoras, estava fazendo uma pesquisa sobre a origem e o uso dos números. As informações coletadas pelos alunos foram apresentadas e organizadas no quadro pela professora. Ao final da exposição, houve um intervalo. Na lanchonete, conversei com uma educadora que reside em assentamento. Ela relatou que trabalha com um grupo de alunos adultos, formado por mulheres e homens. Enfatizou que as mulheres são freqüentadoras assíduas das aulas, enquanto os homens costumam faltar aos encontros pedagógicos. Essa educadora informou também que para poder participar desse encontro de escolarização, precisou trazer seus dois filhos, uma menina de 10 e um menino de 2 anos. Após o intervalo, as informações expostas no quadro foram discutidas pelo grupo. Ao final da tarde, o grupo realizou visitas a escolas que trabalham com educação de jovens e adultos, as quais não pude acompanhar.

O segundo contato com os cinco educadores do MST ocorreu no dia 19 de novembro, no final da tarde. Nesse encontro, os educadores estavam reunidos no CED para uma atividade de biodança. Além dos educadores, estavam presentes a professora de biodança, duas bolsistas do Programa, um professor da escolarização e os dois filhos da educadora do MST, com quem conversara. Como já conhecia os educadores, fui apresentada aos professores/as e às bolsistas. Foram essas as atividades que pude acompanhar. As duas semanas reservadas ao processo de escolarização dos educadores foram/são constituídas por atividades diárias nos períodos matutino, vespertino e noturno, compreendendo os conteúdos referentes à escolarização do ensino fundamental, com uma carga didática assim distribuída: matemática; português; história; artes; língua estrangeira; geografia; ciências.

O terceiro contato com o grupo de educadores do PRONERA ocorreu no período de 09 a 12 de dezembro do mesmo ano. Tratava-se do III Encontro de Capacitação Regional Geral do PRONERA, no município de Fraiburgo – SC. Saímos do Campus da UFSC com destino a Fraiburgo no dia 09 de dezembro, às 8:30 horas. O grupo que embarcou em Florianópolis era constituído por integrantes da coordenação pedagógica e professores do projeto. No caminho, ocorreram paradas nos acampamentos de Gaspar e Brunópolis e num assentamento em Campos Novos, para o embarque de 10 educadores do MST. Esse encontro foi integrado não apenas pelos cinco educadores que conheci na UFSC, mas por outros educadores do MST que participam do grupo de educadores do PRONERA. Durante a viagem fui informada de que uma das educadoras do acampamento de Brunópolis estava produzindo uma monografia sobre a organização das mulheres no acampamento. Conversei com a educadora sobre a possibilidade de uma entrevista durante o encontro (essa entrevista ocorreu no dia 11 e teve a duração de aproximadamente 45 minutos). Chegamos ao local do encontro, Centro de Formação da Igreja Católica, por volta das 18:00 horas. Fomos recebidos pela coordenadora do projeto de educação de jovens e adultos (EJA) no MST, que nos levou ao alojamento. O jantar foi servido às 19:30 horas e, após, houve uma mística¹⁸ de abertura, organizada por educadores de Campos Novos. Nessa noite houve também a organização de brigadas de trabalho, responsáveis pelas místicas, pela limpeza da plenária, dos banheiros, do alojamento e lavagem de louça. No encontro, além dos educadores que conheci em Florianópolis, estavam presentes 15 educadores de assentamentos e acampamentos localizados em outros quatro municípios catarinenses.

Optei por participar das brigadas e das oficinas oferecidas aos educadores, bem como de todas as atividades desenvolvidas no encontro, buscando, dessa forma, fazer observação participante. Utilizei, para registro, o caderno de campo, fotografei algumas atividades e realizei entrevistas gravadas com a coordenadora do projeto/EJA no MST e com duas educadoras. Não havia um roteiro prévio para as entrevistas, no entanto, como pergunta norteadora inicial, sugeri aos sujeitos entrevistados que falassem sobre suas trajetórias no

¹⁸ Castells (2001), em estudo sobre o MST, destaca que “a mística – configuração estética de caráter interativa -, é um dos eventos performáticos, criado e recriado em cada encontro onde o MST participa, que consiste numa montagem cenográfica alusiva ao tema escolhido para a ocasião, com a participação de atores militantes do movimento (p. 183).

MST. Conversei informalmente com os educadores presentes, com os professores e coordenadores do projeto. Essas conversas possibilitaram o conhecimento acerca das realidades vivenciadas por esses sujeitos, bem como os tipos de organização dos assentamentos. Propiciaram-me, também, conhecer o interesse dos sujeitos pela temática e por minha pesquisa em seus assentamentos. Especificamente, um educador de Campos Novos mostrou interesse pela realização do estudo no seu assentamento, de organização coletiva.

Em função do interesse desse educador, que se prontificou, em seu retorno, a conversar com o grupo de assentados/as sobre a pesquisa e a possibilidade de realizá-la naquele local, combinamos que eu voltaria a Fraiburgo no próximo encontro de educadores, no mês de março, a fim de acertarmos os detalhes da viagem e do estudo, caso houvesse o consentimento do grupo.

Como parte desse processo, fui convidada pela equipe do PRONERA para o Encontro de Capacitação dos Educadores/as de Jovens e Adultos (EJA MST/UFSC), no município de Fraiburgo, no período de 06 a 11 de março de 2003. Saímos de Florianópolis no dia 06, às 8:30, com um grupo formado por 11 pessoas, dentre elas, a coordenadora do projeto na UFSC/CED, a coordenadora do projeto/EJA no MST, bolsistas e professores. Foi uma viagem tranqüila, apesar do forte calor e do estado precário das rodovias. Chegamos em Fraiburgo por volta das 17:30 horas. Havia seis educadores no local do encontro e, para minha surpresa, o educador do assentamento de Campos Novos não estava entre eles. O motivo de sua ausência foi informado no dia seguinte por uma das bolsistas do projeto, após o contato por telefone com o assentamento: o educador não estava mais morando no assentamento, havia mudado para a cidade. No momento, não consegui identificar direito o que senti com essa notícia, afinal estava com muitas expectativas quanto às possibilidades de pesquisa nesse assentamento, e também não sabia quais as implicações desta mudança para a pesquisa. Além da surpresa e da curiosidade inicial pelos motivos que o levaram a desistir do grupo, fiquei pensando sobre o que havia se modificado a ponto de fazê-lo desistir desse projeto coletivo, considerando a conversa que tivemos no encontro passado, em que ele relatou com entusiasmo o seu comprometimento com a construção e as propostas do assentamento.

Naquele momento, sabendo que nas relações entre sujeitos há sempre margem para o inesperado, o jeito foi aprender a lidar com as incertezas que a construção do caminho de pesquisa estava indicando. “Até ontem, eu tinha um sujeito que faria a mediação entre a minha

proposta de pesquisa e os sujeitos do assentamento. Hoje, será necessário pensar outras possibilidades”. (Diário de Campo, 07/03/03, Fraiburgo SC).

Diante da situação que se apresentava, conversei com a coordenadora do projeto/EJA no MST e com a coordenação pedagógica do projeto sobre outras possibilidades de contato junto ao assentamento, pois considerei que o modelo de assentamento e as relações de trabalho propostas por esse coletivo, conforme algumas informações fornecidas pelo educador, seria um espaço interessante para minha proposta de estudo. As coordenadoras informaram-me que não percebiam nenhum problema e que outras formas de aproximação poderiam ser pensadas. Sugeriram que poderia ser feito um agendamento de visita por telefone. Esse agendamento, inclusive, poderia coincidir com o período de visitas pedagógicas aos assentamentos¹⁹, realizadas pelos profissionais que integram o projeto.

Nesse caso, a idéia seria acompanhar essas profissionais ao assentamento, após contato, feito pela coordenadora da EJA/MST, com os assentados. Com essa possibilidade, aguardei a definição das datas das visitas pedagógicas, que seriam organizadas naquele mesmo encontro.

Durante o período do encontro, como no anterior, optei por participar de todas as atividades organizadas pelo grupo. Conversei com as profissionais do projeto, com as assentadas e assentados que são educadores e educadoras de jovens e adultos nos assentamentos. Foram trocas feitas durante as oficinas de matemática, de história, entre outras, e também durante as refeições, as horas de limpeza dos locais das atividades e as horas de folga. Dentre as atividades que foram realizadas naquela semana, destaco uma que aconteceu na manhã do dia oito. Acredito que esta possa retratar um pouco o interesse das/os integrantes do MST com o lugar que as mulheres ocupam no movimento e que, de algum modo, contribuí para a discussão de gênero. A atividade consistiu na organização de uma mística, cujo conteúdo expressava uma homenagem ao dia internacional da mulher. Para isso, foi utilizada uma música intitulada “Sem medo de Ser mulher”, de Zé Pinto²⁰.

¹⁹ Acompanhamento pedagógico aos monitores de EJA, em assentamentos do MST.

²⁰ Penso que a letra dessa música pode expressar a mensagem da mística.

“Pra mudar a sociedade/Do jeito que a gente quer/Participando sem medo de ser mulher /Porque a luta não é só dos companheiros/Participando sem medo de ser mulher/Pisando firme sem pedir nenhum segredo/Participando sem medo de ser mulher/Pois sem mulher a luta vai pela metade/Participando sem medo de ser mulher/Fortalecendo os movimentos populares/Participando sem medo de ser mulher/Na aliança operária-camponesa/Participando sem medo de ser mulher/Pois a vitória vai ser nossa com certeza/Participando sem medo de ser mulher” (Sem-Terra - As músicas do MST, 1996, p. 43).

A reunião para a definição das datas das visitas pedagógicas aconteceu no dia 09 à noite. Nela percebi o interesse da equipe do PRONERA, que acolheu minha proposta de pesquisa e não mediu esforços para promover a sua viabilização. Assim, o grupo decidiu que as visitas seriam feitas no período de 20 a 28 de março. A minha chegada ao assentamento foi agendada para o dia 20. O grupo me levaria até o assentamento contatado e, ao final das visitas pedagógicas a outros acampamentos e assentamentos, retornaria para me apanhar no dia 28. Dessa forma, com as visitas pedagógicas agendadas, após a avaliação do encontro retornamos a Florianópolis, no dia 13 de março.

Os dias que antecederam a viagem a Campos Novos foram ocupados com a organização da pesquisa que, na perspectiva etnológica, conforme Da Matta (1978), é uma fase que pode ser denominada de período prático. Esse autor, no artigo intitulado “O ofício de etnólogo, ou como ter ‘Anthropological Blues’ ”, ressalta que em etnologia existem três fases. A primeira é considerada a fase teórico-intelectual, constituída não pelo contato com as pessoas a serem estudadas, mas pelo conhecimento teórico acerca destas. A segunda fase, considerada como período prático, refere-se à “antevéspera de pesquisa”, em que o interesse do pesquisador se desloca da preocupação com as teorias para problemas mais concretos, como por exemplo, a quantidade de comida e de remédios que deverão ser levados para o campo de pesquisa. A terceira, considerada a fase pessoal ou existencial, é integradora, pois “deve sintetizar a biografia com a teoria, e a prática do mundo com a do ofício” (p. 25). Nessa fase não se está mais dialogando com descrições teóricas, mas com “pessoas de carne e osso”.

Além de providenciar a carta de apresentação, foram necessários os instrumentos teóricos e técnicos para o registro das informações. Considerando que eu não conhecia a realidade econômica do assentamento, procurei me informar junto à coordenadora do EJA/MST sobre a necessidade, ou não, de levar a alimentação, entre outras coisas. Segundo ela, não seria necessário levar alimentos.

Com a bagagem preparada e uma grande expectativa, saímos de Florianópolis, eu e uma bolsista do PRONERA, no dia 20/03/03, às 8:00, com destino a Campos Novos. No caminho, encontramos-nos com a coordenadora do MST, responsável pela minha apresentação ao grupo do assentamento. A viagem foi tranqüila, animada por conversas descontraídas sobre assuntos diversos. Fizemos uma parada no Acampamento Terra à Vista, em Brunópolis, para o agendamento da visita pedagógica. Nesse espaço, conheci um dos assentados de Campos

Novos que estava no acampamento em função de uma mobilização ocorrida na manhã daquele dia. No tempo que ficamos no acampamento, mais ou menos uns 30 minutos, conversei com uma acampada e um acampado conhecidos. Logo depois, reiniciamos nossa viagem, na companhia do assentado de Campos Novos que estava voltando para casa e nos solicitou uma carona²¹. Durante o percurso até o assentamento, este nos relatou algumas situações vivenciadas por ele e por outros companheiros, em ocupações realizadas na região.

Nesse dia a cidade de Campos Novos estava de luto, pois havia falecido o prefeito. O comércio estava fechado e havia poucas pessoas na rua. Passamos pelo centro da cidade e seguimos por uma rodovia sem pavimentação, por aproximadamente 10 km, até chegarmos ao assentamento. Por volta das 17:30 horas, seguindo uma estradinha sinuosa, delimitada por pedras pintadas de branco, pudemos vislumbrar uma paisagem formada por campos verdes, plantações e açudes. Seguindo um pouco mais, avistei uma pequena escola de madeira, pintada de azul e branco, tendo ao lado um campo de futebol. Um pouco mais adiante, 24 casas de alvenaria distribuídas em semicírculo, aparentemente todas iguais²². Meus olhos procuravam os habitantes daquele espaço, que logo começaram a surgir. Na chegada fomos surpreendidos pela fala brincalhona de uma assentada, sobre o fato de ter nos esperado no dia anterior. Cumprimentamos outras mulheres e crianças e em seguida entramos na casa de uma jovem, mãe de um bebê de aproximadamente um mês. A jovem estava preparando o banho do filho. Em meio ao choro do pequeno, que se debatia e reclamava nos braços da mãe, trocamos algumas palavras. Tratava-se de uma mulher de 17 anos, recém-casada.

Em seguida entramos na casa do assentado que nos acompanhara nos últimos quilômetros da viagem. Fomos recebidos por outras duas mulheres e quatro crianças. Uma dessas mulheres era a jovem mãe recém-casada. A sensação foi de aconchego, pois apesar de não me conhecerem, as pessoas da casa conheciam a coordenadora do MST e a bolsista do PRONERA a quem eu acompanhava. O interessante é que não houve, pelo menos naquele momento, apresentações formais. Isso me lembrou outros assentamentos que conheci, em que logo na “chegada” fomos recebidos como velhos amigos, com a porta aberta, um sorriso no rosto e uma cuia de chimarrão.

²¹ A distância entre Brunópolis e Campos Novos é de aproximadamente 27 Km.

²² Após circular pelas casas, percebi que apesar da estrutura externa ser semelhante, o interior é diferenciado no que se refere à divisória de cômodos, entre outras coisas, evidenciando as subjetividades de seus moradores.

Foi com esse sentimento que fui levada à residência onde fiquei hospedada durante os 8 dias em que permaneci no assentamento (20 a 28 de março de 2003). Até chegar a esse local, não sabia como o grupo havia se organizado para a minha estadia. Fiquei hospedada nessa casa, mas circulei por outras sete, para fazer as refeições do dia²³. Ao entrar, fui calorosamente recebida por uma garotinha de aproximadamente 3 anos, sua mãe e seus dois irmãos maiores. O pai estava em outra cidade fazendo um curso. Essa garotinha foi logo me mostrando a casa de sete cômodos, constituídos por três quartos, sala, cozinha, banheiro e uma despensa. Abriu também o armário da cozinha e me mostrou uma garrafa de mel de abelha que o pai havia trazido para casa. Foi nesse clima agradável que minutos depois eu estava sentada no sofá, conversando com os membros da família. Uma mesa farta de alimentos foi preparada e servida pela dona da casa, por volta das 20:00 hs. Muitos desses alimentos, como leite, queijo, manteiga, doces, ovos, mel, entre outros, foram produzidos no próprio assentamento. Um pouco antes do jantar começou a chover e faltou energia. A garotinha de três anos se assustou e procurou proteção no meu colo, pois a mãe estava no banho. Durante o jantar conversamos sobre a produção dos alimentos sem agrotóxico que, segundo a assentada, é a proposta do assentamento desde os tempos do acampamento. Esta discussão do MST, de viabilizar produções agrícolas nos assentamentos sem a utilização de agrotóxicos, pode ser evidenciada, inclusive, na pesquisa bibliográfica exploratória que realizei. Após essa discussão, assisti um pouco de televisão com a família e em seguida fui dormir. Fiquei alojada no quarto das duas meninas, que foram dormir com a mãe.

Foi dessa forma que cheguei ao assentamento Sepé Tiaraju e aos informantes de minha pesquisa, depois de aproximadamente cinco meses de articulações, como descrevi anteriormente. E é nessa chegada ao assentamento, para quem conhece a realidade de um acampamento, que se pode compreender um pouco a luta das/os trabalhadoras/es²⁴ sem-terra. Refiro-me ao tempo de espera e resistência vivenciados por essas/es trabalhadoras/es nos acampamentos e que, de algum modo, são alimentados pela esperança de chegarem um dia à condição de assentados.

²³ Retornarei a essa questão quando explicitar o contato com os informantes.

1.2 O desdobramento da pesquisa de campo: as/os informantes

Cabe ressaltar que antes de iniciar o trabalho de investigação, acompanhar as atividades do assentamento e conversar com seus habitantes, apresentei a proposta de trabalho à direção do assentamento, constituída, na ocasião, por um homem e quatro mulheres, sendo que uma das mulheres estava representando o marido, que fazia um curso em outra cidade. Essa conversa aconteceu no dia seguinte à minha chegada, na casa de uma das assentadas, professora do assentamento e integrante da direção. Após as apresentações formais, entreguei ao grupo uma declaração do Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFSC, na qual constava, além de minha apresentação, o título da pesquisa que eu pretendia desenvolver no assentamento. Seguida por olhares atentos e receosos do grupo, relatei o meu interesse pelos estudos de gênero, articulados com as questões de trabalho, e a escolha de sua realização naquele assentamento. Enfatizei que esse primeiro momento no assentamento seria para que, juntos, pudéssemos avaliar a viabilidade, ou não, da pesquisa. Na ocasião, o projeto de pesquisa foi disponibilizado ao grupo e a professora do assentamento ficou responsável pela leitura posterior do mesmo. A preocupação com a devolução do estudo foi também levantada por uma integrante do grupo.

“Uma das assentadas pontuou que considerava fundamental a devolução das análises e considerações acerca do estudo, para que este pudesse contribuir para a formação dos integrantes do coletivo. Nesse sentido, respondi que a ‘devolução’ não seria realizada somente no final do estudo, mas que pretendia retornar ao assentamento e disponibilizar aos informantes o conteúdo das entrevistas gravadas, após sua transcrição. Essa assentada enfatizou, ainda, que as questões de gênero figuram uma das realidades que mais gosta de discutir, mas observa que, às vezes, há contradições entre o discurso e a prática. Considerou, também, que o conhecimento sobre as questões de gênero, algumas vezes, provocam questionamentos e desconforto por parte de quem busca estudá-las” (Anotações no diário de campo em 21/03/03).

Nessa conversa, foi possível perceber a expectativa do grupo em relação ao estudo e a minha própria expectativa no processo. Essas projeções podem levar ao questionamento das

²⁴ Os trabalhos de gênero costumam utilizar as formas os/as para referirem sujeitos homens e mulheres. Como esta foi uma pesquisa motivada inicialmente por conhecer melhor sobre o trabalho feminino no MST, optei por inverter os artigos (as/os) da equação.

várias limitações que perpassam os estudos a que nos propomos realizar, considerando, principalmente, o fator tempo e as questões que as relações de gênero articuladas às relações de trabalho podem suscitar.

Um outro relato de um assentado contribuiu para a produção de novas expectativas. O mesmo pontuou a necessidade e a importância deste estudo e de outros, mas destacou que isso implicaria também no conhecimento dos limites, contradições e conflitos presentes no cotidiano do assentamento, bem como no MST. Nesse caso, as preocupações residem nas questões que o estudo pode suscitar e em suas implicações.

A viabilidade da pesquisa por parte das/os assentadas/os e pesquisadora foi discutida e concedida no dia 27, durante uma reunião organizada pela direção do assentamento. Foi acertado, também, o retorno da pesquisadora ao assentamento logo após as transcrições das entrevistas gravadas, previamente marcado para a primeira semana do mês de maio. Nessa primeira etapa no assentamento, consegui realizar grande parte das entrevistas.

Assim, a pesquisa de campo, iniciada neste primeiro período (20 a 28 de março), desdobrou-se em mais duas etapas, 02 a 11 de maio e 09 a 14 de julho de 2003. Viajei sozinha para o assentamento, em maio e julho²⁵. Essas viagens subsequentes não foram definidas *a priori*, mas a partir das necessidades que o próprio trabalho de campo foi apresentando, pois, como ressalta Zago (2003), “não é inoportuno lembrar que a construção de um trabalho de campo é sempre uma experiência singular e esta escapa freqüentemente à racionalidade descrita nos manuais de metodologia” (p. 292).

Nas estadias no assentamento, o grupo se organizou de modo que eu ficasse hospedada na casa de uma das famílias e circulasse pelas demais casas para fazer as refeições. A família que me hospedou no período de 02 a 11 de maio era constituída por um jovem casal e seu filho de um ano de idade. Acolheram-me de forma calorosa, com o constante cuidado para que nada me faltasse. Nessa chegada, previamente combinada, encontrei um assentado à minha espera na rodoviária, para me conduzir ao assentamento. Fui informada, logo que cheguei, que o

²⁵ Nessas viagens foi necessário fazer algumas articulações, dentre elas, enviar telegramas ao assentamento (o correio foi o meio possível de comunicação que estabeleci com o assentamento durante a pesquisa), conciliar os horários para a conexão dos ônibus de uma cidade a outra.

regimento interno do assentamento havia sido aprovado no dia anterior, 01 de maio, durante uma mística de homenagem ao dia do trabalhador²⁶.

No período de 09 a 14 de julho, fiquei hospedada na casa de uma assentada e de seu filho de 06 anos. Como nas hospedagens anteriores, fui calorosamente recebida e houve uma grande preocupação com o meu bem estar. Também como nos momentos precedentes, havia um quarto reservado para mim. Considerando as baixas temperaturas na região nessa época do ano, houve um cuidado especial para que não me faltassem cobertas.

O que pude perceber a partir dessas recepções é que os vários assuntos que perpassam o cotidiano do assentamento são discutidos coletivamente. As/os assentadas/os, no primeiro período que fiquei no assentamento, haviam discutido e organizado anteriormente a minha permanência no local. Tentei, portanto, seguir essas organizações previamente estabelecidas, que incluíam as famílias pelas quais deveria circular²⁷. Nos dois períodos posteriores, com exceção do local e das famílias responsáveis pelas minhas hospedagens, organizadas previamente pelo grupo, o contato com as demais famílias e a circulação pelas atividades de produção e outras atividades no assentamento seguiram uma dinâmica que foi sendo construída a partir do processo de investigação.

Desse modo, as/os informantes dessa pesquisa foram sendo localizadas/os à medida que fui participando dos trabalhos diários do assentamento, ou compartilhando as refeições, o lazer, etc. Foram as assentadas e os assentados, portanto, que se dispuseram, durante minha estadia em suas casas e/ou durante minha participação nas demais atividades do assentamento, a contribuir com a pesquisa.

As atividades que acompanhei durante os períodos em que fiquei no assentamento integravam os setores, os núcleos de base e a direção, que constituem a organização do assentamento²⁸. Incluíram-se atividades domésticas, pintura das casas do assentamento, ordenha e manejo dos animais, lavoura, horta, piscicultura, ciranda infantil, aulas de 1^a a 4^a

²⁶ Recebi uma cópia desse regimento.

²⁷ Foi possível circular em todas as famílias do assentamento.

²⁸ O assentamento está organizado em seis setores, três núcleos de base e direção. A organização do assentamento para o trabalho e para as demais atividades, assim como a descrição do assentamento, serão discutidas posteriormente.

série, reuniões, planejamentos, celebrações religiosas, místicas, das quais fiz registros fotográficos, audiovisuais²⁹ e registros em diário de campo.

Busquei acompanhar o ritmo do assentamento, embora não tenha acompanhado todas as atividades, considerando que várias destas eram realizadas ao mesmo tempo, o que evidencia uma jornada diária atribulada, constituída por trabalhos pesados e cansativos, que inicia com o nascer do sol. Quanto à minha presença no assentamento e nas atividades, na primeira semana um dos assentados, informante dessa pesquisa, descreveu da seguinte maneira: “É como se a gente passasse na frente de uma câmera e finge que não vê ... você está aqui, nós trabalhamos, a vida continua”(Diário de campo, dia 24/03/03).

De acordo com as etapas de pesquisa descritas por Oliveira (2000), os procedimentos utilizados para o momento do “olhar” foram a observação com participação nas atividades e experiências dos informantes, registradas em diário de campo, no qual descrevi o que observava e o que sentia nos contatos, além dos registros fotográficos e filmagens. Para os antropólogos, segundo esse autor, a observação participante implica uma aceitação do pesquisador por parte da sociedade pesquisada. Para a etapa do ouvir, além da escuta durante o acompanhamento de atividades, foram realizadas as entrevistas, momento especial de ouvir, constituído por trocas de informações entre universos simbólicos que se diferenciam (Oliveira, 2000).

As entrevistas realizadas foram abertas e gravadas, e as caracterizei como depoimentos que, segundo Queiroz (1988), são distinguidos das histórias de vida pelo modo como o pesquisador age durante a entrevista.

Ao colher um depoimento, o colóquio é dirigido diretamente pelo pesquisador; pode fazê-lo com maior ou menor sutileza, mas na verdade tem nas mãos o fio da meada e conduz a entrevista. Da “vida” de seu informante só lhe interessam os acontecimentos que venham se inserir diretamente no trabalho, e a escolha é unicamente efetuada com este critério (p. 21).

Essa autora pontua ainda que a entrevista está sempre presente, seja em depoimentos, histórias de vida, ou outro instrumento de pesquisa, cujas informações são obtidas por meio do

²⁹ As fotografias e as fitas resultantes desse trabalho foram disponibilizadas em cópias aos assentados e

relato oral. Fundada nessa perspectiva, as entrevistas se desenrolaram a partir de uma pergunta norteadora, em que solicitei aos informantes que falassem sobre suas vidas de trabalho desde que passaram a integrar o MST. As demais perguntas foram surgindo no decorrer das entrevistas, de acordo com a proposta de investigação.

As entrevistas foram realizadas nas casas das/dos informantes, em horários compatíveis com suas disponibilidades. Como ressaltai anteriormente, foi possível circular em todas as famílias do assentamento, assim como entrevistar um ou dois membros de cada uma delas. No primeiro período (20 a 28 de março) realizei 14 entrevistas abertas e gravadas, com 9 mulheres e 5 homens. Essas entrevistas, após a transcrição, que ocorreu no decorrer do mês de abril, foram disponibilizadas, discutidas, alteradas, complementadas individualmente, em diálogo entre pesquisadora e informantes, na segunda etapa da pesquisa (02 a 11 de maio), quando realizei também novas entrevistas, num total de 7, com 3 mulheres e 4 homens.

No total foram realizadas **21** entrevistas com adultos; **12** entrevistas foram com mulheres, com idades entre 18 e 49 anos (duas mulheres tinham 18 anos, as demais tinham 19, 25, 27, 29, 32, 33, 37, 43, 45 e 49 anos), **10** casadas com filhos e **2** solteiras com filhos; **9** foram com homens, com idades entre 26 e 60 anos (os homens tinham 26, 27, 28, 29, 32, 38, 47, 59 e 60 anos), **7** casados com filhos e **2** solteiros, sem filhos.

Com as crianças e os adolescentes, foi realizada uma atividade na escola, nas quais os mesmos ilustraram os trabalhos realizados por suas famílias no cotidiano do assentamento, por meio de desenhos, textos e relatos orais, que foram gravados e transcritos. Participaram da atividade 07 alunas e 06 alunos de séries variadas, entre 06 e 13 anos³⁰.

Quanto à escolaridade dos informantes, há uma variação que compreende desde o 1º grau incompleto até o 3º grau completo, sendo que a maioria cursou o 1º grau incompleto.

As entrevistas seguiram uma dinâmica descontraída quanto à presença da pesquisadora e ao uso do gravador. Grande parte ocorreu na cozinha das casas, ao redor do fogão a lenha, em meio a pequenas pausas para tomar o chimarrão e tendo como pano de fundo, muitas vezes, as vozes das crianças, filhos e filhas das/os informantes. Os tempos de duração de cada entrevista variaram de 30 a 60 minutos, de acordo com as peculiaridades de cada momento e de cada

assentadas, nos contatos posteriores.

³⁰ Não houve critério de idade por se tratar de uma escola municipal multisseriada, em que a professora trabalha com todas as séries de 1ª à 4ª, simultaneamente, em uma única sala.

informante. A partir da pergunta norteadora, os informantes relataram suas trajetórias no MST, desde a primeira ocupação de terra, o primeiro acampamento, até os dias atuais, em que se encontram assentados. As relações de trabalho que constituem o cotidiano do assentamento foram sendo tramadas pelas/os informantes a partir dos vários fios de sua história de vida anterior. Essa forma como os relatos foram se construindo contribuiu para se compreender um pouco as várias relações sociais pelas quais esses sujeitos foram e estão se constituindo, o que possibilitou também conhecer alguns dos motivos implicados na escolha pela organização coletiva, no assentamento do MST. O relato do “passado”, portanto, é interessante à medida que possibilita o entendimento das relações que constituem a realidade atual do assentamento.

Poucos informantes se mostraram familiarizados com pesquisas e, especificamente, com entrevistas. Foi comum, portanto, ouvir das/dos informantes que era a primeira vez que concediam uma entrevista e/ou falavam sobre suas histórias. Relataram, também, que foi importante trazer/lembrar suas vidas, pois isso possibilitou trazer/lembrar coisas da própria história do assentamento. Algumas entrevistas foram permeadas por emoção e choro por parte das/os informantes, ao relatarem as várias dificuldades vividas em suas trajetórias. Emocionaram-me os relatos de situações de fome, frio, violência, medo, morte, entre outras tantas vivenciadas por estas/es, pois desvelam as condições de desigualdades sociais imperantes no país.

As entrevistas transcritas na íntegra foram disponibilizadas a partir da organização de horários entre as/aos informantes e a pesquisadora, e compreenderam os intervalos de trabalho, após o almoço e após o jantar. Esses momentos de devolução do material obtido na pesquisa de campo foram descontraídos, com a duração média de 2:00 horas. Realizamos, pesquisador e informante, uma leitura conjunta de cada transcrição. Em algumas situações, as/os informantes, além das entrevistas transcritas, pediram para ouvir as fitas, motivo, num primeiro momento, de gargalhadas por parte dos mesmos, ao ouvirem suas próprias vozes gravadas. Os comentários mais comuns foram os de acharem que as vozes não eram suas, gostarem ou não gostarem da voz, comentarem como falaram rápido demais, baixo demais, etc.

Possibilitar aos informantes a escuta da própria fala e a sua leitura revelou muitas situações. Além de algumas alterações de datas, locais e complementos de informações, algumas questões importantes, para uma melhor compreensão das trajetórias relatadas nas entrevistas e

que não haviam aparecido até então, foram verbalizadas nesse momento. Inclusive, com alguns informantes, a leitura de cada frase da entrevista suscitou outras tantas. Isso mobilizou discussões sobre alguns temas, entre eles o planejamento e as decisões coletivas e individuais que perpassam as relações sociais no assentamento, suas contradições e limitações. Algumas entrevistas foram ampliadas e outras questões foram sendo construídas. Penso que isso esteja ligado à constituição de vínculos de confiança que começaram a ser estabelecidos no primeiro contato com os informantes e que, de algum modo, com o retorno ao campo, foram intensificados.

Sobre a relação que se estabelece no contexto em que se dá a entrevista, Zago (2003) argumenta que há um consenso entre autores, do qual participa, acerca da idéia de que “as boas entrevistas estariam menos relacionadas às questões das técnicas de condução e mais à capacidade de obter a confiança dos pesquisados ...” (p. 302). E sobre isso a autora cita Beaud e Weber (1998, p. 208)³¹, que ressaltam que “é esta relação de confiança que o entrevistador consegue estabelecer que conduzirá à coleta de um material suficientemente rico para ser interpretado”.

Questões referentes à duração e ao conteúdo das entrevistas também foram destacadas com surpresa por alguns informantes. São apontamentos do diário de campo:

Uma das informantes ficou surpresa com o “tempo” que falou, relatou-me que pensava não ter falado nada, não ter me “ajudado” em nada (03/05/03). Outro informante, ao ver as folhas transcritas, falou que não imaginava ter falado tanto (04/05/03).

Uma informante, após a leitura da entrevista, perguntou como eu havia conseguido fazer a transcrição da fita, pois achava que tinha feito uma confusão de idéias (07/05/03).

O modo de falar, considerado errado por eles, especialmente nessa cristalização na escrita, foi também destacado, sendo que, em um caso, a entrevista foi reescrita frase a frase, e a preocupação da informante ficou centrada em corrigir a forma como falava. Em outro caso, a primeira coisa que chamou a atenção do informante foram alguns vícios de linguagem; no entanto, o conteúdo foi a questão central discutida. Percebendo a preocupação de ambos, informei novamente sobre o sigilo do material gravado e transcrito, e as correções ortográficas que poderiam ser feitas em suas falas, quando incorporadas ao trabalho final.

³¹ Beaud, S.; Weber, F. *Guide de l'enquête de terrain*. Paris: La Découverte, 1998. (Conforme consta nas referências bibliográficas do artigo escrito por Zago).

Cabe ressaltar também que durante este trabalho, considerando a indispensável contribuição dos informantes e das informações concedidas para a realização do estudo, expliquei-lhes como pretendia utilizá-las. Esclareci que nesta análise os relatos seriam utilizados de acordo com os objetivos do estudo, de forma que nem todas as informações obtidas em cada depoimento seriam utilizadas no texto final. Como ressalta Queiroz (1988), “... análise, em sentido essencial, significa decompor um texto, fragmentá-lo em seus elementos fundamentais, isto é, separar claramente os diversos componentes, recortá-los, a fim de utilizar somente o que é compatível com a síntese que se busca” (p. 19).

De modo geral, assim como na realização das entrevistas, as/os informantes relataram que o acesso à entrevista transcrita foi importante, pois possibilitou-lhes refletir sobre o modo como as “coisas” estão sendo encaminhadas no assentamento, já que, às vezes, devido ao corre-corre diário, não lhes sobrava tempo para tal exercício.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Investigar os sentidos produzidos por trabalhadoras/es rurais sobre a divisão sexual do trabalho, em um assentamento coletivo organizado pelo MST, implica considerar que se trata de um estudo que se situa no campo da constituição de subjetividades. Para realizar tal estudo a partir da psicologia, como ciência que compreende a constituição do sujeito como um processo multifacetado, socialmente construído e inacabado, fazem-se necessários pressupostos teóricos coerentes com tal concepção.

Nessa perspectiva, escolhi como instrumental teórico para a compreensão da constituição do sujeito, das significações e dos sentidos por ele produzidos, a psicologia histórico-cultural, fundada por Vygotski, que considera que o sujeito se constitui nas e pelas relações sociais, apropriando-se dos significados produzidos por suas ações e interações na realidade, num processo ativo e dialético. Penso que a utilização desse referencial, articulado às discussões acerca das relações de gênero, poderá propiciar uma interessante análise da divisão sexual no trabalho, na realidade do assentamento.

2.1. Constituição do sujeito em Vygotski: algumas questões sobre o processo de produção de significados e de sentidos

A psicologia histórico-cultural, inaugurada por Vygotski, fundamenta-se epistemologicamente nos pressupostos marxistas, os quais consideram a humanidade como produzida socialmente, numa dinâmica em que o sujeito é produtor e produto da história e da realidade humana. A ênfase marxista está posta nas relações de produção como fundantes do sujeito, evidenciando que, ao intervir na natureza para produzir as condições de existência, o sujeito estabelece relações e se produz. Neste caso, a ação humana é o trabalho que possibilita a produção das condições de existência.

Vygotski, ao utilizar os pressupostos marxistas, contribui para romper com a lógica da natureza humana, orientada para o surgimento da humanidade como um fato natural. Nessa direção, possibilitou a construção de uma ciência psicológica que se contrapõe a concepções universais e abstratas acerca da constituição do sujeito, na medida em que evidencia a relação indissociável entre o indivíduo e a sociedade, entre subjetividade e objetividade. Segundo Molon (1999), a riqueza da reflexão de Vygotski, na psicologia, consiste na centralidade

atribuída ao sujeito e à subjetividade. “O sujeito e a subjetividade não são conceitos idealistas nem materialistas, com isso não estão no subjetivo abstrato e nem no objetivo mecanicista, mas são constituídos e constituintes na e pela relação social que acontece na e pela linguagem” (Molon, 1999, p. 53).

O que predomina na concepção de Vygotski é a noção de produção humana, que se contrapõe à idéia de natureza humana como algo pronto e acabado, evidenciando que o singular e o coletivo se constituem em relações mediadas pela linguagem³², o que contribui para a desconstrução da idéia de indivíduo como portador de uma essência universal.

Desta forma, pode-se observar, na teoria marxista e na psicologia histórico cultural, ênfase nas relações sociais como fundantes dos sujeitos e das sociedades. O destaque no marxismo são as relações de produção e, na psicologia histórico-cultural, as inter-relações sujeito e sociedade, mediadas pela atividade. O conceito de atividade em Vygotski é relativo ao conceito de trabalho em Marx. Zanella (2001) ressalta que “o conceito de atividade/ação utilizado por Vygotski está diretamente relacionado ao conceito de trabalho humano tal como proposto na teoria marxista” (p. 74). Cabe ressaltar, no entanto, que não se trata do trabalho ou da atividade meramente mecanicista, mas do trabalho enquanto atividade humana vital, transformadora da natureza e constituidora do sujeito. É via atividade que o sujeito, à medida que transforma a realidade, transforma-se. Segundo esses pressupostos, orientados pelo método materialista histórico-dialético³³, compreende-se que o sujeito e a sociedade são constituídos histórica e dialeticamente, a partir das relações sociais que estabelecem entre si.

Não se pretende discutir aqui a questão do trabalho no marxismo mas, para indicar as categorias de análise da presente pesquisa, faz-se necessário ter clareza de algumas questões da teoria de Marx que orientam os pressupostos vygotskianos. Da mesma forma, faz-se necessário compreender o modo como Vygotski utilizou os pressupostos marxistas, buscando explicar como é que o ser humano, a partir de uma base orgânica, isto é, de uma realidade física, constitui-se sujeito na sua singularidade (que é, ao mesmo tempo, singular social e

³² Na abordagem vigotskiana, a linguagem é pensada enquanto mediadora das relações sociais, nas quais o sujeito se constitui. Essa temática será discutida posteriormente neste tópico.

³³ “Marx elaborou, simultaneamente, o método de análise e a interpretação do capitalismo. Este é um aspecto essencial do pensamento de Marx: o materialismo dialético e o materialismo histórico são os dois elementos principais do mesmo processo teórico-prático de reflexão sobre o capitalismo” (Ianni, 1982, p. 7-8).

social singular). É nessa perspectiva que Vygotski elege a atividade humana como categoria central explicativa desse movimento.

Nesse sentido, refletindo sobre a relação atividade e conhecimento, Pino (1995) ressalta que

... os trabalhos de Vygotski e dos outros autores (...) apresentam uma série de pressupostos e um conjunto de elaborações teóricas que definem as linhas gerais do que poderia ser denominado de novo paradigma do psiquismo humano fundado no materialismo histórico e dialético. Nesta perspectiva, o conhecimento resulta da atividade dos homens (ou trabalho social, no sentido marxista), a qual se caracteriza por ser social, instrumental e produtora (p. 31).

O que se observa, na teoria de Vygotski, considerando as discussões de Pino (1995), é a centralidade da atividade mediada, constituída e constituidora do psiquismo humano, caracterizada por sua dimensão social, instrumental e produtora. No que se refere às características social e produtora da atividade, significa dizer que ela pode ser planejada socialmente e seus instrumentos de produção e os produtos dela resultantes podem ser socializáveis. A característica instrumental revela que a atividade é mediada por instrumentos, e que estes são criados pelos homens em função da natureza das ações por eles planejadas.

Zanella (2001) contribui com essa discussão, ressaltando que

... a atividade caracteristicamente humana, pois, é sempre necessariamente mediada, o que demarca a relação indireta que estabelecemos com a realidade: de acordo com a perspectiva vygotkiana, o nosso contato com o mundo físico e social não é direto, é na verdade marcado por aquilo que significamos desse próprio mundo, significação essa igualmente marcada pelas nossas experiências, possibilidades, enfim, pela nossa história de vida (p. 77).

A relação do sujeito com a realidade material e social é mediada pela atividade instrumental, de natureza técnica e semiótica. Os instrumentos técnico são responsáveis pela intervenção e modificação material da realidade. Os instrumentos semióticos compreendem o sistema de signos e são responsáveis pela comunicação entre os sujeitos. Para Vygotski

(1987a) “...cualquier estímulo condicional (creado artificialmente por el hombre), que sea un vehículo para el dominio de la conducta, ajena o propia, é un signo”(p. 90).

Significa dizer, então, que, ao intervir na natureza para a produção da existência, o sujeito constrói e modifica a realidade material e, ao mesmo tempo, constrói e modifica os signos produzidos coletivamente. Essa dinâmica extrapola os limites da produção meramente mecanicista da atividade, produzindo signos que viabilizam a comunicação humana e a constituição do sujeito e da realidade humana. Com isso, pode-se evidenciar que a instrumentalidade semiótica representa uma grande contribuição de Vygotski para o entendimento da constituição do psiquismo humano, sendo os signos os instrumentos psicológicos que constituem a psique humana. Os signos são considerados instrumentos psicológicos porque, em suas significações, representam ferramentas psicológicas de transformação do psiquismo, de modo que o psiquismo só se constitui como psiquismo pela mediação semiótica. Na perspectiva de Vygotski, o sujeito se constitui via atividade mediada por signos, numa relação intersubjetiva (entre sujeitos) e intrasubjetiva (intra sujeito)³⁴. O intrapsicológico se constitui na interface com o interpsicológico, não de forma estanque e dicotômica. Trata-se de uma relação dialética, em que os signos são produzidos entre sujeitos e apropriados intra sujeitos. De acordo com Vygotski (1995), “el signo, al principio, es siempre un medio de relación social, un medio de influencia sobre los demás y tan sólo después se transforma en medio de influencia sobre sí mismo” (p. 146). Não há dicotomia entre interpsicológico e intrapsicológico, objetividade e subjetividade. Essas também não se referem a entidades abstratas, mas se referem a relações dialética e historicamente produzidas, que constituem o sujeito e a sociedade³⁵.

Duarte (2000), com o objetivo de discutir a teoria vygotskiana na atualidade, traz questões centrais da teoria marxista, contribuindo para o entendimento da historicidade do ser humano e da dialética entre objetivação e subjetivação. Este autor ressalta que

³⁴ Vygotski ressalta a importância do outro na constituição do psiquismo humano, não se refere, entretanto, apenas ao outro “presença física”, considerando que a atividade psicológica caracteristicamente humana, a consciência, é mediada pelo signo, “o hombre incluso a solas consigo mismo, conserva funciones de comunicación” (Vygotski, 1995, p. 151).

³⁵ Sobre a discussão acerca da consciência, linguagem e subjetividade em Vygotski ver: Delari Junior (2000).

...o homem, ao produzir os meios para satisfação de suas necessidades básicas de existência, ao produzir uma realidade humanizada pela atividade, humaniza a si próprio, na medida em que a transformação objetiva requer dele uma transformação subjetiva. Cria, portanto, uma realidade humanizada tanto objetiva como subjetivamente. Ao se apropriar da natureza, transformando-a para satisfazer suas necessidades, objetiva-se nessa transformação. Por sua vez, essa atividade humana objetivada passa a ser ela também objeto de apropriação pelo homem, pois os indivíduos devem se apropriar daquilo que é criado pelos próprios seres humanos. Tal apropriação gera nos seres humanos necessidades de novo tipo, necessidades exclusivamente socioculturais, que não existiam anteriormente e que, por sua vez, levarão os homens a novas objetivações e a novas apropriações, num processo sem fim (Duarte, 2000, p. 118).

O autor, com essa discussão, além de enfatizar as relações entre a psicologia criada por Vygotski e a teoria marxista, possibilita um entendimento dos processos de objetivação e subjetivação, responsáveis pela constituição das funções psicológicas superiores. São dois processos diferentes, mas relacionados, em que ocorre a objetivação do sujeito autor da ação, que se materializa no produto resultante da atividade, e a subjetivação do sujeito, que ocorre via apropriação da atividade objetivada.

Cabe ressaltar que, na teoria vigotskiana, a expressão funções psicológicas é utilizada “para designar as funções caracteristicamente humanas, como o pensamento deliberado, a atenção voluntária, a linguagem, as quais se diferenciam das ‘funções psicológicas elementares’, presentes predominantemente nos momentos iniciais do desenvolvimento humano” (Zanella, 2001, p. 78).

Entre as funções psicológicas superiores, Vygotski enfatiza o pensamento e a linguagem e as relações que estabelecem entre si. Discute essa relação no livro intitulado *Pensamento e Linguagem* (1987). Nessa obra o autor se refere ao pensamento e à linguagem, mas trata, também, da questão da consciência e da constituição do sujeito. No amplo universo da linguagem, o autor traz, como foco de análise, a palavra enquanto signo lingüístico por excelência. A palavra, especificamente o significado da palavra³⁶, é a unidade do pensamento

³⁶ Vygotski se refere à palavra significativa, pois considera que a palavra sem significado é um som vazio.

verbal, é a “...amálgama tão estreita do pensamento e da linguagem, que fica difícil dizer se se trata de um fenômeno da fala ou de um fenômeno do pensamento” (Vygotski, 1987b, p. 104). A relação entre pensamento e palavra (pensamento e linguagem) é processual, simultânea e histórica.

Pino (1995), refletindo sobre essa temática, ressalta que o signo lingüístico é “... composto da palavra ou som (realidade física), do referente (aquilo, material ou não, a que a palavra se refere) e do significado (aspecto sob o qual a palavra refere ao referente)” (p. 38). Mas há, também, por parte de Vygotski, ênfase nos sentidos produzidos na combinação desses três elementos. Neste caso, no processo de significação, que constitui os signos produzidos e apropriados histórica e culturalmente pelo sujeito, há um duplo referencial semântico presente na produção de significados e sentidos. Esse duplo referencial semântico é representado pelas dimensões pública e privada, presentes na produção e apropriação, por parte dos sujeitos, dos significados produzidos coletivamente. No entanto, o significado é um sentido público, arbitrário, convencionado coletivamente. O sentido privado, ao contrário, diz respeito à história particular do sujeito, isto é, ao modo singular pelo qual o sujeito se apropria dos significados produzidos coletivamente. O que diferencia significado e sentido são os aspectos público e privado da sua produção e apropriação, respectivamente.

A palavra como signo lingüístico tem sempre um duplo referencial semântico, veicula, portanto, significados e sentidos. Nas palavras de Vygotski (1987b),

Uma palavra adquire o seu sentido no contexto em que surge; em contextos diferentes, altera o seu sentido. O significado permanece estável ao longo de todas as alterações do sentido. O significado dicionarizado de uma palavra nada mais é do que uma pedra no edifício do sentido, não passa de uma potencialidade que se realiza de formas diversas na fala (Vygotski, 1987b, p. 125).

O que se busca, portanto, com este estudo, é analisar, num determinado contexto, a trama social que envolve a divisão sexual do trabalho, mediada por significados e sentidos produzidos nas inter-relações e nas intrarelções humanas.

2.2. Gênero como categoria de análise da divisão sexual do trabalho: articulações com o trabalho rural

Para a historiadora Joan Scott (1990)³⁷, “... preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise só emergiram no fim do século XX” (p. 13). Teorias sociais, até o início do mesmo século, produziam saberes que compreendiam a oposição entre masculino e feminino, a centralidade na condição feminina, entre outros. “Mas o gênero, como meio de falar de sistemas de relações sociais ou entre sexos não tinha aparecido”(p. 13). O termo gênero, com essa conotação, consiste numa tentativa proposta por feministas contemporâneas para se contrapor às inadequações teóricas sobre as desigualdades entre as mulheres e os homens. Segundo Scott, gênero pode ser entendido como “um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos”(p. 15), definição que se torna fundamental para estudos que buscam se contrapor a modelos de saber, fundados na concepção essencialista de que a biologia determina características psicológicas/sociais que diferenciam homens e mulheres.

Como ressalta também Saffioti (1992), a importância desse pensar é fundamental, à medida que a ênfase está posta sobre as diferenças percebidas, o que evidencia que o social constrói o anatômico e não o inverso.

Nessa perspectiva, pode-se perceber que diferenças aparentemente sutis que constituem as teorias explicativas do conceito de gênero, compõem a variedade de concepções teóricas sobre o tema, estabelecendo semelhanças e contradições. Na análise inicial de Scott (1990), tradicionalmente três posições teóricas fundamentavam os estudos de gênero. Essas posições serão aqui apresentadas para que se possa pensar os limites e as superações de um conceito produzido para dar conta da historicidade das relações sociais.

A primeira posição é uma tentativa feminista, que buscava explicar o conceito de gênero a partir das origens do patriarcado. Orientava-se pelo modelo patriarcal familiar, em que o principal argumento é que há uma dominação dos homens sobre as mulheres, produzidas por diferenças biológicas ligadas aos papéis femininos e masculinos na reprodução da espécie. Diferenças desencadeadas, para algumas teóricas, pela suposta necessidade masculina de

³⁷ Scott, J. (1990) **Gênero: uma categoria útil de análise histórica** é um artigo clássico sobre gênero, publicado (versão brasileira) em 1990 na Revista Educação e Realidade, vol. 16 n.2. Segundo afirma Scott posteriormente

dominação (deriva, para algumas delas, do desejo dos homens de transcender sua privação dos meios de gerar filhos). Observa-se que essa posição teórica se mostrava como essencialista e reducionista, pois sua capacidade explicativa elegia causalidades que se articulavam em torno da reprodução biológica e da sexualidade, e se apresentava, exclusivamente, como uma possibilidade de análise apoiada em diferenças biológicas entre homens e mulheres. Segundo a autora, é um modelo que não rompe com limites explicativos lineares, imutáveis e universais que justificam as desigualdades sociais entre mulheres e homens.

A segunda posição teórica que orientava os estudos de gênero fundamenta-se no materialismo histórico e, conforme argumenta Scott (1990), realiza um interessante diálogo com o marxismo, que se faz por meio da aproximação entre os conceitos de gênero e de classes sociais, evidenciando o caráter histórico de ambos. No entanto, apesar da ênfase no sentido de que gênero e classe social devem ser analisados a partir de uma realidade histórica, um viés ortodoxo marxista sobre os modos de produção insiste em que as origens e as transformações das questões de gênero encontram-se na divisão sexual do trabalho. Há, portanto, uma primazia das relações econômicas sobre as relações de gênero. Os debates que surgiram entre as feministas marxistas insistiam na possibilidade de explicações materialistas, recusavam os essencialismos presentes nas explicações biológicas que orientavam a divisão sexual do trabalho sob o capitalismo, argumentando que a subordinação das mulheres é anterior ao capitalismo. O que se percebe, entretanto, segundo Scott, é que as produções teóricas que se seguiram não conseguiram sair da questão da causalidade econômica, relegando as relações de gênero à posições periféricas nos estudos realizados.

A terceira posição dos estudos de gênero destacada por Scott fundamenta-se na psicanálise e suas contribuições à questão da produção das identidades de gênero. Esses estudos, conforme ressalta Scott, dividiram-se tradicionalmente, a partir de sua inspiração na teoria das relações objetais e a partir dos estudos lacanianos. Refere-se, no primeiro caso, às teorias de relação de objeto desenvolvida Melanie Klein, na perspectiva da escola anglo-americana, destacando Nancy Chodorow e Carol Gilligan como representantes desta vertente teórica. No segundo caso, refere-se aos estudos estruturalistas e pós-estruturalistas, em que a figura central é Jacques Lacan. De acordo com Scott (1990),

(1998), “foi para historicizar a categoria ‘mulheres’ que eu desenvolvi a idéia do gênero como categoria de análise histórica” (p. 117).

as teóricas das relações de objeto colocam a ênfase sobre a influência da experiência concreta (a criança vê, ouve, tem relações com aqueles que se ocupam dela, em particular, por certo, com seus pais), enquanto que os pós-estruturalistas sublinham o papel central da linguagem na comunicação, na interpretação e na representação do gênero (p. 11).

Esses estudos contribuíram para descolar as masculinidades e feminilidades dos corpos biológicos. Apesar de sua influência nos trabalhos acadêmicos feministas, que visam desconstruir a suposta naturalidade que marca as diferenças entre o masculino e feminino, Scott não os exime de críticas. Poderia se dizer que as críticas à utilização do(s) modelo(s) teórico(s) psicanalítico(s), de modo geral, referem-se à sua pretensa concepção de universalidade, que define as categorias homem/mulher a partir de uma articulação binária que se auto-reproduz de forma fixa. No entanto, a autora faz críticas diferenciadas em relação às duas vertentes da psicanálise.

Minha reserva com relação à teoria de relações de objeto, dirige-se ao seu literalismo, ao fato de que ela faz depender a produção da identidade de gênero e a gênese da transformação, de estruturas de interação relativamente pequenas. (...) Esta interpretação limita o conceito de gênero à esfera da família e à experiência doméstica e, para o historiador, ela não deixa meios de ligar este conceito (nem o indivíduo) a outros sistemas sociais, econômicos, políticos ou de poder (Scott, 1990, p. 11).

As críticas da autora à teoria lacaniana fundamentam-se na previsibilidade do significante da diferença sexual, pois, considerando a centralidade da linguagem enquanto forma de a criança ter acesso ao simbólico e como pressuposto da construção da identidade sexual, “o falo é o significante central da diferença sexual” (p. 12). Assim, Scott argumenta se “o falo é o único significante, o processo de construção do sujeito com o gênero é, em última instância, previsível já que é sempre o mesmo” (p. 12).

Retomando a definição de gênero defendida por Scott, que se classifica como pós-

estruturalista³⁸, observa-se que esta se articula em torno de duas preposições: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”(p.14). Cabe ressaltar que a autora enfatiza a necessidade de não estabelecer primazias entre as relações sociais de gênero, classe, raça, entre outras. Ressalta-se, como se discutiu no início do texto, a idéia de historicidade no que diz respeito às diferenças percebidas, isto é, significações produzidas socialmente sobre as diferenças entre os sexos.

E no Brasil, qual a trajetória do conceito de gênero?

Grossi e Miguel (1995) contribuem para pensar o conceito e a trajetória dos estudos de gênero no Brasil no campo das ciências sociais, especialmente no campo da antropologia. Ressaltam que se pode constatar uma “linha evolutiva” que parte da concepção de condição feminina, passa pelo conceito de papéis sexuais e chega ao conceito de gênero. Os anos 70 e 80, influenciados pelo movimento feminista, foram marcados por estudos sobre a condição da mulher, numa perspectiva de isolamento do feminino. O conceito de gênero surge, então, como necessidade de relativizar o isolamento feminino, provocando uma dissociação da prática militante e da pesquisa, evidenciando que ao usar a categoria gênero,

... se está trabalhando com as construções simbólicas do feminino e do masculino em cada sociedade, onde haverá uma permanente articulação entre o que determina um gênero e outro e onde a noção de assimetria será determinante para compreensão não só da dominação das mulheres pelos homens, mas também no espaço de poder feminino no interior de cada cultura (Grossi e Miguel, 1995, p. 21).

Apesar da noção do caráter relacional do gênero, que implica pensar a construção do feminino e a construção do masculino articuladas, as autoras ressaltavam que o conceito era utilizado ainda por muitas/os teóricas/os como sinônimo de papéis sexuais e da categoria

³⁸ Scott, em entrevista a Grossi, M. P., Heilborn, M. L., e Rial, C. (1998), afirma: “Se é preciso que eu me classifique, eu me classifico como uma pós-estruturalista foucaultiana que adotou a linguistic turn. Mas não gosto dessas categorias porque elas não se sustentam. Existem problemas para os quais é preciso encontrar soluções. Eu quero encontrar soluções trabalhando com conceitos que podem abordar os problemas, como a lingüística e o pós estruturalismo”(p. 123).

mulheres. Podia se perceber que havia uma certa resistência, que impedia que os estudos de gênero extrapolassem as questões de exclusividade, de redução à condição feminina não descolada de uma posição subjugada ao homem. Assim, apesar de o conceito de gênero surgir para evidenciar o caráter relacional das construções que envolvem o feminino e masculino, ainda se produziam, até a data da análise, saberes que naturalizavam desigualdades sociais entre mulheres e homens.

Saffioti (1992)³⁹ contribuiu para refletir essa ordem natural de causa e efeito, complementaridade e desigualdades essencializadas referentes ao feminino e masculino. Essa autora argumentava não conhecer nenhuma contestação a respeito do aspecto social de gênero. Entretanto, a forma como era concebido o social é que não encontrava consenso e definição; teorias que, apesar de insistir no caráter social e histórico, negando concepções essencialistas, acabavam por reproduzir a dicotomia natureza e cultura. Observa-se que são tramas que apontam para o caráter dualista das explicações, que impedem pensar o gênero como relacional e insistem na existência de uma sexualidade natural. Há, portanto, por parte dessa autora, a insistência quanto à formulação do conceito de relações de gênero. “... o conceito de gênero deve ser capaz de captar a trama de relações sociais, bem como as transformações historicamente por ela sofridas através dos mais distintos processos sociais, trama na qual as relações de gênero têm lugar” (p. 187).

A autora destaca que as idéias que sustentam a noção de construção social das desigualdades entre os sexos fundamentam-se muitas vezes em concepções binárias e na dinâmica biológico/social, que contribuem para noção de que há uma anatomia do destino, isto é, um sexo biológico que se transforma em social. Nesse caso, prevalece a idéia de que *a priori* existem diferenças biológicas que produzem desigualdades sociais entre os sexos. Assim, esse pensar, além de naturalizar as desigualdades, pretende-se universal, e se reproduz em alguns referenciais que se apropriam do conceito de gênero.

³⁹ A autora, fundamentada na concepção marxista, traz uma importante contribuição para a compreensão do gênero como histórico, relacional e dialético. Contribuiu também para a desconstrução da noção de complementaridade que, por vezes, envolve a compreensão das relações sociais, por enfatizar que o poder é relacional, e a relação dominação/exploração não contempla a imobilidade total da personagem no pólo dominada/explorada. Pode-se dizer que os sujeitos estão colocados em relações de poder muito complexas, que compreendem modos de ação de uns sobre os outros e que não ocorrem sem uma contrapartida constituída por uma certa forma de resistência.

E na psicologia, qual a trajetória do conceito de gênero?

Historicamente, evidencia Amâncio (2001), em artigo que trata do percurso atribulado e produtivo do conceito de gênero na psicologia de tradição americana e européia, as primeiras referências ao conceito surgiram no final dos anos 60, influenciadas por estudos médicos que demonstravam que mudanças no sexo biológico de jovens adolescentes, entre os quais não havia uma correspondência entre identidade psicológica e identificação biológica, poderiam ser facilmente realizadas por meios cirúrgicos, mas que isso não implicava diretamente em alterações no plano psicológico⁴⁰. O conceito de gênero na psicologia surge, também, com o objetivo de descolar do sexo biológico referências ao feminino e ao masculino, incluindo comportamentos, sentimentos, pensamentos, fantasias, entre outras questões.

Sexo e gênero surgiram, assim, como conceitos distintos, uma vez que o primeiro pertencia ao domínio da biologia, enquanto que o segundo implicava a abertura de uma nova área de conhecimento, no domínio da psicologia, mas também de outras disciplinas... (Amâncio, 2001, p. 10).

Na psicologia americana, no entanto, o conceito de gênero, como proposta de deslocar o olhar essencializante das desigualdades entre feminino e masculino, referidas ao sexo biológico, para desigualdades historicamente construídas, não se mostrou uma tarefa simples, e o conceito de gênero passou a ser utilizado como sinônimo de sexo, evidenciando uma produção de saber atravessada por desencontros e rupturas. Nas palavras de Amâncio (2001):

A persistência no uso de Gênero como critério classificatório, mero substituto do sexo, segundo preferência dos autores, contribuiu para esvaziar o termo do seu significado conceptual e analítico e para a perda do valor acrescentado que ele poderia trazer ao desenvolvimento do conhecimento psicossociológico (p. 10).

⁴⁰ Revelava-se, segundo Amâncio (2001), “a autonomia da identidade psicológica em relação ao sexo biológico” (p.9).

Nessa perspectiva, faz-se necessário compreender tais produções a partir de um referencial histórico e politicamente datado, marcado pelo surgimento do movimento feminista e pela chegada das mulheres à profissão da ciência psicológica, ocupada pela presença maciça dos homens, implicou inicialmente em questões de invisibilidade feminina. Soma-se também, a influência científica da época, sobretudo da psicologia experimental e de orientação comportamentalista, que, por se apoiar em referenciais de neutralidade e não historicizar o conhecimento, não se interessava por questões referentes aos movimentos sociais. Isso evidencia que a produção de conhecimentos científicos não é neutra e isenta de questões sociais e políticas de determinados momentos históricos.

Amâncio (2001) enfatiza que estudos sobre preconceitos e estereótipos sexuais, segundo terminologia da época, especialmente na sociedade americana, foram realizados no final dos anos 60 e início dos anos 70. Esses estudos mostravam os efeitos produzidos pelos estereótipos sexuais, como por exemplo a baixa auto-estima feminina, por utilizar parâmetros masculinos de normalidade. A crítica a esse modelo é caracterizada pelo não questionamento às relações de gênero em sua articulação com questões sociais.

O modelo da androginia⁴¹, no início dos anos 70, propõe combater os estereótipos sexuais, orientado pela idéia de que cada pessoa pode lançar mão de atributos de ambos os sexos de acordo com a conveniência. Para Nogueira (2001), a teoria da androginia, utopicamente, sugere uma personalidade que reconciliaria os sexos num ser novo, orientado pela ausência de fronteiras entre o feminino e o masculino e criticado por não escapar à confusão entre sexo e gênero. Além disso, conforme a autora, “as análises quantitativas realizadas indicavam que os valores de masculinidade eram os melhores preditores do comportamento andrógino, surgindo deste modo uma valorização do modelo de masculinidade”(Nogueira, 2001, p.118).

Pode-se destacar também, nesse período, a teoria dos papéis sociais de gênero, orientada por um modelo funcionalista de sociedade⁴², papéis definidos a partir de expectativas acerca dos comportamentos atribuídos ao homem e à mulher, em função do seu gênero socialmente definido. Segundo Nogueira (2001), Alice Eagly (1987), em oposição às teorias biológicas explicativas das diferenças sexuais, utilizou a “...teoria de papel social, sendo a sua tese central

⁴¹ “Teoria da androginia formulada inicialmente por Sandra Bem”(Nogueira, 2001, p.116) .

⁴² Segundo Figueiredo (1991), o modelo funcionalista pressupõe uma sociedade estruturada a partir das noções de função e de complementaridade.

a idéia de que as diferenças sexuais são um produto dos papéis sociais que regulam o comportamento na vida adulta”(p.118). Nesse modelo, evidencia-se uma ênfase funcionalista na exclusividade social das diferenças sexuais, que não promove rupturas, pois, ao buscar romper com o determinismo biológico, produz generalizações adaptativas complementares e se pauta num determinismo social.

Nos anos 90, de acordo com Amâncio (2001), surgem, por parte de psicólogas feministas americanas e européias, inúmeras críticas ao passado, que apontam para a incapacidade da disciplina de produzir instrumentos conceituais e analíticos que dêem conta das relações sociais baseadas no sexo. Nesse sentido, diferentemente dos discursos produzidos a partir da exaltação do feminino e da diferença, os estudos de gênero passam a configurar um campo de saber em que corpos biológicos não determinam o gênero e passam a enfatizar o aspecto relacional implicado na construção social da diferença entre os sexos⁴³.

O que se podia perceber, de acordo com a autora, é que as produções teóricas que envolviam o gênero como categoria de análise, centravam-se na tarefa de superar leituras a-históricas, classificatórias e universais sobre as diferenças e as diferenças entre os sexos.

Mas o que o gênero e as relações de gênero têm a ver com o trabalho e com a divisão sexual do trabalho?

Inicialmente, cabe ressaltar que gênero e trabalho atravessam todo o tecido social. São construções históricas e culturais, fundamentalmente constituídas por sujeitos e, ao mesmo tempo, constituidoras dos mesmos, sejam homens ou mulheres. Autoras como Fonseca (2000) e Souza Lobo (1991) evidenciam que a força de trabalho é sexuada. Em outras palavras, o trabalho possui gênero, é generificado, pois, como atividade, é valorizado conforme os significados atribuídos (histórica e culturalmente) às atividades femininas e masculinas.

Não se pode, no entanto, como ressalta Sorj (1993), prender-se em atitudes que reduzem todas as práticas sociais e culturais às práticas de gênero, desconsiderando que vivências pessoais de homens e mulheres não se resumem às questões de gênero. É necessário que se compreenda que os sujeitos constituem e se constituem através de relações de gênero, de

⁴³ Amâncio, L. (2001) discute a consistência teórica dos modelos de identidade social e das representações sociais, desenvolvidas pela psicologia social européia.

classe, gerações, étnicas, entre outras, num processo dinâmico e, muitas vezes, contraditório. Ao mesmo tempo, deve-se considerar, também, que trabalho e gênero são produzidos nas relações sociais e culturais, e não podem ser compreendidos e estudados de forma polarizada, sob o risco de se contribuir para a naturalização de diferenças e semelhanças.

Essas discussões evidenciam o caráter relacional do gênero e do trabalho. Tratam-se, portanto, de relações sociais construídas cotidianamente e dialeticamente nas sociedades. Assim, o trabalho feminino, foco de investigação do presente estudo, deve ser pensado e analisado em relação ao trabalho masculino, para que não se contribua para a construção de polaridades.

Em artigo sobre a temática trabalho feminino, Bruschini (1993)⁴⁴ pontua que, entre outras questões referentes à condição da mulher, os estudos de gênero privilegiaram o tema trabalho, “...tendo sido o primeiro a logo conquistar o selo da legitimidade, inclusive nas universidades brasileiras”(p.2). Primeiramente, por ser o tema trabalho predominante nos estudos sociológicos e, segundo, por ser um tema importante para o feminismo, visto que, se remunerado, poderia ser transformador da condição da mulher dona-de-casa, no que se refere à posição subjugada que ocupava tradicionalmente na família.

Seguindo a trajetória descrita por Bruschini, observa-se que os estudos sobre trabalho feminino no Brasil centravam-se, inicialmente, sobre a incorporação ou expulsão da força de trabalho feminino pelo mercado capitalista. Posteriormente, os estudos tomam um novo rumo⁴⁵, quando passam a considerar o espaço produtivo e sua relação com a família, destacando que o trabalho feminino se articula por meio da combinação das esferas doméstica e de produção. Esses estudos produzem um salto qualitativo no momento em que passam a integrar a divisão sexual do trabalho, a partir da noção de que a organização social do trabalho é perpassada pela pré-existência de relações sociais entre os sexos⁴⁶.

A utilização da categoria divisão sexual do trabalho, no entanto, considerando-se o caráter histórico e relacional das relações de gênero e sua articulação com as relações de trabalho, não pode ser pensada como fixa e universal, pois pode remeter a um pensamento simplificador e a uma leitura limitada da realidade a ser estudada, conforme pontua a autora. Sob esse ponto de

⁴⁴ Esse trabalho foi apresentado pela autora no XVII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 22 a 25 de Outubro de 1993. A autora transita pelos estudos realizados por outros autores e faz uma análise da trajetória do trabalho feminino e suas perspectivas futuras.

⁴⁵ Bruschini (1993) cita estudos de Sarti (1985).

⁴⁶ Bruschini (1993) cita estudos de Hirata e Humprey (1984).

vista, parece inadequado partir da concepção de que a divisão sexual do trabalho é resultado de uma situação específica. Ao contrário, tal divisão se constituiu historicamente, perpassada por diversas determinações sociais.

Desse modo, evidencia Bruschini (1982) que historicamente as mulheres sempre executaram tarefas relacionadas ao trabalho doméstico, fundamentais à sobrevivência da família. Tarefas que, por um lado, incluem a preparação de alimentos, limpeza da casa, das roupas, entre outras, que possibilitam ao trabalhador renovar suas forças de trabalho. Por outro lado, incluem atividades que se referem à formação de novos trabalhadores, isto é, a reprodução biológica da família. No entanto, apesar de necessário para a manutenção e reprodução da força de trabalho produtivo masculina, o trabalho doméstico feminino não recebe a mesma valorização, por não resultar na produção direta de mercadoria.

Sobre a temática produção e reprodução do trabalho, Saffioti (s/d) contribui com a discussão, refletindo sobre o trabalho visível e invisível, engendrados pelo trabalho feminino e masculino no modo de produção capitalista. Nesse modo de produção, o trabalho doméstico realizado na esfera privada e o trabalho produtivo realizado na esfera pública produzem diferentes significados. O primeiro é denominado invisível, atribuído à mulher, não produz valor de troca, apesar de ter uma função fundamental ; “segregada do mundo do sobreproduto a mulher passou a constituir o cimento econômico invisível da sociedade de classes” (Saffioti, s/d). O segundo é denominado visível, produz valor de troca e é atribuído ao homem. Segundo a autora, a divisão sexual do trabalho designou ao trabalho doméstico, neste caso ao trabalho feminino no âmbito doméstico, a tarefa de repor a maior parte da força de trabalho que move a economia, produzindo valor de uso para consumo direto. O consumo dos meios de produção e vida, por sua vez, exigem renovação constante da produção, processo denominado reprodução, que acontece nos dois níveis, doméstico e produtivo. O trabalho invisível, produção de alimentos, vestuário, entre outros, permite a reposição direta e privada da força de trabalho. Cabe ressaltar que ocorrem constantes confusões entre a reprodução biológica e reprodução privada da força de trabalho.

A divisão sexual do trabalho, portanto, especializou os homens na produção do sobreproduto, com dedicação integral à produção social e à atividade pública, enquanto o

trabalho feminino, invisível, é colocado à margem. Numa sociedade de troca, não se destaca como categoria econômica e é significado como atividade secundária. Essas considerações reforçam a idéia de que a força de trabalho é sexuada e que o trabalho possui gênero.

Bruschini (1982) esclarece que pesquisas historiográficas em países europeus, no século XIX, mostram que nem sempre houve essa divisão/desqualificação do trabalho doméstico: a unidade doméstica era considerada como unidade básica de produção, e as tarefas domésticas, mesmo desenvolvidas no âmbito familiar, encontravam-se ligadas à produção de manufaturas. Com a Revolução Industrial, no final do século XIX, segundo essa autora, ocorreu o surgimento de duas esferas distintas: unidade doméstica e unidade de produção. Essa divisão do trabalho atribuiu ao homem o trabalho produtivo extra unidade doméstica, pelo qual passou a receber um salário, e à mulher coube a realização de tarefas relativas à reprodução biológica e da força de trabalho, sem visibilidade. A ideologia se encarregou da naturalização desse processo, que encontra legitimidade nas diferenças biológicas que envolvem os sexos. Como afirma Spink (1994), as próprias teorias médicas contribuíram para a naturalização das desigualdades sociais entre homens e mulheres, pois a partir da afirmação de uma fragilidade ovariana, geraram justificativas biológicas para a separação das esferas pública e privada, confinando a mulher à esfera privada.

A partir dessas considerações e como se observou anteriormente, não se pode tomar as esferas pública e privada de forma fixa, para não se correr o risco de se promover generalizações equivocadas. Pode-se, então, falar em construção social da divisão sexual do trabalho, como forma de desconstrução/construção de significados que possam ir além da lógica essencialista da produção e da reprodução biológica enquanto originária dessa divisão. Lógica esta que produz uma qualificação sexuada do trabalho, alicerçada na existência de divisões naturais que envolvem atividades específicas para homens e mulheres. Souza Lobo (1991) alerta para o fato de que pensar a divisão sexual do trabalho como construção é buscar romper com as lógicas essencialistas.

É interessante refletir, também, no contexto das esferas produtiva e doméstica, sobre a entrada da mulher no mercado considerado “produtivo”, enquanto possibilidade de ressignificação da desvalorização atribuída ao seu trabalho na esfera doméstica. O que se pode observar, conforme coloca Antunes (2000), é que a forma da incorporação da força de trabalho feminina no mundo produtivo revela, principalmente, a maneira pela qual o capitalismo se

apropriada desigualmente da divisão sexual do trabalho, tendo em vista que a ocupação desse contingente da mão de obra dá-se, preferencialmente, em áreas mais desvalorizadas da produção, que exigem a execução de tarefas rotineiras e periféricas, tradicionalmente destinadas às mulheres. Além disso, as mulheres não deixam de agregar às suas funções, as atividades domésticas que lhe são tradicionalmente atribuídas, caracterizando, assim, uma dupla jornada de trabalho.

A dupla jornada de trabalho, fugindo à rígida e dicotômica divisão entre público e privado, produtivo e doméstico, coloca em cena a manutenção de atribuições naturalizadas e destinadas à mulher na esfera doméstica, mesmo quando trabalha também fora dela. A entrada da mulher no mercado considerado produtivo, portanto, não lhe assegura a isenção, a redistribuição ou a ressignificação da desvalorização atribuída ao seu trabalho na esfera doméstica. Segundo Siqueira (2002), “a dupla jornada de trabalho das mulheres mantém-se praticamente inalterada, uma vez que a despeito de seu trabalho extradoméstico, a divisão de trabalho na família vem sendo perpetuada, sem que haja uma redistribuição de responsabilidades neste âmbito” (p. 26).

Essas pontuações sobre gênero, trabalho feminino e divisão sexual do trabalho contribuem para evidenciar a complexidade das relações sociais humanas e, ao mesmo tempo, sugerem um pensar que transcenda as respostas essencialistas e simplificadoras, e que se atenha à dinâmica das articulações das múltiplas esferas da vida de homens e mulheres, de diferentes etnias, contextos, idades, modos de vida, etc. É o que diretamente se pode constatar através das marcas do feminino que extrapolam o âmbito doméstico e de produção, o público e o privado. Para Fonseca (2000), pensar sobre o trabalho feminino “... implica considerar que o processo de feminização inculca-se não somente nas identidades subjetivas dos agentes sociais, como igualmente impregna a própria estruturação do universo, em suas normas e instituições”(p. 94).

Trazendo essas discussões sobre o trabalho feminino e a divisão sexual do trabalho no contexto urbano do modo de produção capitalista para o contexto do trabalho feminino rural e, especialmente, para o âmbito da divisão sexual do trabalho no meio rural, que articulações podem ser feitas?

Inicialmente, acredito ser fundamental realizar reflexões sobre as concepções de produtividade e improdutividade presentes na divisão sexual do trabalho. O que se percebeu,

transitando entre essas/es autoras/es que discutem o trabalho feminino e a divisão sexual do trabalho no contexto capitalista, é que as discussões apontam para a existência de esferas produtivas e improdutivas, responsáveis respectivamente pela visibilidade e invisibilidade dos trabalhos masculinos e femininos. Cabe perguntar se essa classificação poderá ser utilizada para a análise do trabalho feminino, masculino e da divisão sexual do trabalho rural.

Lago (1986) contribui para pensar as relações entre o modo capitalista de produção e o campesinato. Ressalta, fundada nos escritos de Marx, que o trabalho produtivo é aquele que produz mais-valia. O que define critérios de produtividade ou improdutividade não é a utilidade e o produto resultante do trabalho, mas as relações de produção e a remuneração do trabalho. “Assim, o trabalho pago por dinheiro enquanto capital e que, portanto, produz sobre trabalho para a valorização do capital, é produtivo, ao passo que o trabalho pago por dinheiro enquanto renda, é trabalho improdutivo” (p. 130).

Segundo a autora, as concepções de trabalho produtivo e improdutivo em Marx lançam dúvidas sobre a utilização de tais classificações a outros modos de produção, no caso, ao trabalho camponês, pois tratam-se de conceitos específicos sobre o modo de produção capitalista.

Em relação à divisão sexual do trabalho no meio rural, o que pode então, ser considerado?

Nessa linha de investigação, as discussões de Lago (1986) referem estudos que trazem a divisão sexual do trabalho como uma relação que se apóia na divisão de trabalhos considerados *leves* e *pesados*. Essa divisão atribui às mulheres as atividades mais leves, e aos homens, as mais pesadas. As atividades realizadas no âmbito doméstico, incluindo a horta e a criação de aves, são de responsabilidade das mulheres, aos homens cabem as atividades pesadas na lavoura e a criação de animais de maior porte.

Paulilo (1986), em estudos sobre o trabalho feminino rural no Noroeste do estado de São Paulo, Brejo Paraibano e Sul de Santa Catarina, descritos em artigo intitulado “O Peso do Trabalho Leve”, ressalta diferenças presentes em atividades agrícolas realizadas por homens e por mulheres, caracterizadas a partir da classificação de trabalho leve e pesado: atividades leves realizadas pelas mulheres e crianças, e atividades pesadas, pelos homens adultos. A autora argumenta que não se trata da atividade em si, enquanto leve ou pesada, mas esses significados são atribuídos em função de quem os realiza. Por esta caracterização cultural e histórica, os valores econômicos atribuídos às atividades se diferenciam. Essas variações

econômicas não se referem diretamente ao tempo utilizado para a realização das atividades, mas estão atreladas a quem as realiza: homem ou mulher. Segundo a autora, de acordo com a literatura sobre trabalho feminino urbano, observa-se semelhante diferenciação.

A partir do que é ressaltado pelas autoras, o que se pode supor é que a divisão sexual do trabalho rural e urbano se articulam, não no que se refere às concepções capitalistas de produtividade e improdutividade, mas no que se refere às desigualdades de gênero. Como se pontuou anteriormente, o trabalho é generificado. E enquanto generificado, extrapola os limites de um ou de outro modo de produção, produzindo-se e reproduzindo-se em todas as esferas da vida humana.

Para Lago (1986), no entanto, uma análise da divisão sexual do trabalho apoiada apenas em referenciais de atividade leve e pesada, se mostra equivocada. A autora argumenta, fundamentada em Garcia e Heredia (1971), que por sua vez, inspiram-se nas concepções de Chayanov, “...que a divisão sexual do trabalho em sociedades camponesas, é mais racionalmente explicável se considerarmos (...) a mulher encarregada do serviço na casa (unidade de consumo) e o homem, encarregado das tarefas na lavoura (unidade de produção)” (Lago, 1986, p. 131).

A partir da possibilidade desta articulação na trama das relações de gênero, parece ser interessante retomar a discussão sobre as esferas pública e privada/doméstica, pois, acredita-se que a análise da divisão sexual do trabalho no contexto rural pode ser orientada pela leitura dessas esferas. Essa discussão remete inicialmente à necessidade de se pensar tais esferas como historicamente contextualizadas. Giuliani (1997), em estudos sobre movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira, contribui para refletir sobre essa temática, demonstrando o quanto podem ser simplistas e generalizadoras as separações entre trabalho produtivo e trabalho doméstico, sem uma leitura da realidade na qual está inserida a mulher rural. A fragilidade e as contradições desta dicotomia podem ser observadas por meio da descrição da autora sobre relatos de experiências vividas por mulheres rurais, nos quais pontuam as dificuldades de cotidianamente distinguir claramente os limites do lar e do trabalho, das atividades domésticas e tarefas agrícolas, das responsabilidades de educar os filhos e as da vida comunitária.

Esses relatos sugerem que a divisão entre os espaços doméstico e produtivo presentes no trabalho feminino urbano, orientada, por exemplo, pela delimitação clara entre a casa e a

fábrica⁴⁷, pode não estar especificada no trabalho feminino agrícola. Cabe, então, analisar as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho como socialmente construídas e constitutivas das subjetividades femininas e masculinas que se produzem no meio rural.

Outra reflexão em que se pode observar o caráter cultural e histórico da divisão sexual do trabalho e a possibilidade de uma análise a partir das esferas produtiva e doméstica foi realizada por Cunha (1998). Este autor estudou “... as mudanças ocorridas na divisão sexual do trabalho, no âmbito da agricultura familiar, com o advento da modernização e da especialização da agricultura” (p. 195). Esse estudo contribui para se pensar sobre o fato de que uma análise que exclui as relações sociais cotidianas e se orienta por rígida divisão sexual do trabalho, fundada na concepção de que o mundo do trabalho é masculino e o mundo da casa e da família é feminino, pode se reduzir a uma leitura superficial da realidade, pois, segundo o autor, a divisão sexual do trabalho estudada não seguiu um “padrão universal”. Foi orientada pela composição do grupo familiar, qualidade da terra, modernização agrícola e qualificação da mão de obra⁴⁸. Entretanto, é importante considerar que pelo fato de não se contar com uma rígida divisão sexual do trabalho apoiada nas atividades tradicionais destinadas aos homens e às mulheres, não se pode afirmar que as desigualdades de gênero deixaram de existir.

Nesse sentido, as relações de gênero, não apenas no recorte do trabalho feminino e da divisão sexual do trabalho rural, devem ser pensadas como relações sociais multifacetadas. Conforme Paulilo (2000), a própria trajetória de luta pelo reconhecimento do trabalho feminino no meio rural como um trabalho produtivo é perpassada por questões em que reivindicações de classe não contemplam diretamente reivindicações de gênero. O que sugere, segundo a autora, que a transição do enfoque trabalhista/classe para o enfoque de gênero suscita um certo temor nas mulheres, no que se refere à promoção de possíveis conflitos na esfera privada.

Sobre a articulação relações de gênero e de classe, as autoras Scott (1990) e Saffioti (1992) ressaltam algumas das facetas de tal articulação, resgatando, fundamentalmente, o caráter

⁴⁷ Utilizou-se o exemplo “entre a casa e a fábrica” para evidenciar que o trabalho produtivo, no modo capitalista de produção, é apenas aquele que produz mais valia, realizado no setor industrial, permitindo a acumulação do capital. Sabe-se que na atualidade com os trabalhos considerados informais, muitas mulheres e homens realizam suas atividades no âmbito doméstico. Sobre a questão, conferir Antunes (2000) que reflete sobre a contemporaneidade do conceito de classe trabalhadora.

histórico das categorias classe e gênero. Para Scott, as mulheres, historicamente sempre integraram a classe trabalhadora, de modo que gênero e classe sempre andaram juntos. Saffioti, lançando mão da análise de Scott (1990), em que gênero é conceituado como “...a maneira primordial de significar relações de poder” (p. 197), propõe uma articulação entre gênero e classe social na trama das relações de poder.

Nesse caso, pode-se supor que questionamentos acerca das questões de classe, necessariamente, não levam a questionamentos sobre as desigualdades de gênero. Estudos realizados por Lechat (1996), em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), contribuem para refletir sobre essa idéia. A autora aponta que as formas de produção coletiva em assentamentos possibilitam o questionamento de antigas hierarquias de poder, existentes nas relações de produção familiar ou de proprietários assalariados. Entretanto, outras relações de poder são produzidas e geram situações de conflito, em que diferenças tradicionais de gênero, gerações e étnicas são manipuladas, promovendo desigualdade de poder.

Pode-se dizer que essas discussões sobre gênero, divisão sexual do trabalho, trabalho feminino e masculino, trabalho rural feminino e masculino, suscitam a trama de sentidos e significados que estão sendo construídos ao longo da história da humanidade e que envolvem a constituição do sujeito, permeada por poderes, por regras de dominação/exploração, que se produzem e se reproduzem nas práticas sociais.

⁴⁸ Ver Rua, M. G. & Abramovay, M. (2000) sobre a discussão envolvendo a qualificação sexuada da mão-deobra.

3. ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJU: OS FIOS QUE TRAMAM SUA HISTÓRIA, AS ASSENTADAS E ASSENTADOS

Numa perspectiva histórico-cultural, os sujeitos, ao estabelecerem relações sociais e culturais entre si, constituem a sociedade e se constituem subjetivamente. Desse modo, é fundamental conhecer e descrever os contextos em que estão inseridos, além das formas como são tramadas as relações mediadoras desse duplo processo de constituição. Com o olhar disciplinado por esses pressupostos, pude perceber que a realidade, tal como foi relatada pelas/os informantes, demandava, além do conhecimento acerca da organização espacial e social do assentamento na atualidade, uma descrição de suas origens, alicerçadas nos períodos de ocupação e de acampamento.

Essa necessidade foi criada, por um lado, pela pergunta acerca da trajetória de trabalho dos sujeitos no MST, que norteou as entrevistas e que produziu uma certa ordem discursiva, a qual possibilitou organizar este capítulo; por outro lado, pelo fato de que o assentamento rural é a concretização de um processo de luta dos próprios sujeitos pelo acesso à terra. Não se trata da trajetória dos sujeitos ou do assentamento como local onde foi realizada a pesquisa, mas da trajetória de ambos, num processo que é indissociável. Com isso, o que se quer pontuar é que não houve uma cisão entre o sujeito e o seu *locus*. Faz-se necessário ressaltar, no entanto, que nesse estudo, a utilização do método etnográfico de pesquisa contribuiu para evitar possíveis confusões que pudessem decorrer da análise dessa relação indissociável e que pudessem levar à noção de que a descrição do contexto, por si só, permitiria o entendimento das relações inter e intra sujeitos. Como esclarece Geertz (1978), “o locus do estudo não é o objeto de estudo ...os antropólogos não estudam as aldeias (tribos, cidades, vizinhanças...), eles estudam *nas* aldeias” (p. 32).

A história do assentamento pode ser descrita a partir de diferentes perspectivas. Dentre essas, escolheu-se aquela definida pelos relatos das/os assentadas/os, o que conferiu uma ordem singular a essa história. Especificamente, o modo como ocorreu a ocupação foi relatado nos depoimentos de duas mulheres e quatro homens que integram o grupo desde o seu início. O período de acampamento e as negociações que culminaram na desapropriação da área e na construção do assentamento, além das informações sobre sua organização interna, no que se

refere às relações de trabalho e demais relações sociais que o constituem, foram relatados por todos os 21 entrevistados.

Os vários fios da história, apresentados e descritos sobre a forma de fragmentos de depoimentos mais amplos, evidenciam o modo como cada um se apropriou dos significados produzidos coletivamente. Busquei, portanto, neste capítulo, tramar os sentidos atribuídos aos acontecimentos vivenciados pelas mulheres e homens sem-terra, protagonistas de uma história de luta e resistência, organizada pelo MST, movimento formado por sujeitos singulares que fazem escolhas e a partir delas se constituem. Tal trama se efetiva pelo processo de “decodificação”, por parte da pesquisadora, dos sentidos produzidos pelos sujeitos, os quais remetem a recortes de estudo, construídos a partir do que foi possível olhar, ouvir e registrar naquele momento histórico.

3.1. As origens do assentamento: a ocupação e o acampamento

O assentamento Sepé Tiaraju⁴⁹, localizado no município de Campos Novos (SC), em uma área de aproximadamente 379,06 hectares, aos meus olhos, pesquisadora recém-chegada, apresentou-se como um local de paisagem exuberante, formada por verdes pastagens e plantações. Essa terra nem sempre foi um assentamento e nem sempre foi povoada por trabalhadoras/es rurais sem-terra. Segundo os relatos das/os informantes, a história do assentamento teve início em 1998, quando algumas famílias sem terra, organizadas pelo MST, fizeram a ocupação da área. Nas palavras de um informante⁵⁰,

“... a gente ocupou com 19 famílias, no momento da ação. Então, foi em 14 de outubro de 98, a gente ocupou essa área” (Mário).

Esse relato traz um fato que ocorreu há aproximadamente 5 anos, portanto, 14 anos depois da criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em ato que, na época, conforme como já foi colocado, representou a unificação de diversos movimentos de

⁴⁹ Sobre a origem e a escolha do nome do assentamento tratarei a seguir.

⁵⁰ Os nomes das/os informantes foram substituídos por nomes fictícios. Além disso, os relatos das/dos assentadas/os aparecerão sempre em itálico e entre aspas para se diferenciar das citações das/os autores utilizados para análise e discussão teórica.

trabalhadores rurais desprovidos de terra, de atuação localizada, no sul do Brasil⁵¹. Cabe ressaltar que o processo que envolve a criação e a trajetória do MST não foi objeto desta pesquisa⁵². O que se pode perceber, com a leitura da bibliografia consultada, é que o surgimento do MST foi marcado por conflitos que envolvem as lutas pela terra, travados por sujeitos singulares, coletivamente organizados, diante de uma realidade segregadora⁵³.

De acordo com o recorte do estudo, importou saber, então, como as/os trabalhadoras/es rurais sem-terra, sujeitos singulares, envolvidos nessa trama social articulada pelo MST, significam suas trajetórias de luta pela terra, no caso específico do assentamento Sepé Tiaraju, em Santa Catarina.

A ação de ocupação que mobilizou as 19 famílias foi e é uma estratégia específica, utilizada pelo MST como forma de acesso à terra. Fernandes (2000) ressalta que a ocupação “é um processo socioespacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação” (p. 281). Esse autor considera que a ocupação de uma área é vista como uma forma de acesso à terra. Não pode ser pensada enquanto uma ação meramente mecânica de sujeitos, em função da ocupação física de uma área de terra, mas se constitui como um processo complexo, em que várias questões estão em jogo, entre estas, a não realização de uma reforma agrária que atenda as necessidades das/os trabalhadoras/es rurais⁵⁴. O que se reivindica com uma ocupação, insere-se no campo polêmico da não realização da reforma agrária no país⁵⁵. Além disso, pode-se pensar que se trata de um processo complexo também porque mobiliza diferentes sujeitos, com objetivos que se aproximam e se diferenciam, em ações que se propõem unificadas.

O MST, enquanto um movimento social, articula diferentes sujeitos em torno de reivindicações coletivas, que se inscrevem no multifacetado contexto das relações sociais e culturais. Scherer-Warren (1999) define movimento social como

um conjunto mais abrangente de práticas sociopolítico-culturais que visam a realização de um projeto de mudança (social, sistêmica ou civilizatória), resultante de múltiplas redes de

⁵¹ Conferir: Fernandes (2000).

⁵² A revisão bibliográfica realizada remete a vários títulos que se dedicam a essas questões.

⁵³ Sobre a trajetória de exclusão da propriedade da terra, exploração e desigualdade social no campo do século XVI até o século XX, ver Paulilo (1998). Conferir também Martins (1980), entre outros.

⁵⁴ O MST apresenta uma proposta de Reforma Agrária: entre outros, ver Morissawa (2001, p. 168-172).

relações sociais entre sujeitos e associações civis. É o entrelaçamento da utopia com o acontecimento, dos valores e representações simbólicas com o fazer político, ou com múltiplas práticas efetivas (p. 15-16).

Na realidade estudada, as ações mobilizadas em função da organização em torno do MST, o ato de ocupar, de acordo com alguns depoimentos das/os informantes, envolveu homens e mulheres de diferentes gerações. As crianças e os adolescentes acompanharam seus pais, assim como, em alguns casos, os pais de seus pais também estavam presentes. Uma das informantes não se refere ao marido ou a si mesma como responsável pela decisão de ocupar, mas ressalta que foi uma decisão familiar conjunta, motivada pela necessidade de lutar por uma vida melhor para os filhos.

“A gente vinha de uma descendência pobre assim. A gente decidiu, então, de lutar por um pedaço de chão. Então, nós decidimos de ir ... para dar melhor condições de vida para os nossos filhos” (Emília).

Uma outra informante ressalta que tal decisão não estava isenta de conflitos intra familiares e, no seu caso, precisou assumir a ida para a ocupação com o marido.

“Na hora de ir (para ocupação), ele (marido) não queria que eu fosse. Eu banquei que eu queria ir! Porque a impressão que eu tinha, é que ele ia só pra ajudar e daí voltava pra casa. E eu não queria isso. Eu queria ir, mas eu queria ir pra ficar” (Cecília).

A decisão de aderir à luta do MST e participar de ocupações foi também impulsionada pelas mulheres, fato que não é estranho, pois de forma visível ou não, as mulheres constituem as histórias de luta pela terra. Pesquisas sobre a temática gênero no MST, realizadas por Lechat (1993), Pavan (1998) e Melo (2001), nos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, respectivamente, ressaltam a participação das mulheres no processo de luta pela terra. No assentamento estudado, por opção ou não, as mulheres fizeram parte da história, como foi o

⁵⁵ Sobre esse tema ver também, Medeiros (2001).

caso de uma informante que, na época com 15 anos, não optou necessariamente pela ocupação, mas acompanhou os pais no processo. Ela relata o fato do seguinte modo:

“O dia que nós chegamos na estrada lá em cima, desembarcamos do caminhão e acampamos tudo ali, do lado da estrada. Naquele lugar começou a escorrer água ... aí mudamos pro outro lado. Fizemos fogo de baixo de uma árvore. Se esquentamos, porque era frio. ... tiramos o fogão de cima do caminhão para fazer comida. Antes de tirar de cima, quebraram as quatro pernas do fogão, derrubaram. ...colocaram em cima de um banco pra fazer comida. Fizemos comida. Tinha um vento terrível!” (Alice).

Esses depoimentos contribuem para enfatizar o caráter singular e coletivo na luta pela terra, especificamente o modo como cada informante constituiu e se apropriou de uma ação coletiva a fim de ter acesso à terra, nela produzir e morar. Para que essa mudança fosse viabilizada, foi necessária a realização de outras ocupações e as/os trabalhadoras/es que aderiram à ação já tinham estado acampados/as em outras áreas da região. Isso evidencia que a opção pela ocupação não se esgota em uma única ação e, algumas vezes, são necessárias várias, até que se consiga ser um/a assentado/a. As mudanças de uma ocupação e de um acampamento para outro são descritas a partir da articulação de várias questões, entre estas, o fato de o tamanho da área não ser suficiente para o número de famílias acampadas, ou as ações de despejo promovidas pelos proprietários das terras tidas como improdutivas, ocupadas pelo movimento.

“...numa ocupação, em 97, aqui em Campos Novos. E dentro dessa ocupação, a gente teve várias situações. Então, a gente teve um despejo, que não foi, assim, um despejo violento, foi um acordo de a gente sair da área. A gente saiu, ocupou uma outra área, mais pequena. Depois de seis meses, a gente reocupou a mesma fazenda que a gente tinha saído, porque a área era improdutiva. E acabamos sendo despejados dessa área de novo, com a força policial daí” (Mário).

Esse relato mostra a complexidade do processo, no que diz respeito às múltiplas situações que perpassam a luta pela terra. Remete ao fato de que a ocupação de uma determinada área de terra e a organização de um acampamento, necessariamente não resultam em sua

desapropriação imediata para a construção de assentamentos rurais. Uma ocupação também pode resultar, como ressalta Fernandes (2000), em vários assentamentos rurais e, muitas vezes, pode ser um caminho longo até sua efetivação. A trajetória do grupo estudado, além das mudanças de um acampamento para outro dentro de um mesmo município, foi marcada também por processos migratórios entre municípios. Especificamente, os quatro assentados e duas assentadas que destaquei como os que descreveram o processo de ocupação, vieram de um acampamento localizado no município de Passos Maia⁵⁶. Essa trajetória migratória, no entanto, pelo que se pode perceber, foi uma realidade vivenciada por todas/os as/os informantes que constituem o grupo.

Os processos de migração, aos quais se submeteram alguns dos sujeitos entrevistados, foram orientados pela busca de melhores condições de vida para a família, no caso dos casais com filhos, e, no caso dos solteiros, pela possibilidade, além de outras, de se criar condições econômicas para se constituir uma família no futuro. Sobre essa articulação envolvendo as famílias e os processos migratórios, Wanderley (1999) evidencia que

uma das dimensões mais importantes das lutas dos camponeses brasileiros está centrada no esforço para constituir um *território* familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores. Paradoxalmente, a perseguição desse objetivo supõe, muito freqüentemente, a extrema mobilidade do agricultor, que se submete a longos, constantes e sucessivos deslocamentos espaciais (p. 43).

A vinda para Campos Novos não se deu em função de uma articulação *a priori* para a ocupação da área que hoje é o assentamento. Como pode ser observado, houve outras ocupações e outros acampamentos organizados a partir da realidade que foi se apresentando em cada acampamento da região. Uma informante destaca que o grupo que migrou de Passos Maia era um grupo maior e que foi se dissolvendo em função de alguns acontecimentos.

⁵⁶ A distância entre Passos Maia e Campos Novos é de aproximadamente 100 Km.

“Quando nós viemos de Passos Maia, nós era em 26 famílias. Chegando ali, deu todo esse rolo de despejo. Daí, ali só ficava 30 família naquela época, nessa área dos Andreazza. Que daí, nós juntamo com o outro acampamento que tinha. Aí, ficaram essas famílias ali. Uma parte saíram, foram para outras áreas. E nós então, esse grupo, 14 famílias, viemos pra cá” (Cecília).

Esses acontecimentos antecederam a ocupação e o acampamento, mas houve também outros acontecimentos que impulsionaram a vinda desses sujeitos, de Passos Maia para Campos Novos, e que estão implicados diretamente no modo como o assentamento se constituiu, sendo que a sua organização se deu, inicialmente, por conta de relações e interesses comuns entre estes, questões que extrapolaram a mobilização coletiva para fazer a ocupação e o acampamento⁵⁷. Para outro informante, a realidade do acampamento de Passos Maia e das/dos trabalhadoras/os rurais sem-terra que vieram para Campos Novos não oferecia muitas alternativas, como a desapropriação da área para a construção do assentamento ou a desapropriação de outras áreas no próprio município.

“Então, nós nessa saída de Passos Maia pra cá, ...nós, eu vim ...quando nós não tinha mais perspectiva lá. Já tava ... lá na região, o pessoal desanimou” (Lucas).

Esse mesmo informante relata que apesar das condições desfavoráveis que dificultavam a permanência do grupo em Passos Maia, a decisão das famílias de saírem do local e buscarem outras alternativas deu-se porque uma das famílias optou pela mudança de acampamento e de município. Essa saída, então, foi desencadeada pela sua vinda anterior para Campos Novos, a fim de contribuir em uma ocupação e conhecer a região. Após uma tumultuada estadia no município, envolvendo trabalhadores rurais sem-terra, fazendeiros e policiais, este informante voltou a Passos Maia com o firme propósito de mudar para Campos Novos.

“E eu fiquei, então, ...olha, independente de quem vinha do grupo ... então, esse grupo que taria aqui, eles ficaram aguardando, não tavam convencidos de vim. Porque quando a

⁵⁷ Esses objetivos comuns são referentes ao modelo coletivo de produção proposto no assentamento.

gente falava, ninguém falava nada. Porque se enraizaram ali na região, os pais moravam ali. ... O pessoal que não queria vim, quando viu que nós iria sair mesmo, a família, então, todo mundo disse, olha! Nós vamos embora também. Aí, veio 26 famílias na época” (Lucas).

As 26 famílias que vieram juntas para Campos Novos foram aos poucos se separando, em função de vários motivos. Apesar das constantes mudanças de acampamentos, feitas durante essa trajetória, algumas famílias, organizadas em torno do objetivo de construir o assentamento coletivo, dentre as quais estão as/os seis assentadas/os que se mantiveram juntos, auxiliaram na ocupação de outras áreas para que outras famílias pudessem ficar. Nessa trajetória já se reconheciam enquanto um grupo, como mostra o relato de uma informante.

“Aí, o pessoal foi se separando dali. E o nosso grupo foi ficando. Ajudamos a ocupar várias outras áreas. Deu 19 mudanças, até nós chegá aqui em Campos Novos. Então, as pessoas iam ficando na área, aonde nós ocupava, um grupo ia sempre saindo, que são as famílias que, até hoje, acompanham nós” (Cecília).

O grupo é formado por 16 pessoas, dois casais com quatro e dois filhos, e seis homens solteiros. Essa composição mobilizou algumas das 19 mudanças que ocorreram, pois, além das situações referentes ao tamanho da área e ações de despejo, o fato de haver sujeitos solteiros foi também considerado um motivo para algumas das mudanças. As regras que definem as famílias que serão assentadas são orientadas pelo número de integrantes de cada uma, o que possibilita que as mais numerosas sejam assentadas primeiro. Porém, o modo como foram orientadas as ações para viabilizarem o acesso à terra, segundo um informante, solteiro na época, não foi considerado como problema.

“E a gente foi ficando por último. Sempre deixando pras famílias que já tinha famílias, tinham mulher e tal. A gente, que era solteiro, foi ficando por último. A gente entrou numa consciência de deixar oportunidade ... a gente discutia dentro do acampamento. E dentro dessas oportunidades, a gente foi deixando a oportunidade pros outros, mas a gente foi

adquirindo muito mais conhecimento, dentro do Movimento Sem Terra. ... completei a escola que eu deixei” (Mário).

Tratava-se, então, de uma questão de consciência e, se por um lado houve uma espera maior para ser assentado, por outro os períodos nos acampamentos possibilitaram o acesso a conhecimentos que, apesar de não estarem orientados por critérios do ensino formal, mediaram a conclusão da escolaridade que Mário havia abandonado. Foram momentos significativos para ele, à medida que as situações vivenciadas nos acampamentos, apesar de serem marcadas pela instabilidade e pelas freqüentes mudanças, propiciaram conhecimentos considerados fundamentais para sua formação.

Para outra informante, as constantes mudanças de um acampamento para o outro revelavam que, mesmo mudando de área e de município, não se alteravam as cenas cotidianas de privações.

“ Os acampamentos que a gente ia, cada um que passava não mudava muito um do outro. Na verdade, eles foram sempre consoante um com o outro. As necessidades que a gente tinha não era diferentes uma da outra. Era sempre quase as mesmas. Falta de comida, roupa, calçado, de várias coisas. Das condições que a gente tinha, várias crianças também, sofreram muitas doenças e tal” (Emília).

No que se refere às condições de saúde das crianças no acampamento, uma informante contribuiu para denunciar uma das faces cruéis das desigualdades sociais, presentes, é claro, não apenas no meio rural. A mesma relatou, de forma dramática, a morte do filho de um ano, por desnutrição, tendo como pano de fundo um processo conflituoso de despejo da área onde estavam acampados⁵⁸. A criança esteve internada no hospital da cidade, retornou com a mãe para o acampamento. Esse retorno foi atribulado, não apenas pela ação de despejo, mas também pelo fato de ser a informante analfabeta e, ao sair do hospital sem conhecer a cidade, ter acabado por se perder. Dois dias depois, após as dificuldades encontradas para chegar ao

⁵⁸ Esse acampamento também estava localizado no município de Campos Novos.

acampamento, acrescidas de novas dificuldades para encontrar transporte, a mãe retornou ao hospital com a criança que, devido ao debilitado estado de saúde, não sobreviveu.

“No sábado eu saí do hospital. No domingo, eu cheguei em casa. Na segunda-feira, eu tive que levar de volta o piá (filho). Daí, eu vi que não adiantava mais. Não tinha mais condições. Já tava morrendo dentro do barraco! ... Aí, eu corri por tudo, sabe? Tudo no acampamento. Um até tinha um carro. Ninguém queria levar. Daí, eu fui no barraco de um rapaz. Eu disse, ... você leva o neném pra mim? O neném vai morrer! Ele disse, eu levo sim! ... chegamos no hospital, o piá morto no meu colo, não queriam atender e nada, sabe? ... daí, ligaram para um tal médico. O médico disse que era pra levar o piá no consultório dele. Daí, a mulher disse, não tem mais tipo! Não dá mais! Daí, a mulher pegou o piá do meu colo e disse, você leva as pantufa dele no carro. Eu fui levar as pantufa no carro, mas elas acharam que eu não vi que o piá tava morto...” (Luiza).

Esse depoimento é mais amplo e descreve com detalhes o modo como a mãe significou a morte do filho. As relações sociais foram descritas a fim de (re)compor a história, assim como foram enfatizadas as contribuições e a solidariedade dos sujeitos envolvidos, e denunciadas as omissões. A denúncia de falta de atendimento, porém, não foi feita formalmente aos órgãos competentes. A informante considerou que sua condição não possibilitaria tal ação, mesmo sabendo que algumas pessoas no acampamento achavam que deveria ser aberto um processo judicial para apurar responsabilidades pelo óbito da criança.

“Não tinha jeito. Como é que nós ia? Se nós não tinha nada. Não tinha jeito!” (Luiza)

O sentimento de impotência de Luiza diante de uma situação em que lhe é solicitado que faça uma denúncia, manifesta-se na constatação de que é necessário se ter alguma coisa para se poder fazer alguma reivindicação. E como reclamar por justiça, quando se acredita que o lugar social de onde se fala não sustenta tal pedido? É um sentimento que pode ser pensado a partir do que Sawaia (2001) chama de sofrimento ético-político, o qual “retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que

surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade” (p. 104).

Os acampamentos, como ressaltaram alguns relatos, sem buscar generalizações, são espaços onde ocorrem dificuldades e privações de todas as ordens. Nesse caso, há privações que se produzem e reproduzem em contextos sociais diferentes. Além disso, as/os trabalhadoras/es denunciam, na condição de acampados, privações anteriores, representadas pela falta de terra para produção e reprodução no meio rural. São contextos que assumem a “forma” de acampamentos de trabalhadoras/es rurais desprovidas/os dos meios de produção e constituem, assim como as ocupações, estratégias de luta pela terra.

Segundo Fernandes (2000),

Os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação. São uma forma de materialização da organização dos sem-terra e trazem, em si, os principais elementos organizacionais do movimento. Predominantemente, são resultados de ocupações. São, portanto, espaços de lutas e de resistência (p. 293).



Fonte: Acervo pessoal

Foto 01: Barracos do “tempo do acampamento”, mantidos pelas/os assentadas/os.

Nesse espaço de luta e resistência, para sobreviver, os sujeitos pesquisados trabalhavam como diaristas. Mas esse trabalho não era realizado por todos os sujeitos que integravam o acampamento. Segundo uma informante, poucas mulheres trabalhavam como diaristas no período de acampamento.

“No início, logo que nós chegamos, que a terra tava ainda, assim, pra ser liberada. ... então, por um tempo ainda nós trabalhamos, assim, fora do assentamento. Porque a gente não tinha como plantar e produzir aqui. [Vocês trabalhavam “fora”, em terras próximas?] Trabalhava fora, na redondeza ... Fraibrugo ... foi trabalhado na colheita do alho, colheita de feijão, essas coisas. Então, o pessoal daqui saía. [Você também trabalhava “fora”?] Não, porque eu tinha neném muito pequena. E daí, naquela época ainda, era poucas mulheres que participavam” (Silvia).

Eram trabalhos realizados, na sua maioria, pelos homens, como relatou a informante. Pode-se supor, a partir do relato do tempo do acampamento, que essa realidade foi modificada no assentamento. É sobre essa possibilidade de modificação que esta pesquisa se propõe a refletir. Quanto ao trabalho no acampamento, no entanto, não se pode fazer generalizações sobre as atividades que cabiam aos homens e às mulheres dentro e fora dele. No caso estudado, especificamente, se por um lado havia divisão tradicional de trabalho por gênero, por outro, alguns homens e mulheres estavam sozinhos, e para estes não existiam divisões de tarefas, eles/as eram responsáveis pela própria sobrevivência dentro e fora do acampamento. Para um dos informantes, solteiro na época, a vida no acampamento possibilitou mudar o modo como agia em relação às tarefas diárias em casa e na roça.

“Daí, eu vim pra cá. Na época ali, fiquei sozinho. Ele (irmão) me convidou, é claro, pra gente fazer a alimentação junto, no barraco dele e tal. Mas, eu não sei, eu achei melhor eu fazer no meu barraco sozinho. Até porque, eu sempre fui, agora que tá mudando um pouco, ... mas a gente no início, a gente fica meio ... é parente, é tudo, mas a gente achava melhor assim, se desafiar. Eu pensava! Eu lembro quando eu tava em casa, eu não fazia nada, a não ser o serviçinho da roça. E chegava em casa e não fazia nada. Então, eu cheguei ali, fiz o meu barraco, perto deles. Eu fazia a minha tarefa na corrida, porque não era fácil, uma pessoa sozinha fazer alimentação e trabalhar. [Você queria se desafiar?] Desafiar, na verdade! Porque, na verdade, buscar o conhecimento ... não tem melhor conhecimento do que a prática. É você ir à luta! Às vezes, a gente pode ter a teoria, mas se não fazer, né? (Luiz).

Para as mulheres sozinhas no acampamento, as dificuldades que se apresentaram foram diferentes da relatada por esse informante. O fato de estarem sozinhas no acampamento e serem responsáveis pela própria sobrevivência não as isentou de situações consideradas constrangedoras, como assédios sexuais. Essas situações foram geradas no acampamento e soluções também foram buscadas no próprio acampamento, o que revela uma outra face do seu cotidiano, representado pelas relações de solidariedade que são construídas e estão relacionadas à manutenção da vida. O relato de uma das informantes ilustra o modo como se estabeleceu essas relações no acampamento.

“ Eu só tinha uma cama e um colchão. Eu vim pra cá sem ter ninguém pra morar junto. Não tinha fogão, não tinha panela, não tinha nada. Quando eu cheguei aqui não tendo essas coisas tudo ... aí, um casal já morava num barraco, onde tinha vários jovens, morando junto... aí, eles me convidaram também pra ir lá, almoçar, jantar, fazer as refeições no mesmo barraco. Fizemos um barraquinho pra mim. Eu fiquei um bom tempo. Um tempo começou até dar problema, por causa de alguns rapazinhos que vinham incomodar de noite. Aí, a jovem, filha do casal, vinha dormir comigo” (Sara).

Uma outra informante revela as estratégias que utilizava para evitar algumas situações consideradas desagradáveis.

“Desde o começo, que eu fui pro acampamento, havia um olhar um pouco diferente sobre a gente sozinha. Por isso, eu no acampamento nunca morei sozinha num barraco. Eu sempre morei com alguma família. Já para evitar muitas coisas, né? Que a gente já sentia o olhar das pessoas” (Anita).

A situação de uma mulher sozinha no acampamento não era vista como algo “natural”, por parte das/os demais acampadas/os, inclusive, se não fosse a proteção de alguma família, a informante dessa pesquisa seria “olhada” de forma diferenciada. Pode-se observar a partir desses relatos, que a preocupação de um acampado sozinho residia em questões relacionadas à conciliação das tarefas no barraco e na roça. No caso das mulheres sozinhas, era necessário, além de garantir a própria sobrevivência, buscar a proteção de outras famílias, para que não fossem alvo de olhares e atitudes diferenciadas, atribuídas às suas condições. É interessante pensar essa questão num contexto mais amplo, que remete à construção da necessidade de proteção inerente à condição de uma mulher sozinha, não só naquele espaço de acampamento.

A necessidade de proteção foi também decisiva na ida para aquele acampamento e, posteriormente para o assentamento, pelo fato de que a organização proposta seria de montar um coletivo. Não haveria, portanto, uma divisão da área de terra em terrenos individuais e o trabalho seria coletivizado. De acordo com o relato de uma informante, ser assentada em um

lote individual, além das dificuldades de realizar todas as tarefas diárias necessárias à produção, representava correr riscos por estar sozinha.

O modo de organização do trabalho no assentamento foi definido antes da ocupação e do acampamento. Foram os objetivos comuns que mantiveram unidas as famílias e sujeitos que migraram de Passos Maia. Sobre a discussão e organização, ainda no acampamento, de futuros coletivos, o MST (2001) ressalta “a importância de identificar no processo de discussões aquelas famílias que desejam conhecer melhor a nossa proposta de trabalho coletivo e nisto abrir espaços específicos para estudos e reflexões com elas” (p. 98). O relato de um dos informantes permite refletir sobre o modo como a possibilidade de uma organização e produção coletiva foi sendo construída.

“E aí, nesse meio tempo, então, de Passos Maia pra cá, nós, esse grupo, já vinha trabalhando. Nós formamos com vários grupos. Tinha grupos que era ... ‘não, eu vou fazer uma associação de famílias, outro, eu vou fazer um semi coletivo’. ... E nós fomos discutindo, ... olha! o melhor é o coletivo. Nós sentava à noite, tomando chimarrão, conversava da importância. Colocava tudo, o quanto o coletivo era importante” (Lucas).

Esse informante esclarece ainda que, no acampamento Zumbi dos Palmares, em Passos Maia, cenário das discussões iniciais sobre a organização do coletivo, das 725 famílias que estavam acampadas, apenas o grupo do Sepé Tiaraju optou pela construção de um assentamento coletivo. O MST considera o trabalho coletivo uma forma superior de cooperação e orienta as lideranças, de modo que possam agrupar e discutir isso com as famílias acampadas. “Não podemos deixar de estimular o trabalho coletivo, visto que é uma forma superior de cooperação, tem o sentido estratégico do nosso novo jeito de conceber a agricultura” (MST, 2001).

A proposta de construção de um coletivo foi também uma das questões que contribuiu para as várias mudanças de acampamento, já que em algumas áreas desapropriadas para assentamentos não houve, por parte de outros trabalhadores e trabalhadoras, concordância sobre tal organização. Quando a proposta da construção de um grupo coletivo não era acolhida nos assentamentos que seriam organizados, o grupo que a defendia partia em busca de outras possibilidades. Nesse sentido, a ocupação da área do assentamento foi uma ação que se

diferenciou das demais, pois *a priori* foi organizada em função da possível viabilização da proposta coletiva. Os sujeitos que optaram pela ocupação e acampamento nessa área, de acordo com um dos informantes, conheciam a proposta e se dispuseram a fazer uma experiência⁵⁹.

“E nós queria completar a área ... ir para uma área aonde só, não por o coletivo ser especial, mas que fosse uma área que desse pra gente só desenvolver a proposta coletiva. Que ela não fosse individual pra lá, ou individual pra cá. Que fosse todo coletivo!”
(Lucas).

A proposta da organização coletiva foi o que motivou o grupo que fez a ocupação e as pessoas que passaram a integrar o grupo depois, no acampamento e no assentamento. Mesmo quem não estava no dia da ocupação e que veio mais tarde, reconhece que a discussão do coletivo era antiga e acompanhava os trabalhadores e trabalhadoras desde o acampamento de Passos Maia.

“O pessoal tava por aqui já. Com uma outra história que não começou aqui também. Já começou em Passos Maia, inclusive antes de 97, foi em 95 o princípio de tudo, dessa história aqui. Mas, então, eles tavam aqui, depois de uma trajetória toda, com esse objetivo. Com esse intuito de construir um grupo coletivo aqui, com o número de famílias que a área comportasse” (Henrique).

A proposta de trabalho coletivo, presente desde o início da organização para a ocupação e acampamento, teve que esperar o processo de desapropriação da área para construção do assentamento, o que durou aproximadamente um ano, de outubro de 1998 a setembro de 1999.

Como um espaço de luta e de resistência, a realidade do acampamento que originou o assentamento estudado e a realidade dos sujeitos que o constituíram, foram perpassadas por

⁵⁹ Ressalta-se que no processo de ocupação, acampamento e assentamento, algumas famílias desistiram por motivos diversos. Alguns desses motivos foram relatados pelos/as informantes.

preconceitos e discriminações sociais que, para um dos informantes, são decorrentes da condição de integrante do MST.

“No momento que chegamos (na área de terra) foi feroz. ... Quando nós chegamos, no momento ninguém conhecia, né. O pessoal, os vizinhos, ninguém conhecia, tudo estranho. Aquela coisa! Não tinha trabalho, ... como a fama de sem-terra é grande e a região de fazendeiros ...” (Sérgio).

Assim, em espaços de lutas e resistências, as/os informantes, enquanto acampados e considerados intrusos numa área que não lhes pertencia, foram personagens de histórias de conflitos e enfrentamentos. O relato de um informante descreve em que bases ocorriam as relações entre as/os acampadas/dos e o fazendeiro, proprietário da terra.

“Então, nós não tinha oportunidade nem de fazer uma horta, pra ter alguma verdura, alguma coisa. Então, nós não podia fazer, porque o fazendeiro, normalmente, ele isolou nós na área. Então, nós só ficamos como acampados, trabalhando como diaristas” (Mário).

Além disso, a aceitação dos trabalhadores sem-terra como diaristas, no início, também não foi uma tarefa simples, conforme pontuou o informante.

“Essas famílias, ... esses fazendeiros (vizinhos e empregadores), então, não acreditavam muito nas famílias acampadas, nos sem-terra e tal. Porque eles já tinham algumas impressões de que as famílias eram baderneiras, eram pessoas que não trabalhavam, só dependiam do governo e tal” (Mário).

Sobre essas imagens veiculadas acerca das/os trabalhadoras/es rurais sem terra e que mobilizam diferentes sentidos entre as pessoas, gostaria de pontuar que durante o período em que estava realizando a pesquisa de campo no assentamento, foram recorrentes publicações em revistas e jornais de circulação diária e semanal, nas quais o lugar de sujeito trabalhador foi questionado em detrimento de outras atribuições, decorrentes da inserção desses sujeitos

no MST. Uma das publicações chamou minha atenção, ao trazer na capa um jovem integrante do movimento, com o seguinte enunciado: “MST - Eles Querem Revolução” (Época, 07 de julho de 2003)⁶⁰ As imagens distribuídas ao longo de uma reportagem de nove páginas que traziam mulheres e homens em acampamentos do MST, em marchas, ao longo das estradas e em outras situações, eram tendenciosamente belicosas.

A imagem de um jovem com o braço levantado e o punho cerrado, seguido de um grupo de homens e mulheres, com a bandeira do MST, constituem as páginas iniciais da reportagem, seguidas dos seguintes enunciados em destaque: “Guerra no campo”; “Os Filhos querem a revolução”. É apresentada também a imagem do presidente Lula, usando um boné do movimento, seguida do seguinte enunciado: “Enquanto o MST é recebido por Lula – com direito a boné e biscoitinhos -, seus novos líderes acham que a solução para o país é a revolução. Quem são e o que pensam os jovens criados nas invasões que hoje organizam saques e ocupações”; “A carapuça da discórdia – o gesto do presidente acirrou a luta no campo”.

Ao ler essa reportagem, perguntei-me sobre quais seriam os sentidos que esses enunciados mobilizariam em cada leitor? Muitas poderiam ser as respostas de acordo com a singularidade de cada um. Os sentidos que talvez pudessem ser comuns a algumas pessoas é o de que os integrantes do MST são produtores de violência, ou que desejam, por meio da “produção da discórdia”, conseguir terras. A relação que se estabelece, neste caso, entre o MST e a “guerra no campo”, abre poucas possibilidades para outras leituras, ou a produção de sentidos que não tenham ligação direta com a violência.

A referência que se faz é aos filhos e filhas dos trabalhadores rurais, jovens que cresceram em acampamentos. A reportagem sugere que esses jovens, diferentemente de seus pais, querem a revolução. Nesse caso, a sigla MST, correspondente ao Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, é deslocada. E a imagem desses jovens não está associada a de trabalhadores rurais, mas a de organizadores de “saques e ocupações”.

Essas e outras “mensagens” são exemplos das imagens veiculadas à população de modo geral⁶¹. As conseqüências dessas imagens no cotidiano das/os trabalhadoras/es rurais sem

⁶⁰ Conferir anexo 01.

⁶¹ Sobre algumas dessas reportagens conferir anexo 02.

terra, podem ser observadas nos relatos de Sérgio e Mário, mas acredito que também em muitos outros relatos.

O relato de Mário evidencia o modo como enfrentaram essas situações:

“Mas a gente no primeiro ano já mostrou serviço, já mostrou caráter, já mostrou força de vontade. E depois disso acabou sobrando serviço. Nós não conseguia fazer todas as tarefas que nós ... que eles queriam que a gente fizesse. Então, foi um momento que a gente conseguiu dar uma equilibrada. Porque nos primeiros tempos, a gente tava sofrendo bastante com a questão da alimentação. Então, nós não passava fome, mas passava necessidade das coisas. Então, nós vivia só de um produto, dois ... dita cesta básica que vinha do INCRA, do governo. Então, a gente sofreu bastante!” (Mário).

Como enfatizou Mário, foi necessário, portanto, “mostrar serviço”, isto é, buscar, por meio do trabalho, desconstruir os estereótipos de “baderneiros” e “dependentes do governo”, atribuídos aos sem-terra. Foi no dia-a-dia do trabalho de diaristas, em fazendas na região, que as famílias conseguiram sobreviver e permanecer no acampamento.

3.2. A construção e a organização espacial e social do assentamento

Autores como Stédile e Frei Sérgio (1996) definem o assentamento rural do MST como “um conjunto de famílias que passam a trabalhar numa área de terra destinada a agricultores sem-terra, utilizando-a para a produção agropecuária” (p. 84). Trata-se de um espaço de terra que foi desapropriado e destinado a assentamentos da reforma agrária, aos agricultores rurais sem-terra.

Castells (2001) pontua que “sobre os assentamentos da reforma agrária existe atualmente uma vasta bibliografia. Desde trabalhos acadêmicos – monografias, dissertações e teses – até resultados de pesquisas (algumas, fruto de equipes interdisciplinares sobre a temática), que buscam abranger nas suas investigações as diversas realidades regionais” (p. 89).

A diversidade de estudos pode ser justificada, considerando-se o número de assentamentos existentes no País. De acordo com informações contidas no Banco de Dados da Luta pela

Terra – UNESP/MST, citado por Fernandes (2000), até junho de 1999 havia um total de 3.958 assentamentos, distribuídos no Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil, perfazendo um total de 475.801 famílias assentadas. Desse total de assentamentos, 102 estavam localizados em Santa Catarina, com 4.282 famílias assentadas.

Nessa direção, a noção de assentamento não se restringe apenas às questões espaciais, que envolvem a ocupação de determinado espaço geográfico. Trata-se também da forma como os sujeitos se organizam socialmente para ocupar e construir esses novos espaços de produção e reprodução da vida.

O assentamento estudado, como ressaltaram alguns informantes, estava em fase inicial de construção e organização. Foi criado em 1999⁶². Tem uma área total de aproximadamente 379, 06 hectares, localizada no município de Campos Novos. Não houve divisão da área em lotes individuais para cada família assentada e as construções que existiam no local, um galpão de madeira, uma estrebaria, chiqueiros, uma casa de madeira e as cercas, foram negociadas junto com a terra e mantidas pelo grupo. Essas construções eram antigas e, apesar das manutenções, não estavam em bom estado de conservação, sendo necessário, por parte dos/as assentados/as, uma boa dose de improvisação, para que pudessem ser utilizadas. É o caso da estrebaria, construída anexa ao galpão de madeira, como se fosse uma pequena varanda, com divisões para o trabalho de ordenha. Em dias de chuva e frio, a tarefa era penosa devido à água e ao barro que se formam com a entrada e saída dos animais.

Alguns das/os informantes relataram que, quando iniciaram a organização do assentamento não havia um “modelo” pronto para ser seguido. Havia algumas diretrizes sugeridas pelo MST, mas foi no dia-a-dia que foram experimentando e construindo formas de organização para o trabalho e para a vida em comunidade. Ressalta-se, assim, que o modelo descrito deve ser analisado a partir da dialética que envolve as relações sociais. É uma realidade constituída por sujeitos que continuamente significam e (re)significam o seu cotidiano, e desse modo foi compreendida e descrita nesta pesquisa.

Em função do modelo proposto, foram destinadas áreas coletivas para plantio de lavoura, horta, para a criação de suínos e galinhas, pastagens para criação de gado e ovelhas, açudes

⁶² Conforme dados fornecidos pelo INCRA, em Florianópolis-SC: Projeto de assentamento - SC0108000 - 379, 06 hectares - 013-14/09/99.

para criação de peixes, entre outras. O grupo adquiriu, através dos créditos viabilizados pelo projeto de construção de assentamentos empreendidos pelo INCRA, um caminhão e um trator para a realização dos trabalhos cotidianos.

Em termos gerais, pode-se pontuar, de acordo com Stédile e Frei Sérgio (1996), que o MST incentiva a organização de assentamentos em torno de associações e cooperativas de produção, ao invés do trabalho em lotes individuais⁶³. Esse incentivo é justificado pelo fato de que o MST defende que as organizações coletivas facilitam, ao mesmo tempo, a especialização e a diversidade, o aumento de investimentos na produção, a obtenção de recursos econômicos e a comercialização da produção.

Durante o período da pesquisa, o grupo contava com uma direção geral, eleita em assembléia e constituída por cinco integrantes, três mulheres e dois homens. A direção, de acordo com os seus integrantes, era responsável pela discussão das questões econômicas, políticas e sociais do grupo, e para estes, tinha um papel fundamental nos rumos do assentamento.

“...tem que ser a vanguarda de qualquer ... aqui no caso, nós temos que ser o primeiro a estar na frente” (Henrique).

A organização do assentamento proposta pelo MST, fundada a partir de linhas gerais para coletivos, ocorria, também, por meio dos setores que compreendem a lavoura, gado (leite e corte), subsistência (horta comunitária e demais produções destinadas ao consumo interno), integração (suínos para venda), administração e o social (saúde, educação, lazer, música, embelezamento). Cada setor tinha uma coordenadora ou coordenador, eleitos em assembléia geral. Os setores realizavam planejamentos quinzenais, que eram seguidos de acordo com a realidade diária do grupo. Nesse caso a organização do trabalho, apesar de setorizado, seguia os planejamentos de forma flexível, a fim de possibilitar a “inter-ajuda” de setores, necessária em época de colheita ou em situações emergenciais.

⁶³ Sabe-se, no entanto, que alguns assentamentos contêm também espaços de trabalho familiar individualizado, questão ligada à procedência de muitos desses agricultores, oriundos da pequena propriedade rural, da qual eram proprietários – condição que idealizam e à qual muitos ainda almejam retornar.

Além da direção geral e dos setores, o grupo estava organizado em três núcleos, que são constituídos por todos os assentados e assentadas que tinham responsabilidades organizativas e políticas dentro do assentamento. Todas as questões discutidas pela direção e pelos setores eram estudadas e avaliadas nos núcleos e nas assembléias. Os núcleos, portanto, intermediavam as discussões entre os setores e entre os setores e a direção. Eram os trabalhos da direção, dos setores e núcleos, que davam vida ao assentamento.

No assentamento havia também uma escola municipal de madeira, com uma única sala, dois banheiros e uma pequena cozinha. Funcionava de forma multisseriada, de 1^a à 4^a série. Os/as estudantes são as crianças do assentamento e algumas crianças de propriedades vizinhas. A professora também era assentada no local⁶⁴. O ensino fundamental de 5^a à 8^a e o ensino médio são buscados no Ibicui, comunidade vizinha ao assentamento, e no centro de Campos Novos. As crianças e os adolescentes do assentamento que estavam cursando essas séries, precisavam se deslocar de ônibus até as escolas estaduais. Ao lado da escola havia um campo de futebol. Nos fundos dela, foi construída uma churrasqueira provisória para as datas comemorativas do assentamento e em frente da escola, ficavam as casas.



Fonte: Acervo pessoal. Foto 02: Vista parcial da agrovila e do campo de futebol.

⁶⁴ Não é uma situação usual de todos os assentamentos.



Fonte: Acervo pessoal.

Foto 03: A escola do assentamento “... um dia de aula”.



Fonte: Acervo pessoal.

Foto 04: “O espaço da festa”

3.2.1. As moradias

Mesmo com a área liberada em 1999, as/os trabalhadoras/es ficaram morando nos barracos de lona até suas casas ficarem prontas, em agosto de 2002, quando foram inauguradas. Estas foram construídas na forma de uma agrovila. Na época da pesquisa, 20 estavam prontas e 4 estavam em fase de acabamento. No que se refere ao modo de construir e organizar as moradias, Castells (2001) ressalta que

a agrovila, como forma particular de ocupar o território rural, implica, para os assentados, que suas futuras casas sejam localizadas umas próximas às outras. Já as dimensões do lote e o tipo de implantação da casa dentro do lote são decisões a serem discutidas em geral entre assentados e assessores. Mas, por definição, as casas devem ser construídas próximas e num núcleo comum (p. 160).

Para o MST, segundo essa autora, além da proximidade espacial entre uma casa e outra, há outras questões envolvidas que se referem, tanto às prioridades ideológicas, quanto às práticas administrativas. São representadas pela possibilidade de que a proximidade entre os sujeitos favoreça o planejamento do trabalho coletivo, a solidariedade, a formação política do militante, entre outras questões (p. 161). Cabe ressaltar também que esse modo de organização social e espacial, em sistemas de agrovilas, incentivado pelo MST, não é comum entre famílias rurais⁶⁵.

No que se refere ao assentamento estudado, as casas foram construídas próximas umas das outras e, no seu conjunto, formam um semicírculo.

⁶⁵ Estudos sobre reassentamentos rurais evidenciam modificações nos padrões tradicionais das moradias, decorrentes da implantação e construção de agrovilas rurais. Especificamente, sobre a construção de reassentamentos destinados a produtores familiares atingidos por barragens, ver Reis (2001).



Fonte: Acervo pessoal.
Foto 05: A agrovila.

De acordo com as/os informantes, o que se pretendeu com esse arranjo, além de criar algo que chamasse a atenção, foi criar um espaço que se aproximasse do modo como são construídas algumas tribos indígenas, por conta da própria escolha do nome do assentamento, Sepé Tiaraju, líder Guarani morto em 1756, em luta pela terra⁶⁶.

“... a gente queria fazer uma coisa da própria iniciativa, que não fosse um negócio copiado. Queria criar uma coisa própria, claro, não somos diferentes de ninguém, mas uma coisa, assim, ... que chamasse atenção. Outra coisa, o nome do assentamento aqui tem uma origem indígena, e esse foi um dos motivos que levou a gente a pensar numa tribo ...É uma tribo, não é nada mais ... seria isso” (Henrique).

⁶⁶ Sobre as lutas pela terra e referências ao líder Sepé Tiaraju, ver Paulilo (1998, p. 60) e Fernandes (2000, p. 26).

No espaço central da agrovila foram plantadas algumas árvores e fixada uma bandeira do MST. Era uma área aberta, de uso coletivo, onde eram feitas reuniões e demais atividades ligadas à organização do trabalho, lazer, comemorações de datas significativas para o grupo⁶⁷. Pude também observar que o espaço era usado diariamente pelas crianças e adolescentes para a realização de jogos e brincadeiras.

Uma das informantes relatou que o modo como as casas foram construídas e os critérios que orientaram a distribuição das famílias em cada uma delas, foram escolhas que se deram a partir de uma discussão coletiva.

“Quando nós pensamos de fazer a agrovila, do formato que ela é ... então, foi distribuído um cartaz pra cada pessoa. Numa reunião distribuimos para que as pessoas desenhassem o local onde queriam morar, e como teria que ser. Aí, todo mundo desenhou. Depois de tudo desenhado, escolhemos uma daquelas que o pessoal mais gostasse, pra fazer o jeito. Então, foi o jeito que nós pensamos em fazer as casas do jeito que elas tão aqui. Antes de começar a construir, o INCRA mediu esse espaço aqui e colocou um marco em cada local ... e colocou os números. Em muitos lugares fizeram sorteio, mais nós aqui pensamos ... mais nós fazer sorteio fica muito chato! Então, vamos vê como o pessoal ... aonde o pessoal gosta de morar e coloca. Se são dois irmãos, qué morá perto ... tem um vizinho que gosta mais, qué morá perto. Deixamos o pessoal, assim, à vontade. O pessoal já foi falando ... eu moro na 1º casa ... o outro eu moro na 2º ... foram se ajeitando. Então, você vê que tem uma proximidade dos irmãos” (Cecília).

Para essa informante, a coordenação lançou mão de estratégias que pudessem auxiliar no projeto de construção e “distribuição” das casas, em conformidade com a proposta democrática do coletivo. Buscaram a participação das/os assentadas/os, para que pudessem criar o projeto de suas próprias casas, assim como escolher os vizinhos que gostariam de ter. A possibilidade de ter um parente como vizinho orientou algumas escolhas. Dentre as nove famílias assentadas, com parentesco consanguíneo, envolvendo irmãos e irmãs, apenas duas não são vizinhas. Sobre os laços de parentesco, Lechat (1993) observou em sua pesquisa em

⁶⁷ Como por exemplo, a solenidade de inauguração das casas (2002) e o dia do trabalhador (01/05/2003), quando foi aprovado o regimento interno do grupo.

assentamentos do MST, no Rio Grande do Sul, que estes eram comuns entre as famílias assentadas, destacando sua importância para a coesão do Movimento⁶⁸.

Na discussão de como seria construída e organizada a agrovila, surgiu também a questão de quem seriam os sujeitos que iriam executar o projeto. O grupo decidiu que as casas seriam construídas por seus próprios moradores e moradoras. Essa decisão demandou algumas providências, a fim de que as/os trabalhadoras/os rurais se “transformassem” em construtores, trabalho que pouco conheciam e que alguns nunca haviam realizado. Essa opção se deu também em função da escassez dos recursos financeiros, insuficientes para pagar os materiais de construção e a mão-de-obra. Através de cursos de construção civil, promovidos pelo Sistema Nacional de Empregos (SINE), os/as assentados/as buscaram o conhecimento de que necessitavam para viabilizar seus projetos.

A construção das casas foi algo relatado com orgulho pelas/os informantes, como parte de um processo de luta pelo espaço coletivo. Pode-se perceber, inclusive, a centralidade do tema, o que remete à reflexão acerca do lugar que ocupa a casa na vida desses sujeitos. Um dos informantes se referiu a esse processo da seguinte forma:

“Eu participei na construção das casas. Foi uma história muito bonita! A gente construiu as casas a partir da nossa força de trabalho mesmo. Nós mesmos fizemos! ... a gente pode construir o próprio teto da gente. Saber que cada casa que foram feitas, que as famílias hoje ... a gente pode contribuir, colocar um tijolo. Fazer, construir! Eu acho que a partir disso a gente passa a dar um valor um tanto especial! E um dos motivos que levou a gente fazer isso também, não é só esse é claro, ... um dos motivos foi porque, na verdade, o recurso era muito pouco” (Henrique).

Outra experiência relatada com orgulho por este e por outras/os informantes foi a que envolveu a mudança para as casas.

“A gente conseguiu, digamos assim, suprir a necessidade de todas as famílias ter sua casa. Eu acho que isso é bom, eu queria até lembrar uma questão ... porque as casas foram

⁶⁸ Sobre as relações de parentesco envolvidas nesses processos ver também: Viana (1990), Antuniassi (1998), entre outros.

sendo feitas durante esse processo e chegou um determinado momento, assim, que tinha algumas casas prontas ... porque uma outra coisa importante é que a gente, já antes de começar, cada um de nós já sabia aonde é que ia ser a sua casa. A gente já fez esse trabalho antes. ... Então, uma coisa que a gente conseguiu garantir durante quase dois anos, que assim que foram prontas as primeiras casas, as famílias não foram se mudando pras casas. Foram mantendo sua origem. Quando a gente mudou pra cá, não foi num dia só, porque a gente não conseguiu fazer toda a mudança num dia. Mas foi em dois dias. Que foi um momento só! Foi uma coisa importante! [Uma família aguardou a outra pra vir?] Sim. Foi uma questão de honra. Seria fácil, por exemplo, a minha casa tá pronta, eu vou carregar a minha mudança, vou pra lá e pronto. A gente conseguiu garantir isso de uma forma ... acho que consciência das coisas. Solidariedade coletiva, eu acho” (Henrique).

Esse informante, em seu relato, evidencia aspectos que são considerados importantes para a constituição de um grupo de trabalho coletivo. Referem-se aos valores, como ele mesmo chama, de solidariedade, coletividade, os quais se contrapõem aos considerados individualistas, que segundo os objetivos do MST, devem ser combatidos e desconstruídos, a fim de que se possa construir uma sociedade igualitária. A esse respeito, anteriormente, já na construção das casas, começaram a ser ensaiadas algumas mudanças que visavam promover essas (des)construções. Entre estas, a organização do trabalho conjunto entre mulheres e homens.

Foi necessária, na construção das casas, a força de trabalho dos homens e das mulheres do assentamento e de outros assentamentos e acampamentos. A atividade foi realizada por meio de um mutirão, coordenado por um assentado do próprio local e por um instrutor do SINE. A proposta com o mutirão foi, além de incentivar as relações de solidariedade presentes nesse tipo de organização, mediar um espaço de profissionalização aos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Castells (2001) encontrou, entre os trabalhadores rurais sem-terra de outros assentamentos no estado, experiências semelhantes de socialização e profissionalização.

No processo de construção das casas, as mulheres e os homens estavam na mesma condição de aprendizes. Para uma das informantes, não havia distinção entre os trabalhos em função das questões de gênero.

“Nós fazia aquilo que nós achava que dava pra fazer. Nós tanto ajudava colocar o tijolo, fazer o assoalho da casa, o forro, repartição. Foi nós que ajudamos a fazer. Então, não teve um distinção, mulher faz isso e homem aquilo. Nós fomos chegando e fomos fazendo aquilo que tinha que fazer. Nós tinha o coordenador. E mais o instrutor” (Cecília).

A noção do trabalho da mulher como uma ajuda, no entanto, mesmo quando homens e mulheres estão na condição de aprendizes e compartilham as mesmas tarefas, também pode ser discutida. O que permite pensar que, mesmo quando não ocorre uma divisão do trabalho por gênero propriamente, isto é, mesmo quando trabalham juntos, nos significados que são atribuídos às tarefas, há uma distinção. Observa-se, também, que a coordenação e o ensino do trabalho foram realizados por homens.

“Na construção das casas a gente conseguiu associar os trabalhos. ... assim, misturar um pouco ... um pouco homem, um pouco mulher e tal ... pra ir tocando, trabalhando. Então, uma parte fazia a parte da pintura. Tanto homem, que nem mulher. Aí, as mulheres também foram envolvidas no trabalho de fazer dentro de casa. Fazer o forro de casa, repartir a casa. Assim, nesse trabalho também as mulheres foram envolvidas” (Emília).

Esse relato sugere que construir casas não era um trabalho até então realizado pelas mulheres, estas *“foram envolvidas”*, e, nesse caso, a construção das casas conseguiu *“misturar”* homens e mulheres, o que remete ao fato de que antes não trabalhavam juntos. Em alguns momentos, durante as conversas informais e as entrevistas, eram comuns os comentários que colocavam esse trabalho enquanto um desafio *“eu me desafiei”* ou *“algumas mulheres se desafiaram mais”*. Esses comentários, porém, não eram feitos pelos homens, nem a eles se referiram. Ficou claro que o desafio era das mulheres que estavam entrando num espaço de trabalho tradicionalmente masculino.

Uma das informantes relata como se estabeleceram as relações entre mulheres e homens no trabalho conjunto, as quais é possível que não apenas as mulheres se desafiaram, mas foram também desafiadas.

“Ah! Mas você vai colocar um tijolo ... Ah! Mais você não vai conseguir (homem). Um pouco foi assim, aquela teima da gente ... tudo isso tá dentro da gente. De você pensar em fazer uma coisa e querer fazer, e fazer. Então, teve muito isso, assim. Teve boa vontade de ir fazer, de ir aprender” (Cecília).

A mesma assentada relatou ainda que a decisão de integrar a equipe que construiu as casas foi incentivada pelos sujeitos que organizaram o curso sobre construção civil, com o argumento de que as mulheres *“conseguem caprichar mais”*.

“Porque daí, colocaram que assim, tem que ir mulher também, fica ruim só os homens. O pessoal mesmo, que veio colocar aqui o curso, falou, é importante, porque as mulheres têm mais jeito de fazer, conseguem caprichar mais ... Aí, convenceram que era importante nós ir” (Cecília).

Esses depoimentos evidenciam que construção das casas, enquanto trabalho generificado, mobilizou mulheres e homens. No caso do trabalho das mulheres, houve, por um lado, um apelo por parte dos técnicos, *“as mulheres têm mais jeito de fazer”*. Por outro lado, a necessidade real de lançar mão da força de trabalho de reserva, neste caso, a das mulheres.

O modo como foi construída a agrovila nesse espaço coletivo, marcado pela ausência de cercas, o que favorece a proximidade, pelo menos física, entre os vizinhos, suscita, num primeiro olhar, a sensação de estar em uma sociedade em que o singular não habita. Com um olhar atento aos detalhes que figuram o espaço, porém, ainda sem nos determos nos sujeitos e suas relações, é possível observar a concretização e a manifestação das singularidades em cada espaço. Como exemplo dessa expressão, as casas possuem uma fachada externa semelhante e a mesma área total construída, mas no que se refere ao interior de cada uma delas, não se observou semelhanças, nem mesmo quanto à divisão dos cômodos. Um olhar um pouco mais atento revelou que o exterior também era singularizado, seja pelo jardim ou pelo vaso de flor que enfeita a varanda.

A relação entre padronização e singularização na construção e no modo como se organizam as moradias em assentamentos rurais foi enfatizada e discutida por Castells (2001). O estudo dessa autora revela que, mesmo nas moradias dos assentamentos onde se propõe uma

padronização estética, singularidades se apresentam através das cores que cobrem as paredes, dos móveis, cortinas, quadros, enfeites, jardins e hortas, entre outras coisas, evidenciando que a “casa tem um dono”.

Sobre as diferenças percebidas nas moradias do Sepé Tiaraju, um dos informantes relatou o que pensa a respeito:

“ Eu acho que foi uma das coisas que a gente conseguiu se dar por conta antes de nós fazer. A gente, embora trabalhe todos juntos, tenha vida comunitária, mas que as pessoas tem uma certa diferença, né. Na cabeça, ou sei lá! Cada um tem um gosto! Foi por acaso e também não foi! A gente entendeu isso, que tinha que dá essa liberdade. O tamanho das casas e o padrão delas, assim, ... se deu por causa do recurso. E internamente, como a gente tinha essa flexibilidade de poder fazer isso, então, ficou à vontade. Cada um fez do jeito que imaginava a sua casa. Que nunca teve, na verdade! Muita gente nunca teve uma casa e que teve oportunidade de fazer. Realizar, colocar em prática um pouco daquilo que imaginava” (Henrique).

Esse informante atribuiu à agrovila um significado que articula o singular e o coletivo como “faces de uma mesma moeda”. Para ele foi uma construção que, dentro das condições de possibilidades, foi projetada de modo que contemplasse essas duas dimensões. Isso foi possível a partir daquilo que os recursos econômicos, incluindo os créditos recebidos, puderam propiciar. Assim, as casas, com exceção de uma de madeira⁶⁹, eram de alvenaria, com janelas de ferro e vidro, assoalhos e divisões de madeira. Possuíam 1 cozinha, 1 sala (algumas conjugadas), 1 banheiro, 2 ou 3 quartos, 1 despensa e varanda. Em todas havia energia elétrica, água encanada e fossas individuais. As janelas, as portas de ferro e os assoalhos foram pintados pelas mulheres. As paredes de alvenaria e de madeira ainda não haviam sido pintadas. As janelas e as portas de ferro, apesar de contrastarem com a beleza do cenário que circunda as casas, foram justificadas pelo baixo custo econômico e pela durabilidade.

⁶⁹ Essa casa de madeira era de um dos assentados, que trouxe os pais e a irmã para morar com ele. As madeiras utilizadas nesta construção eram de uma casa que os pais tinham em outro município. Os motivos da mudança para o assentamento serão descritos ainda neste tópico.

A maioria das famílias possuía geladeira, fogão a gás e a lenha, pia, mesa, armário para louças, camas. Algumas possuíam televisão, rádio, máquina de lavar roupa e sofá. Observei, em alguns relatos informais, que muitos dos móveis e utensílios domésticos foram comprados em lojas de móveis usados e, em alguns casos, as camas, mesas e bancos foram construídos pelos próprios moradores. Quanto ao fato de algumas famílias terem móveis e eletrodomésticos e outras não, foi comum ouvir que todos receberam o mesmo valor em investimento, porém, para algumas, essas aquisições não foram prioridade.

3.2.2. As assentadas e os assentados

A população do assentamento não se restringia aos 21 informantes que concederam entrevistas, já que não foram entrevistados todos os membros das famílias que compõem o Sepé Tiaraju. Acerca dessas composições familiares, no entanto, realizarei uma descrição mais detalhada.

Durante o período da pesquisa, o assentamento era formado por 12 casais com filhos, duas mulheres solteiras com filhos e cinco homens solteiros sem filhos. Somam um total de 65 habitantes, sendo 31 adultos e 34 crianças. Além das/os assentadas/os, seus filhos e filhas, estavam morando no assentamento um casal, pai e mãe de um assentado, e uma jovem, com duas filhas pequenas, irmã de três assentados. O Regimento Interno do grupo permite abrigar familiares das/dos assentadas e assentados, por um tempo determinado⁷⁰. Foi possível, então, entrar em contato com a realidade de três gerações.

Antes de prosseguir com a descrição da população, ressalta-se que foi comum ouvir, por parte dos/as informantes, referências a outras famílias que não permaneceram assentadas. Esses relatos evidenciaram que houve algumas permutas de lote, do assentamento coletivo para o assentamento individual, no caso de famílias que não se adaptaram à proposta coletiva. Alguns tiveram que voltar para acampamentos, esperando vagas em novos assentamentos com lotes individuais. Essas mudanças foram justificadas pelo fato de que as famílias fizeram uma

⁷⁰ “Em caso das/os cadastradas/os terem pais dependentes, estes poderão morar no grupo desde que participem da vida social e não travanquem a organização interna. O grupo não se responsabilizará financeiramente em caso de enfermidade”. “No caso de o irmão ou irmã do cadastrado ou cadastrada não tiver outra alternativa e for necessário morar no assentamento Sepé Tiaraju. Por um ano é permitido morar no assentamento, para adquirir experiência desde que discuta no grupo a possibilidade ou não conforme os casos. E as pessoas que vierem cumprir com alto regimento e outras normas que venham ser discutidas” (Normas - Regimento Interno do assentamento Sepé Tiaraju).

experiência, mas não conseguiram se adaptar ao projeto coletivo de assentamento. Talvez seja necessário pensar, para além deste grande “chapéu do individualismo” que fundamenta interpretações atribuídas às desistências das/dos trabalhadoras/es do modelo coletivo, questões referentes às diferentes trajetórias destes sujeitos, constituídas por singularidades produzidas em contextos sociais e culturais distintos.

As próprias origens da população estudada revelam uma seqüência de processos migratórios que incluíram os deslocamentos dos municípios de origem, para acampamentos em outros. Os municípios percorridos nessa trajetória anterior à vinda para Campos Novos, foram Abelardo Luz, Calmon, Dionísio Cerqueira, Formosa do Sul, Fraiburgo, Irani, Quilombo, Palma Sola, Ponte Serrada, Passos Maia, São Miguel do Oeste, Xanxerê, todos em Santa Catarina. Uma das assentadas, seu marido e filhos, e um dos assentados solteiro, moraram também com parentes no Paraguai.

As origens sociais desses deslocamentos foram orientadas, considerando-se a singularidade da trajetória de cada sujeito, pela necessidade de buscar melhores condições econômicas de vida, pelo fato de serem filhas/os de trabalhadoras/es rurais sem-terra e de pequenos proprietários rurais, cujo tamanho da área não foi suficiente para manter a produção e reprodução de toda a família. Na discussão acerca de quem são as/os informantes e suas origens sociais, existem outras questões referentes ao modo como se definem e são definidos como sujeitos que trabalham e sobrevivem da terra. São camponesas/es? Agricultoras/es familiares? Produtoras/es rurais? Afinal, quem são essas/es trabalhadoras/es rurais?

Nas ciências sociais, discussões acerca dessas possíveis categorizações apontam algumas diferenças teóricas entre estudiosas/os. Wanderley (1999), em estudo sobre as “raízes históricas do campesinato brasileiro”, enfatiza os diferentes modos da agricultura familiar, genericamente definida como aquela que agrega a unidade de produção e de consumo e utiliza como forma de produção e reprodução a força de trabalho familiar. A autora considera o campesinato uma forma de agricultura familiar e, numa perspectiva histórica, discute a coexistência dessas diferentes formas na realidade rural.

Abramovay (1992) analisa o campesinato à luz da sociedade capitalista e sugere que há uma relação de incompatibilidade entre as condições capitalistas atuais e a presença de unidades camponesas. Para o autor, o campesinato é regido por uma lógica considerada “incompleta”, pois não segue a lógica capitalista na sua totalidade. Porém, esclarece também

que é necessário se compreender o campesinato para além da base economicista. Nesse sentido, aponta para a existência de um modo de vida camponês.

Sobre essa possibilidade, Woortmann (1990) discute o conceito de campesinidade como um conjunto de valores que pode existir em diferentes modos de agricultura familiar. Aponta para uma leitura do campesinato que se inserindo no campo da ética e da moral. Nesse campo, o autor destaca os valores sociais, os quais remetem ao trabalho como um valor ético. “Esta tentativa se afasta, portanto, da tendência economicista que vê o campesinato como um modo de produção com sua lógica própria ou como resultado de determinações impostas pela lógica do capital” (p. 12).

No que se refere às trabalhadoras e aos trabalhadores rurais sem-terra, Medeiros (2001) faz uma discussão acerca do modo como as denominações sem-terra, assentados e agricultores familiares foram se constituindo politicamente. Para isso, discute sobre os conflitos que envolvem as formas de organização dos trabalhadores rurais. Essa autora analisa as mudanças ocorridas no cenário nacional da reforma agrária, com a organização dos trabalhadores rurais sem-terra, das ocupações e assentamentos que resultaram de tal organização.

O que se pode perceber, então, é que não se pode trabalhar com conceitos fechados, considerando que são categorias historicamente produzidas e que constituem a partir de relações sociais e culturais mais amplas.

Nesse cenário, discutem-se questões que incluem o trabalho rural e sua organização econômica e política, a fim de se produzir questionamentos e mudanças no modo como são distribuídas as terras no país e, também, no modo como ocorre a divisão social desse trabalho. De acordo com Vendramini (2002), o MST visa superar o trabalho individual das unidades de produção familiar, propondo o trabalho coletivo.

No caso das/os trabalhadoras/es deste estudo, organizadas/os em torno de um modo de produção coletivo, a realidade parece indicar que outras formas de trabalho estão sendo criadas e (re)criadas, talvez, outras formas de cadeias produtivas, com a permanência ou não dos valores de uma campesinidade nos termos apontados por Woortmann⁷¹.

Assim, neste estudo, as/os informantes são consideradas/os trabalhadoras e trabalhadores rurais inseridos nesse dinâmico campo social e cultural. Trabalhadoras/es que estão em

⁷¹ Esses valores, segundo este autor, derivam da relação terra, família e trabalho.

permanente construção, criando e recriando modos de vida. Nesse processo, não se pode falar em reprodução de um padrão relacional tradicional, assim como não se pode falar em superações de tal padrão. Vários arranjos estão em construção e constituem as relações sociais no assentamento.

Anita (45 anos), Sara (27 anos) e Júlia (18 anos) foram sozinhas para o acampamento e o fizeram por motivos referidos à própria condição da família, ou por considerarem necessário buscar alternativas para suas vidas, que não estivessem atreladas à dependência dos familiares.

Para Sara, buscar algo para o seu futuro, independente dos pais e de um casamento, foi o que impulsionou a mudança para o acampamento.

“Aí, eu tando em casa com a idade de 24 anos, já. Eu tinha que ir atrás de alguma coisa pro meu futuro. E uma das coisas, era que eu não queria depender de alguém. Nem do pai e a mãe e nem do marido. Eu queria um dia poder casar e dizer que eu conquistei aquilo que era pra mim! Aí, eu fui pro acampamento” (Sara).

Anita, que é a segunda filha de uma família de trabalhadoras e trabalhadores rurais, tem nove irmãos e nove irmãs. Teve uma trajetória de aproximadamente 20 anos como religiosa na Igreja Católica, o que foi responsável por sua aproximação com acampamentos do MST em várias regiões do país. Essa vivência suscitou o seu interesse pelos movimentos sociais e por outras escolhas, que necessariamente não passavam pela dedicação exclusiva à congregação religiosa. Essas escolhas incluíram a decisão de ir para uma ocupação em 1996, em Passos Maia, não mais vinculada ao trabalho como religiosa, mas como uma trabalhadora rural sem-terra, buscando ser assentada. Incluíram também o ingresso e a conclusão do curso de pedagogia, em uma parceria entre o MST e uma Universidade do Rio Grande do Sul.

“Então, depois de muita luta, e eu resisti também, resolvi pedir um tempo pra congregação ... e fui direto, eu já tinha um contato com o movimento. ... em 96, eu fui pro alojamento em Chapecó. Cheguei no dia 26 de agosto, quando foi no dia 31 de agosto, inclusive, dia do meu aniversário, sempre me lembro, houve uma ocupação grande em Passos Maia, próximo a Xanxerê. E eu já me fui prá lá! E daí, acampamos lá, em 1500 famílias. ... uma experiência que eu só tinha visto, ia lá e voltava, como eu coloquei” (Anita).

Júlia foi para o assentamento com a filha de um ano, após a morte do marido, também trabalhador rural sem terra. Sua trajetória pelos acampamentos do MST começou muito cedo, acompanhando os pais, hoje também assentados. Essa trajetória contribui para se pensar que o fato de os pais serem assentados, não garante necessariamente a sobrevivência de todos os filhos numa mesma área de terra. Dependendo do número de filhos e filhas e do tamanho da área de terra, é necessário que estes também busquem, por meio de outras ocupações, manter a própria sobrevivência quando adultos, e constituírem suas próprias famílias.

“Eu entrei, assim, na luta, no movimento, que eu conheci foi em 97. Quando meus pais vieram pro acampamento, depois eu vim também. Fiquei 3 anos em acampamento. Aí, a gente foi assentado. Tivemos muitas dificuldades, porque lá em casa era tudo criança” (Júlia).

Essas questões, entre outras referentes à falta de alternativa para se manterem no campo, contribuíram na decisão de Luiza (29 anos), Cecília (33 anos), Marlene (37 anos), Sílvia (32 anos), Ana (43 anos), Emília (25 anos), trabalhadoras rurais sem-terra, de irem para a ocupação acompanhando seus maridos, também trabalhadores rurais sem-terra, filhas e filhos de trabalhadoras/es rurais sem-terra, assentados e pequenos produtores.

A família de Luiza (29 anos) era numerosa e se mantinha trabalhando por dia em vários serviços. Luiza saiu de casa aos 12 anos, em busca de trabalho e por causa de problemas com o pai, que era alcoólatra. Aos 14 anos casou-se com um homem 24 anos mais velho que ela. Depois de uma trajetória por acampamentos do MST e pelo meio urbano, foi assentada com o marido e os seis filhos em Campos Novos.

“Eu tinha 12 anos quando nós trabalhava com o pai, em vários tipos de serviço. Nós tirava erva, nós tirava xaxim, nó de pinho, tudo assim pra vender. ... aí, ele (pai) saiu e disse que se nós não tivesse deixado tudo ... os xaxim, aquelas coisa que o caminhão vinha carregar, ele ia bater em nós. Daí, eu disse pra mãe, eu vou sair e não vou voltar mais. A mãe sabia pra onde eu ia, só que ela não contava pra ele. Daí, eu fui trabalhar de empregada num hotel” (Luiza).

Cecília (33 anos), filha de trabalhadores rurais, casou-se com 16 anos e foi para a ocupação. Teve uma filha, separou-se do marido e voltou para a casa dos pais. Casou-se novamente e, em 1995, com o marido e suas três filhas, reiniciou a caminhada pelos acampamentos, na luta pelo acesso à terra. Além da busca pelas condições materiais para manutenção da família, a decisão de voltar a integrar o MST e trilhar novamente o caminho das ocupações e acampamentos foi impulsionada pela vontade de sair do isolamento e poder contribuir com a causa dos/das trabalhadoras/es sem terra. Cecília relata como foi essa reaproximação.

“Porque o tempo que eu fiquei fora (MST), eu criei assim uma força muito grande ... o tempo que eu me separei também ... de ser mais independente, assim, uma coisa mais dentro de mim. Que daí, eu não era mais aquela menina nova, que tinha ido, entende? Eu fui com 16 anos. Então, eu já não era mais aquela menina nova. Eu precisava fazer alguma coisa pra alguém. A vida que eu levava era muito pouco, muito pequena, muito resumida, só eu e a minha família. Era só eu, as crianças e ele. ... e eu sempre pensava uma coisa maior. Viver com outras pessoas, essa coisa toda. Daí, fomos pro acampamento, então, os dois. Carregamos o pouco que nós tinha e fomos. E chegando lá, nós era em 700 famílias” (Cecília).

Marlene (37 anos), filha de trabalhadores rurais. Casou-se aos 17 anos e durante 13 anos morou com o marido, três filhas e um filho, na casa de sua mãe. Trabalhavam em terras arrendadas e no lote da mãe, não tendo sido possível adquirir uma terra própria. As dificuldades foram aumentando com o passar do tempo, e com a idade das filhas e filhos, veio a preocupação com o futuro dos mesmos.

“ ... por causa dos filhos, que tinha uma turma grande. Daí nós viemos” (Marlene).

Silvia (32 anos), filha de trabalhadores rurais, durante 8 anos morou no meio urbano com o marido e dois filhos. O marido, filho de trabalhadores rurais sem-terra, foi para uma ocupação e acampamento depois de ser demitido do trabalho em uma empresa. Na época, Silvia estava

no final da terceira gravidez e foi necessário aguardar o nascimento da filha para se juntar ao marido no acampamento em Campos Novos.

Ana (43 anos) e o marido Pedro (47 anos) trabalhavam de arrendatários desde que se casaram, há 25 anos atrás. Com o marido, foi para uma ocupação em 1987 e, depois de uma trajetória marcada por percalços, idas e vindas por acampamentos, assentamento, afastamento e reaproximação do MST, o casal foi assentado em Campos Novos, com três filhas e um filho. Uma das filhas, a mais velha, ficou morando e trabalhando na cidade.

Emília (25 anos) foi a primeira filha a sair de casa, seus pais eram assentados e não havia como as quatro irmãs e os quatro irmãos se manterem trabalhando na terra. Foi para o acampamento em 1995, no município de Passos Maia, juntamente com o marido e com o irmão solteiro.

“...a gente foi pro acampamento no Zumbi dos Palmares, em Passos Maia, no dia 20 de novembro de 1995. Então, a gente participou do acampamento e tal. Nós tava quase em 800 famílias” (Emília).

Alice (18 anos) acompanhou os pais na trajetória de ocupações e acampamentos desde Passos Maia, até serem assentados em Campos Novos.

“ [O que você achou quando vocês começaram a acampar?] Sei lá (risos). Eu era muito pequena ainda. Não entendia. ... eu nasci no acampamento!” (Alice).

Cristina (19 anos) foi para o assentamento juntamente com o pai Hamilton (59 anos) e a mãe Isaura (49 anos), acompanhando o irmão, que já estava assentado. O sonho dos pais de acompanhar os filhos quando assentados e manter a família unida foi o que mobilizou a ida de Cristina para o assentamento. Apesar de ser filha de pequenos proprietários rurais, com a saída dos irmãos de casa e com a doença do pai, atribuída ao uso de agrotóxicos, não foi possível se manter na terra. O relato de sua mãe descreve o processo.

“os rapaz (dois filhos assentados no mesmo assentamento) saíram pra ocupação. E daí, nós sempre com aquela expectativa de um dia nós vim junto. Porque tava difícil também

pra ficar. Pra nós era difícil. A terra era muito dobrada e o trabalho. Daí, nós ... sempre naquela condição de um dia nós vim junto. E até que deu. Era quase quatro anos que o primeiro tinha saído” (Isaura) .

Lucas (38 anos) teve uma trajetória marcada por vários deslocamentos de um município para outro, entre ocupações, acampamentos e trabalho no meio urbano. Morou com os pais assentados, a esposa e as três filhas. Trabalhou em uma empresa de celulose e em função da sua escolaridade, 1º grau incompleto, não conseguiu se manter no trabalho urbano e, desacreditado da possibilidade de sobreviver da produção rural, resistiu a participar da ocupação e assim se reaproximar do MST. Por insistência da esposa, porém, foi para a ocupação em Passos Maia com a família e, depois de trajetória por acampamentos, como integrante do MST, foi assentado em Campos Novos.

“Então, nesse meio tempo, de 87 a 89, parava na casa do pai em Ponte Serrada. No ano de 90, então, eu entro a trabalhar na celulose, na qual fiquei 4 anos e 10 meses. Saindo da firma porque, daí trabalhando ... a firma foi se modernizando e a minha escolaridade, na verdade, não ofereceu condições de ficar na firma. ... Na verdade, eu não tinha intenção de ir pro acampamento. Francamente, não tinha! Eu achava, assim, não quero, não adianta. Olhava o terreno do meu pai, assim, parece que a terra não era saída. Aí, ela (esposa) falou, acho que é bom nós ir, vamos experimentar, vamos conquistar uma terra”(Lucas).

João (32 anos), antes da opção pelo MST e pela ocupação e acampamento, como forma de retorno ao trabalho rural, com a esposa e filhos, encontrou trabalho na cidade, procurando a solução para os problemas econômicos da família de origem. Em função de a mesma ser numerosa, foi necessário buscar uma saída para poder manter a sobrevivência dos irmãos e irmãs menores. Foi uma decisão tomada em família e que implicou, como um deles descreveu, “abrir a família” Isso significou uma mudança no modo como a família se organizava para trabalhar, ou seja, o trabalho na lavoura não seria mais realizado por toda a família, como era até o momento. Além disso, abrir a família significava para os seus pais concordar com o trabalho das irmãs como empregadas domésticas na cidade.

“Ou nós, então, se abria a família ... as minhas 2 irmãs iam trabalhar de empregada na cidade, doméstica, né? Eu saía também para essa empresa ... que na mesma comunidade tinha empresa de avicultura. Eu saía de casa para trabalhar próximo de casa, pra trazer em reais no final do mês pra família. Ou nós ficava, então, ali tudo junto passando necessidade. E que na época, então, foi acertado, que o melhor caminho seria esse. O pai e a mãe com toda aquela assim ... sabe como é as pessoas mais antigas, né? É difícil admitir que as filhas tinham que trabalhar de empregada na cidade” (João).

Mário (28 anos), Henrique (29 anos), Luiz (26 anos), Sérgio (27 anos), Afonso (60 anos), filhos de pequenos produtores rurais, trabalhadores rurais sem terra e assentados pelo MST, solteiros, foram para as ocupações sozinhos e tiveram também uma trajetória marcada pelo deslocamento de um município a outro.

“E nós, como pagando renda pra terceiros, a gente não conseguia evoluir o trabalho da gente!” (Mário).

“Não tinha como nós sobreviver lá, eu e mais o meu irmão e a minha irmã. A gente tinha que fazer alguma coisa!” (Henrique).

“O meu pai criou 11 filhos, aliás 12, todos eles foi na agricultura. O pai viveu de arrendatário todo esse tempo e até hoje ... trabalhou bastante e não conseguiu um pedaço de chão” (Luiz).

“Na verdade, o meu pai sempre foi desde o começo, ... sempre ele teve ligado no Movimento Sem Terra. Eu era pequeno ainda, mas o meu pai sempre apoiou. Então, viemos morar, inclusive num assentamento ... foi um tempo de batalha ali” (Sérgio).

“[Como o senhor veio “parar” aqui?] Nem sei eu explicar. Os amigos da gente ... que eu tava muito sofrido. Sem trabalho, ... vivia no bar bebendo... daí, me convidaram e eu

resolvi de trocar de jeito. Não dava mais, daí eu saí. ... queria sair não sabia pra onde, não tinha coragem” (Afonso).

Uma das características do assentamento são os laços de parentesco. Lucas é irmão de outros dois assentados. Emília é irmã de Sérgio. João é irmão do Luiz. Nesse sentido, há laços de parentescos consangüíneos e parentescos que se estabeleceram posteriormente no acampamento e assentamento, por conta de casamentos entre os assentados e assentadas.

Segundo Lechat (1993), em referência aos laços de parentesco em assentamentos rurais do RS, “isto se deve à solidariedade familiar, que leva parentes a irem juntos para o acampamento, e à relativa limitação geográfica na qual realizam sua mobilidade, levando-os a uma expressiva endogamia local” (p. 94).

De acordo com o que constatara essa autora, entre a população estudada nesta pesquisa, três casais foram para o acampamento com os quatro irmãos solteiros, que também estavam cadastrados para serem assentados. Henrique, solteiro, levou seus pais e sua irmã, ambos entrevistados neste estudo, para morar com ele. Cristina casou-se com Sérgio, que era cadastrado e passou a viver com ele no assentamento. Luiz, ainda no acampamento, casou-se com Sara. Mário casou-se também no acampamento com Alice.

Esses casamentos que ocorreram no acampamento não foram oficializados legalmente. Segundo as jovens mulheres, a opção foi morar junto com os pretendentes. Um dos motivos da não oficialização foram as dificuldades financeiras para a promoção da festa de casamento. Sara fala da sua condição, enfatizando, além das questões econômicas, questões tradicionais e familiares.

“A gente não casou ainda. ... na época, a gente se ajuntou. O pai e a mãe queriam muito que nós cassássemos. Ainda hoje eles falam. Mas, a maioria das vezes, quando a gente casa, a gente pensa em festa, alguma coisa assim. E nós não tinha condições na época. Aí, a gente pensou, o dia que o grupo fizer ... que a idéia é fazer um casamento coletivo. Aí, casa todo mundo junto, faz uma festa só. Daí, é mais tranqüilo” (Sara).

Neste capítulo, como se falou no início, busquei tramar os fios de sentidos, a fim de compor a trajetória de luta pela terra e a organização espacial e social dos sujeitos investigados no

assentamento. Essa composição, orientada pela organização conferida pelos depoimentos, anunciou alguns dos temas a serem trabalhados no capítulo seguinte, entre estes a escolha das/os assentadas/os pelo tipo de trabalho coletivo, a organização deste trabalho e as relações de gênero que perpassam essas realidades.

4. VIDAS QUE CONSTITUEM TRABALHO E TRABALHO QUE CONSTITUI VIDAS: AS RELAÇÕES DE GÊNERO NESSA INTERFACE

“O trabalho hoje fora de casa não pode ser um castigo pra gente. A maioria das pessoas trabalham, às vezes, porque é preciso trabalhar, porque tem que trabalhar. Nós não queremos que seja isso. Nós queremos que as pessoas sintam necessidade do trabalho, e que o trabalho seja um espaço, assim, que crie as pessoas. E não que isso seja um castigo” (Cecília).

Vidas que constituem trabalho e trabalho que constitui vidas. O que isso significa? As palavras de Cecília contribuem para indicar o que quero dizer. Cecília diz que não quer que o trabalho seja um “*castigo*”, uma obrigação, quer que ele “*seja um espaço, assim, que crie as pessoas*”. Ela está se referindo ao trabalho das mulheres fora de suas casas, e, especificamente, ao trabalho que *cria as pessoas*. Este estudo também parte do pressuposto de que o trabalho “*cria as pessoas*”. Assim como Cecília, meu interesse recai sobre o trabalho das mulheres e dos homens no assentamento. O foco de investigação são os sentidos produzidos pelas/os assentadas/os acerca dessas relações de trabalho, a partir do recorte de gênero. As relações de trabalho generificadas são ao mesmo tempo produtos e produtoras de sentidos e significados nos contextos em que ocorrem, no caso deste estudo, no cenário do assentamento coletivo, lugar onde sujeitos concretos se produzem ao produzirem sua existência, produzem-se subjetivamente em contextos sociais específicos. É importante destacar também que o assentamento como lugar específico de produção de existência humana está inserido em contextos mais amplos, que incluem as relações sociais que configuram a sociedade em suas diferentes dimensões políticas, econômicas, entre outras.

As/os informantes deste estudo falaram a partir da posição de trabalhadoras e trabalhadores rurais assentados. No caso desses sujeitos, ser assentada ou assentado, sem ter a preocupação de buscar teoricamente uma definição precisa, implica, após uma trajetória por ocupações e acampamentos, ter a possibilidade de estabelecer uma relação com um espaço de terra, não mais na posição de intruso, de visitante inesperado. De certo modo é uma forma de

apropriação de um lugar onde a transitoriedade, marca do acampamento, não faz mais sentido. Se é que é possível, tratando-se de sujeitos sociais e culturais, existir lugares onde a transitoriedade cessa. Acredito que o desafio de análise que se coloca é justamente o de não cessar o movimento, o transitório, a possibilidade constante de produção de sentidos e significados.

A perspectiva histórico-cultural, ao partir do pressuposto de que os sujeitos se constituem em relação, tendo como mediação instrumentos materiais e semióticos, inscreve-se num movimento que não cessa. Como enfatiza Smolka (1997),

... os processos psicológicos emergem relacionados aos modos de vida dos indivíduos em interação. Isso implica assumir a natureza social/semiótica da atividade mental, o que demanda a problematização de aspectos concernentes aos processos de significação, à questão da linguagem e à constituição da subjetividade (Smolka, 1997, p. 29).

A possibilidade de análise dos sentidos produzidos pelas assentadas e assentados se fez pela análise da linguagem, especificamente pelos relatos obtidos (transformados em textos pelas transcrições das fitas) por meio das entrevistas e pelas observações e registros das relações de trabalho. Esta caracteriza-se como uma forma de análise entre várias possíveis. Segundo Vygotski, a palavra é o signo por excelência, a qual constitui e expressa o pensamento. Os sentidos produzidos e expressos pela palavra foram agrupados, problematizados e analisados a partir de uma ordem sugerida pelos próprios relatos, de modo que pudessem possibilitar, pelo intrelaçar das vozes, “entrar na teia de significados” que constitui as relações de trabalho e gênero no assentamento. Essa tarefa, no entanto, não foi e não é simples, sendo que a leitura da realidade é sempre parcial, apoiada em recortes possíveis, em determinados momentos históricos. Além disso, a linguagem não é algo transparente, um mero reflexo da realidade, como produção humana é perpassada por tramas políticas e ideológicas.

Essas tramas suscitam uma discussão para além do que é considerado consciente, inserindo-se no terreno do inconsciente. Mesmo me atendo aos aspectos conscientes da linguagem e de minha limitação teórica para lidar com uma leitura do inconsciente, não posso deixar de ressaltar que sua existência não é algo que passa despercebido. Vygotski ressaltou que “... é preciso considerar esta (a psique) como parte integrante de um processo complexo

que não se limita em absoluto à sua vertente consciente; por isso consideramos que na psicologia é completamente lícito falar do psicologicamente consciente e inconsciente: o inconsciente é potencialmente consciente” (Vygotski, 1991a, p. 108)⁷².

Smolka (1997) também problematiza essa relação, e coloca como crucial a questão do sujeito. “Num pólo, sua autonomia na e/ou pela linguagem; no outro, seu assujeitamento às condições de produção e às determinações do discurso” (p. 31). Nesse artigo, em meio a uma discussão epistemológica sobre as noções de sujeito, subjetividade e intersubjetividade, na qual faz interlocuções com alguns autores, entre estes, Vygotski, a autora argumenta que,

hoje, de maneira talvez mais pertinente, dizemos que o homem produz linguagem e se produz simultaneamente na/pela linguagem. Nesse trabalho social e simbólico de produção de signos e sentidos, a linguagem não é só meio e modo de (inter/oper)ação, é também produto histórico, objetivado; é constitutiva/constituidora do homem como sujeito da e na linguagem (Smolka, no prelo, p. 38).

Considerando essas questões, nas entrevistas indaguei às mulheres e aos homens sobre suas trajetórias de trabalho no MST, desde a adesão ao movimento até o período da pesquisa. Tratei as trajetórias de trabalho, considerando o referencial da psicologia histórico-cultural, não como algo fixo ou como um acontecimento do passado. Como pontua Pino (2000), em discussão acerca das relações sociais e funções superiores⁷³, o psiquismo humano é dinâmico, é um constante (re) fazer.

Isso quer dizer que o que pensamos, falamos, sentimos, lembramos etc. não é algo que já está pronto, à disposição do indivíduo para o seu uso. Enquanto objetos semióticos, as

⁷² Vygotski citado por Zanella (no prelo, p. 6-7) *Atividade e Constituição do Sujeito: Considerações à luz da Psicologia Histórico-Cultural*.

⁷³ O autor discute o processo pelo qual as relações sociais transformam-se em funções superiores. Para isso retoma algumas questões referentes à utilização do **termo função**, e esclarece que ... “como pode se verificar no texto onde ele trata especificamente da gênese das funções mentais superiores (Vygotsky 1997), o autor utiliza, indistintamente, diferentes termos para referir-se à mesma coisa: ‘formas superiores de conduta’, ‘formas mentais’, ‘processos mentais superiores’ e ‘funções mentais superiores’. De qualquer maneira, ao conceber o psiquismo humano como um conjunto de funções e estas sendo de natureza cultural, não biológica, Vigotski se distancia tanto das teorias funcionalistas e estruturalistas quanto das concepções biologizantes e mecanicistas” (p.69).

idéias, as palavras, os sentimentos ou as lembranças têm de ser *produzidos*. E, mesmo depois de terem sido produzidos, quando já passaram a fazer parte do repertório de experiências registradas em memória, têm de ser “dados à luz” por um novo ato de pensar, falar, sentir, rememorar, etc. (Pino, 2000, p. 70).

As/os informantes falaram sobre suas trajetórias de trabalho e demais relações sociais, como um processo que possibilita serem sujeitos no presente. Além dos momentos reservados para as entrevistas, conviver com esses sujeitos propiciou-me ouvir e ver, quando não estava na posição de interlocutora direta, o modo como interagem com outros interlocutores nas relações de trabalho.

Nessa direção, considerando a dimensão semiótica que constitui o sujeito e a subjetividade, acredito ser possível refletir sobre as temáticas gênero e trabalho. Penso que essas relações podem se articular, à medida que se compreende a constituição do sujeito e da subjetividade a partir de relações sociais multifacetadas e contraditórias, já que as relações de trabalho são atravessadas por relações de gênero, gerações, etnias, entre outras. Não se trata de um sujeito trabalhador universal, mas de um trabalhador ou trabalhadora, de um adulto ou de uma criança, de camadas populares ou não. Estas podem ser, então, consideradas algumas das relações pelas quais os sujeitos se constituem.

4.1. O trabalho coletivo e os modos de vida de trabalhadoras e trabalhadores rurais

“Eu gosto daqui, das pessoas, a forma de convivência. Eu acho que tem um princípio muito importante aqui dentro, que é a questão da solidariedade. As pessoas se ajudam muito. Têm umas famílias mais grande, umas mais pequenas, têm uns solteiro. Então, é tudo por área de trabalho. E quem tem a família mais grande sempre falta comida. Sempre alguém vai ter para dividir. Essa questão de solidariedade é muito bonito, que tem aqui dentro. Eu gostei muito desde o primeiro dia que eu cheguei aqui. Acho que foi a primeira coisa que eu percebi. Gostei e me

integrei nisso. Quando precisam de mim, quando eu preciso de alguém. Faz muito bem pras pessoas aqui no coletivo. Eu acho que pra mim fez muito bem. Pelo que eu tinha passado, e pra nenê também, fez muito bem” (Júlia).

Escolhi iniciar este tópico com os sentidos produzidos por Júlia acerca do trabalho no coletivo. Júlia é uma jovem que foi para o assentamento com sua filha pequena, após a morte do marido. Como ela mesma relata, foi uma escolha que lhe fez muito bem. Assim como Júlia, outras escolhas foram feitas e outras formas de solidariedade foram mediadas. Os relatos analisados, em sua maioria, configuram uma trama na qual foi possível, em meio a processos singulares, perceber experiências comuns. É claro que o fato de as/os informantes estarem submetidas/os a condições sociais semelhantes no acampamento e assentamento, contribui para uma certa “uniformidade” nos relatos. Uma das experiências comuns às quais me refiro, diz respeito às escolhas para a integração das/os trabalhadoras/es no assentamento. Alguns escolheram e outros foram escolhidos. Esses movimentos de escolher e de serem escolhidos podem ser considerados como momentos de rupturas no modo como trajetórias singulares vinham se constituindo, propiciando abertura para outras possibilidades de organização do trabalho e da vida, ou seja, possibilidades de construir modos coletivos de viver e trabalhar a terra. Com isso quero enfatizar que as experiências de coletivização nos assentamentos não se limitam à esfera do trabalho, mas à vida cotidiana como um todo.

O processo de escolha das famílias para a constituição do assentamento coletivo, segundo Lucas, foi da seguinte maneira:

“... a primeira coisa é a dedicação da pessoa de aderir ao trabalho coletivo. Se ela tem vontade de conhecer e até mesmo de exercer o trabalho, e entender que é melhor. E o segundo é que, claro ... Olha! lá nós não temos divisão, é tudo coletivo. A produção é planejada, é feita pelas comissões. ... o critério é o seguinte, a pessoa vai lá, se não se adaptar, ... com tempo .. 30 dias, 40 dias ... se bem que nesse momento que nos convidava, não tinha, não era ainda formado os setores internos que hoje a gente tem. Então, se bem que lá no momento, não tem ainda o que é específico, nós estamos numa fase inicial, aonde vocês vão ajudar a construir. Não tem receita. Agora, a única é essa, ... se não dá! Então,

lá não fica. Não quer trabalhar, então, volta pro acampamento aonde tava, com direito de ser assentado da maneira que quer. Esse era um dos critérios. Que, às vezes, vinha uma família pra cá, ... ‘eu não quero o coletivo, mas quero individual’. Uma da determinação do grupo era de não abrir excedente aqui de individual internamente. E nós no início já botamos isso em ata. Logo no momento que chegamos aqui ... jamais esse terreno aqui seria dividido em lote. Seria uma conquista das famílias que queriam trabalhar coletivo. É uma conquista do movimento” (Lucas).

Além desses critérios, Cecília destacou outros que mobilizaram as escolhas das famílias.

“... aí pensamos então, vamos procurar umas famílias grandes, que sejam sofrida, trouxemos para cá e ajudamos aqui essas famílias. E as famílias também consigam ter aquilo que precisam para eles, pros filhos. Daí que fomos trazendo as famílias. E tinha alguns critérios, tipo, que a família gostasse do coletivo, que fosse pessoa que não tivesse vício de bebida, coisa assim ... como tava se comportando no acampamento, essa coisa toda. E que fosse família grande, que tivesse filho” (Cecília).

Havia também pessoas mais velhas que, pela idade e por alguns problemas de saúde, tinham algumas dificuldades para o trabalho, e que moravam no assentamento para que pudessem ser cuidadas e mantidas pelas demais famílias do grupo. Essas escolhas, como evidenciaram Cecília e Júlia, entre outras que constituíram e constituem o grupo, vêm ao encontro do valores considerados pelo MST como humanistas e socialistas⁷⁴.

⁷⁴ No Caderno de Educação n° 8, 3ª Ed., publicado em 1999, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST / Setor de Educação, intitulado Princípios da Educação no MST, estes valores são explicitados da seguinte forma:

“ 4. Educação com/para valores humanistas e socialistas - A educação no MST quer ajudar na construção do novo homem e da nova mulher. Para isso é fundamental uma formação que rompa com os valores dominantes na sociedade atual, centrada no lucro e no individualismo desenfreados. Precisamos nos contrapor a isso cultivando, intencionalmente, com nossos educandos/nossas educandas novos valores; pelo menos aqueles que já conseguimos vislumbrar como necessários a uma nova ordem social. O próprio processo se encarregará de nos mostrar que outros valores, que outras dimensões também deverão ser aos poucos incorporadas. Estamos chamando de valores humanistas e socialistas aqueles valores, então, que colocam no centro dos processos de transformação a pessoa humana e sua liberdade, mas não como indivíduo isolado e sim como ser de relações sociais que visem a produção e a apropriação coletiva dos bens materiais e espirituais da humanidade, a justiça na distribuição destes bens e a igualdade na participação de todos nestes processos. Alguns destes valores que acreditamos deveriam ser enfatizados nas nossas práticas educativas:

De forma mais ampla, as “vantagens” e as “desvantagens” de se trabalhar e viver em um assentamento coletivo não foram temas diretos de estudo, assim como a discussão acerca dos modos de cooperação e associativismo⁷⁵ propostos pelo MST, em suas dimensões econômicas, administrativas, políticas, entre outras. No entanto, algumas questões envolvendo as mudanças nas relações de trabalho e suas articulações com as relações de gênero, temática do presente estudo, serão incorporadas à discussão. Aspectos religiosos também não podem ser desconsiderados, tendo em vista a origem do MST e sua relação com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e com a Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁷⁶. Presentes estão ainda muitas questões, mesmo quando as relações de gênero em particular constituem o foco de investigação. O gênero não é algo que se constitui independentemente de outras relações sociais.

Os relatos das/os informantes sugerem também ordens discursivas, marcadas por dois momentos distintos, não excludentes. Num primeiro momento, os relatos anteriores às trajetórias de trabalho no assentamento, em função de uma organização coletiva, trazem as expectativas das/os informantes no que se refere à possibilidade de construção de outros modos de produção e reprodução da vida no meio rural. Refiro-me aos momentos que antecederam o assentamento, vividos pelos sujeitos nos acampamentos, espaços considerados transitórios, de espera, de preparação para modificar o modo como até então o trabalho vinha

* O sentimento de indignação diante de injustiças e de perda da dignidade humana; * o companheirismo e a solidariedade nas relações entre as pessoas e os coletivos; * **a busca da igualdade combinada com o respeito às diferenças culturais, de raça, de gênero, de estilos pessoais**; * **a direção coletiva e a divisão de tarefas** (grifo meu); * o planejamento; * o respeito à autoridade que se constitui através de relações democráticas e de coerência ética; * a disciplina no trabalho, no estudo e na militância; * a força/dureza necessária à militância política mesclada com a ternura e o respeito nas relações interpessoais; * **a construção do ser coletivo combinada com a possibilidade da livre emergência das questões da subjetividade de cada pessoa** (grifo meu); * a sensibilidade ecológica e o respeito ao meio ambiente; * o exercício permanente da crítica e da autocrítica; * a busca de formação em todas as dimensões e de superação dos próprios limites; * o espírito de sacrifício diante das tarefas necessárias à causa da transformação e do bem-estar do coletivo; * a criatividade e o espírito de iniciativa diante dos problemas; * o cultivo do amor pelas causas do povo, e o sentimento internacionalista das lutas sociais; * o cultivo do afeto entre as pessoas; * a capacidade permanente de sonhar e de partilhar o sonho e as ações de realizá-lo” (MST, 1999, p.9).

⁷⁵ Ver: Grade, (1999), Kleba (1992), entre outros.

⁷⁶ Sobre esta questão ver: Schwade (1993), Marcon (2002), entre outros. A autora e o autor citados realizaram estudos, respectivamente, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Trago uma citação do trabalho de Marcon (2002), sobre o acampamento da Encruzilhada Natalino, a fim de elucidar a questão. “Nesse contexto, a luta pela terra deixa de ser uma questão pessoal e estritamente política. A luta tem uma base teológica porque a terra foi criada por Deus para todos e ninguém tem direito de acumular enquanto outros precisam acampar para ter acesso a ela. Essa fundamentação teológica ajudou a construir uma mística de luta e resistência e também sustentar espiritualmente os acampados na conquista da terra” (p. 50).

sendo organizado. O assentamento, nesse caso, representa um local onde se busca pôr em prática o que foi pensado, discutido e avaliado nos acampamentos pelos quais passaram as/os assentadas/os. Num segundo momento, são relatadas situações de trabalho tal como ocorrem no seu dia-a-dia, e que remetem à consolidação das expectativas das/os informantes no assentamento.

Como foi descrito no capítulo anterior, a organização do trabalho coletivo no assentamento, fundada a partir de linhas gerais para coletivos propostas pelo MST⁷⁷, ocorre por meio de uma direção geral, núcleos de base e setores que compreendem a lavoura, gado (leite para venda, consumo e corte), subsistência (horta comunitária e demais produções destinadas ao consumo interno), integração (criação de suínos para agroindústrias em sistema de contratação de trabalho), administração e o social (saúde, educação, lazer, mística, embelezamento)⁷⁸. O assentamento está organizado coletivamente no que se refere às relações de trabalho, desde a produção até a comercialização, à educação, saúde, lazer, entre outras que o constituem. Com exceção das casas, todos os espaços do assentamento são de uso coletivo. As assentadas e os assentados integram os setores e cumprem determinadas horas diárias de trabalho, que são convertidas em alimentos para o consumo interno e em dinheiro resultante da comercialização externa da produção. As horas despendidas para reuniões e planejamento dos setores, núcleos e direção, não são consideradas horas de trabalho a serem convertidas. Oficialmente, o assentamento ainda não está organizado como uma associação ou cooperativa. Segundo Lucas,

“ Nós aqui temos um grupo, não é legalizado, temos vendo ainda como vai ser ainda pra frente. Se vai ser uma associação ou ficamos assim, vamos tocando com o nosso regimento. Essa é uma demanda aí, no sentido de a gente vê pra frente” (Lucas).

⁷⁷ Foi possível perceber em conversas com alguns trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, em acampamentos e assentamentos, que O MST, através de cursos, cadernos de formação, livros específicos, entre outros, propõe e disponibiliza fontes de discussão para a organização interna dos acampamentos e assentamentos, no que se refere às formas de produção, questões políticas, educativas, de saúde, lazer, entre outras.

⁷⁸ É importante destacar que o assentamento coletivo estudado busca seguir as diretrizes do MST, conferindo-lhe uma certa semelhança em relações aos demais assentamentos que compartilham os mesmos referenciais econômicos, políticos e ideológicos, mas se constitui também como um espaço singular à medida que é uma produção de sujeitos históricos e culturais, em suas práticas cotidianas.

Até o momento da pesquisa, a construção de um regimento interno definia as regras e normas que propiciavam que o trabalho e a vida coletiva fossem organizados. Conforme observou Schwade (1993), em estudo sobre um assentamento coletivo em Santa Catarina,

... a gestão coletiva, portanto, não se resume ao espontaneísmo do “cada qual de acordo com sua capacidade e a cada um conforme sua necessidade”. São definidas regras de convivência que visam à “construção da igualdade”: tanto no que se refere à organização do trabalho, quanto em outros aspectos do cotidiano, como, por exemplo, os bens individuais e familiares (p. 116).

Tendo em vista algumas indefinições quanto às questões de ordem burocrática e prática, e considerando o tempo de criação do assentamento, percebi momentos de instabilidade expressos nos relatos das/dos informantes, por meio de respostas, algumas vezes, confusas, sobre a própria organização interna. Tenho claro, no entanto, que a realidade social implica um fazer e um refazer contínuo, e que a instabilidade é inerente ao processo. Além disso, não fui buscar e não esperava encontrar no assentamento modelos acabados de organização do trabalho. Como descreve um dos informantes:

“É um processo que a gente vai pondo em prática e experimentando. Teorizando, experimentando. Não veio, assim, de repente ... é exatamente isso! Não teve um iluminado que conseguiu dizer, é assim que vai funcionar, é assim que tem que ser. E nem quer dizer que nós temos certos ainda. Isso é uma construção. Os setores, então, foram criados a partir da necessidade de trabalho” (Henrique).

Esse relato mostra que existem diretrizes a serem seguidas, mas o cotidiano é que possibilita formas efetivas de organização, de acordo com o que é necessário ao grupo. Zimmermann (1994), em trabalho sobre “Os desafios da organização interna de um assentamento rural”, argumenta que “no cotidiano do assentamento, diferentes formas organizativas voltadas para a produção são criadas e recriadas, numa dinâmica rica de situações, impasses e enfrentamentos” (p. 205).

Para Bergamasco (1996):

...discutir assentamentos rurais implica vê-los como parte de uma história de distintos tempos, vivida por múltiplos atores sociais que têm as fronteiras de seu mundo demarcadas por pressões, atritos e, conseqüentemente, por lutas. O trilhar desse caminho não obedece a padrões lineares de desempenhos, sucessos ou insucessos, alocados unicamente no plano econômico ou no embate desses atores com outros agentes, dentre eles, o Estado. Exige, sim, o repensar das condições objetivas e subjetivas que poderiam provocar a explosão de conflitos e o desencadeamento de mudanças (Bergamasco, 1996, p. 76).

A realidade das/os assentadas/os que foram entrevistadas/os pode ser pensada a partir de um constante fazer, não orientado apenas por questões econômicas. Nessa direção, as relações de trabalho e gênero no assentamento são criadas e (re)criadas num processo mediado pelas/os assentadas/os, sujeitos organizados em torno de uma direção, setores e núcleos de base. É a partir da noção de constante movimento que as relações de gênero e trabalho são consideradas neste estudo.

4.2. A direção, os setores, os núcleos: organização do trabalho coletivo

A impressão que tive quando comecei a circular pelo assentamento, participar do trabalho diário e conversar com as/os informantes, foi a de que estava diante de uma complexa organização, em que o cotidiano era planejado com riqueza de detalhes pelas instâncias da direção, setores e núcleos, cada qual com atribuições definidas. A centralidade do trabalho também chamou minha atenção⁷⁹.

Percebi que essa organização coletiva demandava reuniões constantes, quase diárias, que ocorriam no início da manhã, após o almoço e à noite. A primeira reunião que presenciei no assentamento foi num sábado à noite, na casa onde fizera as refeições naquele dia. Tratava-se de uma reunião do setor de subsistência e que teve como pauta de discussão questões consideradas urgentes por seus integrantes, relacionadas à secagem do açude, que estava com um vazamento de água, e à substituição temporária de um dos assentados no trabalho da horta,

⁷⁹ “Sobre as relações de trabalho e suas implicações para a formação humana” no MST ver: Dalmagro (2002).

por motivo de viagem. Observei que o setor era constituído por mulheres e homens, que aparentavam cansaço, talvez em função da semana intensa de trabalho.

Essa organização permitia que um/a mesmo/a assentado ou assentada participasse de um determinado setor, de um núcleo, e da direção do assentamento. Busquei compreender o processo pelo qual cada assentada e assentado ocupava determinado espaço de trabalho no assentamento. Para isso, indaguei as/os informantes sobre os setores que integravam, os trabalhos que realizavam no assentamento e como havia sido feita essa organização e distribuição. Foi possível perceber que existiam diferenças no processo realizado para compor a direção, os setores e os núcleos. A direção era eleita em assembléia geral⁸⁰ e, por sua vez, era responsável pela indicação dos sujeitos para comporem os setores e núcleos. Os núcleos são as instâncias em que são discutidas, aprovadas ou não as indicações e decisões da direção. Os núcleos, nesse caso, são os mediadores das discussões entre a direção e os setores, e são considerados pelo MST (2001), instâncias básicas para gestão dos assentamentos. Conforme orientação do próprio MST, os núcleos deverão ter dois coordenadores, sendo constituídos por todas as famílias do assentamento.

A relação que se estabelece entre direção, setores e núcleos tem como objetivo envolver todos os integrantes do grupo, a fim de que possam participar, discutir e decidir acerca dos rumos dos assentamentos. O objetivo de participação efetiva, no entanto, não se estende para a composição dos setores de trabalho, isto é, para que as assentadas e assentados escolham o trabalho que querem realizar no assentamento. Alguns informantes relataram diferentes motivos implicados na relação escolher e ser escolhido para cada trabalho, e apontaram conflitos e contradições nessa relação singular e coletiva. Mário descreveu o processo pelo qual as assentadas e assentados passam a integrar um determinado setor de trabalho.

“A gente não abriu toda a discussão pra quem queria trabalhar em cada setor. Então, a direção e mais algumas pessoas do grupo se reuniram, acabaram fazendo uma discussão, apontando alguns nomes. Então, quem que poderia trabalhar em tal setor, que teria condições, que teria vontade daquela atividade, trabalhar naquela atividade. Então, foi apontado pela direção. E dentro desse apontamento, saiu a discussão dos núcleos. Então, a

⁸⁰ A assembléia geral é a instância máxima do assentamento e acontece de acordo com as necessidades do grupo.

gente trabalha com três núcleos aqui dentro do assentamento. Dentro desses núcleos, então, se discute a possibilidade dessas pessoas. Então, se as pessoas que foram apontadas aceitavam esse setor, e se os demais do núcleos aceitavam essa pessoa também no setor. Então, era uma questão de a pessoa se aceitar dentro do setor, aceitar a atividade. Então, depois disso, foi pra assembléia. Quem aceitou o seu trabalho, e as pessoas aceitarem ele no setor, foi aprovado em assembléia. E quem se achou com dificuldade de assumir aquela tarefa, foi feito algumas trocas dentro dos setores. Então, qual é a atividade que ele poderia assumir. Novamente, a direção se reuniu e acabou apontando eles pra outras tarefas, e eles acabaram aceitando. Novamente, os núcleos se reuniram, discutiram e novamente foi apontado. Foi feito, de novo, uma outra assembléia e reprovado essas pessoas dentro dos setores” (Mário).

Mário relatou sobre a rede de relações sociais constitutivas desse processo e destaca que a aceitação da indicação, por parte de uma assentada ou assentado, para um determinado setor, não é feita sem resistências. Desse modo, as/os indicadas/os solicitaram que fossem revistas suas indicações para determinado setor, provocando discussões e mobilizando o grupo para que outras alternativas lhes fossem propostas. Os conflitos, nesse sentido, são inerentes ao processo de indicação dos/as assentados/as para determinados setores, assim como são inerentes à constituição dos sujeitos. Uma determinada indicação, então, pode ser aceita passivamente em uma primeira discussão, ou pode oferecer resistência e demandar outras tantas discussões, até que se chegue a um acordo. Silva (2003), em seu estudo, observou que

... na construção da luta e no assentamento a resistência está presente sem excluir situações de sujeição, ou seja, quem resiste também se submete. Mas são situações imprevisíveis, provisórias, que permitem a emergência de subjetividades singulares, de práticas que investem na construção de novas possibilidades de vida, de novas relações (p. 123).

O relato de Cristina contribui para ilustrar essas situações, ao ressaltar por que não é possível permitir que só as assentadas e assentados escolham os setores que desejam trabalhar.

“Se todo mundo deixar escolher o setor que quer ficar, vai ter setor que vai ficar com mais gente e outros com menos. Por exemplo, lá no leite, ninguém quer ir lá, por causa das condições que hoje tá lá ... é difícil, aquele barro e inverno. Lá é pouca gente que quer ir. Então, tem setor que ia ficar sobrecarregado e uns ia ficar com carência de gente” (Cristina).

Cristina justifica a organização/distribuição realizada no assentamento e traz outros elementos para a discussão. Ela argumenta que se cada um tivesse condições de escolher, provavelmente não iria optar por setores com dificuldades estruturais e buscaria um que oferecesse melhores condições de trabalho. Isso, por um lado, poderia representar algumas contradições quanto ao modelo de organização proposto pelo coletivo, fundado em ideais igualitários. Por outro lado, pensando as especificidades de cada setor, a igualdade, nesse caso, é algo que não pode ser alcançado, pelo simples fato de que os trabalhos são diferentes.

Para Anita, existem possibilidades, no coletivo, de uma distribuição de trabalho por afinidades. Isso, porém, ainda representa um desafio.

[O que você acha da maneira como se organizou e se organiza o trabalho no assentamento?] Até hoje, por onde eu passei, me parece ser uma das formas mais, assim, correta. Correta, porque ela atinge mais de perto os objetivos do próprio Movimento. Que é realmente essa coisa do coletivo mesmo. Tudo aquilo que a gente é e a gente tem, seja, realmente, distribuído. Inclusive, essa questão dos trabalhos, que é uma coisa que nós temos tentado fazer, é que as pessoas estejam naquilo que elas gostam de estar fazendo. Mas, hoje, pelo número de pessoas que nós temos, pelas dificuldades que algumas pessoas têm, nós ainda temos ... é um desafio pra nós isso aqui. Porque a gente sabe que aqui dentro ... agora, por exemplo, nós temos os setores, que eu acho ótimo esse jeito. ... As pessoas estão dentro desses setores e que contribui dentro desses setores. Então, agora, o desafio é que nós conseguíssemos, por exemplo, eu gosto da parte social, e eu, realmente, estou no social. Você gosta de trabalhar na roça ... por exemplo, se fosse na minha opção, se eu fosse escolher o setor, eu estaria no setor da lavoura. Porque eu gosto de ir lá pá roça! De trabalhar na roça, de ver o que planta, o que não planta, época ...” (Anita).

O relato de Anita está fundado em questões que extrapolam a simples escolha pelo grau de dificuldade de um trabalho ou de outro. Ela refere-se às significações de trabalho e de coletivo que são consideradas fundamentais para que um grupo se mantenha, as quais indicam quais questões pessoais devam ser abdicadas para que a coletividade seja uma realidade. Os sentidos do trabalho e do coletivo são diferentes para Anita e Cristina. Cristina fala do sujeito trabalhador como aquele que, se pudesse escolher, escolheria o melhor para si em detrimento do grupo. Anita fala da escolha pessoal que precisa ser adiada em função de uma necessidade coletiva. São os significados produzidos no coletivo, que mesmo produzidos e reproduzidos com o intuito de manter a coesão do grupo, mobilizam sentidos diferentes para cada sujeito.

As/os informantes relataram os trabalhos que realizam no assentamento:

“[Quais são os trabalhos que o senhor faz no coletivo?] Eu trabalho no reflorestamento. ... Para fazê o plantio vai todo mundo. Só que eu coordeno o reflorestamento” (Afonso).

“ Eu faço parte da ciranda infantil” (Alice).

“Eu trabalho mais é na horta. Horta e frutas, assim. A minha responsabilidade é essa” (Hamilton).

“Olha! pra ti dizer, o que eles dizê pra mim, eu tô indo. ... A maioria, assim, no setor de subsistência” (Luiza).

“Eu ajudo na horta quando precisa. ... vou no galinheiro. Tô limpando ao redor do galinheiro. A gente faz, assim, o que aparece, um pouco de tudo” (Isaura).

“Eu participo mais no setor do reflorestamento, apicultura e as frutíferas” (Pedro).

“Eu, hoje, na verdade, tenho várias funções internamente. Mas aí, têm coisas que a gente, na verdade, prioriza algumas. Eu faço parte da direção, setembro, outubro vence outro período. Também faço parte da administração, eu e mais dois companheiros. E também contribuo no setor de educação” (João).

“Daí, eles pediram pra mim se eu pudesse cuidar da ciranda, que tava um pouco assim ... se vocês acham que tá bom do jeito que eu tô cuidando. Daí já me ponharo no setor” (Marlene).

“Desde o começo, quando eu cheguei, eles me convidaram, o pessoal me convidou pra trabalhar na parte da educação. Aí, eu fiz um curso de educação infantil, de crianças, na parte de ciranda. E desde o começo, desde lá, eu venho trabalhando nessa parte. Na ciranda, cuidar de criança de 0 a 5 anos. Esse é o meu trabalho. E no setor social, que daí, todos, educação, saúde, parte do social” (Sara).

“Eu é no setor de subsistência” (Ana).

“Na verdade, eu coordeno a parte da subsistência, que é um setor de produção. E aí, faço parte da coordenação (direção) do assentamento também” (Emília).

“Eu faço parte do setor da lavoura, onde ajudo planejar e também vou pro trabalho. ... faço parte da direção desde o ano passado” (Lucas).

“Hoje, na verdade, eu tô coordenando o setor dos suínos, integração. Sou coordenador lá. Trabalho mais diretamente ali. E depois, é claro, também ajudo os outros setores. Depende o planejamento que o pessoal faz” (Luiz).

“Como setor, eu faço parte, sou um membro do setor de produção de grãos, setor da lavoura. Então, eu faço parte hoje desse setor. Além de ajudar a coordenar os outros setores, eu faço parte desse setor” (Mário).

“Aqui no assentamento, a gente faz o que pode por ali. Trabalha durante o dia na produção. Hoje eu tô contribuindo no setor ali ... a gente têm ... a distribuição interna aqui é tudo por setor ... eu contribuo no setor da produção de leite, que compõe gado de leite, mais outros animais que têm ali, suíno e ovelha. ... e no ano passado, eu comecei a

contribuir também, na direção do assentamento. O pessoal me escolheu ... teve votação, o pessoal me escolheu e tal” (Henrique).

“Hoje, eu sou coordenadora de núcleo, núcleo 2. Sou agente de saúde. ... eu participo no setor social, pra tá discutindo as questões sociais” (Silvia).

“ Agora, eu tô no setor de gado. E eu sou coordenadora de núcleo. Faço parte da equipe de educação. E esses, assim, coordenadora de núcleo e equipe de educação, são mais a questão social” (Júlia).

“Eu faço parte do setor social. E, especificamente, dentro do setor social, da escola ensino fundamental, que é as séries iniciais, do EJA e da ciranda infantil, que é o trabalho que é feito aqui dentro do assentamento. Então, dentro do setor social, eu respondo por essa parte da educação e também por mais a parte, assim, mais religiosa, a questão da catequese, celebrações. E agora, foi há 15 dias atrás, eu assumi também a contribuir na direção do assentamento. Então, agora, eu também faço parte da direção” (Anita).

“Na verdade, hoje, eu faço parte do setor da integração. Que, no caso, é o chiqueiro. Então, têm duas pessoas que são responsáveis pelos animais ... então, o nosso setor, por exemplo, é específico ali” (Sérgio).

“Agora, tô no setor social. [você faz parte da direção do assentamento?] Sim” (Cecília).

“Eu faço parte do setor da lavoura. Mais, assim, é complicado ir na lavoura com os homens. Porque eles vão lá embaixo, e a gente depende da ciranda para deixar a nenê. Ciranda é só duas horas de manhã e duas horas à tarde. Então, eu trabalho junto com as mulheres, assim. Agora, nós tamo pintando as casas. Ou na subsistência, porque a maioria das mulheres são da subsistência. Agora, eu tô como coordenadora de núcleo” (Cristina).

Alguns dos relatos não fazem menção ao setor, mas aos trabalhos que são realizados por cada um. Penso que isso esteja atrelado ao fato de que é uma forma diferente de organização

do trabalho, a qual, mesmo que tenha sido discutida e planejada no acampamento, só começou a se objetivar no assentamento, o que não significa dizer que esses trabalhos não estejam vinculados a um setor. Todas/os as/os informantes integram um determinado setor e um núcleo de base, o que indica que todas e todos participam da organização do trabalho e da vida no assentamento.

Como destaquei, antes de trazer os relatos das/os assentadas/os acerca de suas inserções e participações nos setores, os significados produzidos coletivamente produzem também sentidos singulares. Tendo em vista essa interface, é interessante destacar os relatos de Luiza, Isaura e Marlene, os quais retratam o modo singular como cada uma descreve sua relação com o setor e com o trabalho, trazendo, ao mesmo tempo, questões que sugerem uma ordem genérica. Questões culturalmente femininas atreladas ao fato de que as mulheres estão “sempre prontas” para atenderem às demandas dos outros, como mostra a fala de Luiza e de Isaura: “*o que eles dizê pra mim, eu tô indo*” “*...a gente faz o que aparece, um pouco de tudo*”. Ou ainda quando se dispõe a realizar a expectativa do outro, como sugere a fala de Marlene: “*se vocês acham que tá bom do jeito que eu tô cuidando ...*”. Esses relatos apontam para situações como as descritas por Melo (1988), em seu livro “Trabalho e Sobrevivência: mulheres do campo e da periferia de São Paulo”, acerca da docilidade do corpo e sua relação com a submissão. A autora faz referências aos corpos dóceis, expressão tomada de Foucault, para tramar algumas discussões⁸¹. Nesse caso, a violência, o cansaço e a dor que atingem o corpo “são recolhidos pelos sentidos e pela inteligência, transmutando-se em submissão da vontade e numa relação obediente às circunstâncias que dominam a vida” (p. 182). Entre as mulheres e homens pesquisados no assentamento, uma das poucas vezes em que ouvi indícios que sugeriram situações de cansaço e de dor, foi com o intuito de justificar uma diminuição nos trabalhos atualmente realizados, por conta de problemas na coluna e demais enfermidades.

Diante do que foi exposto pelos informantes e na convivência com o grupo, foi possível observar também que no setor de subsistência e no setor social havia um número maior de mulheres, enquanto que nos setores de administração e integração elas não eram tão presentes. Na lavoura também não havia mulheres, como pontuou Cristina, que integrava esse setor e que

⁸¹ A autora pontua que apenas a expressão “os corpos dóceis” foi tomada de Foucault, pois sua análise não segue a precisão e nem o rigor teórico do autor. O poder, no estudo em questão, é o “mesmo que se enraíza nos corpos, mas visto... de dentro do próprio corpo submetido” (p. 182).

passou a integrar o de subsistência. Na direção trabalhavam três mulheres e dois homens. Isso pode indicar que as escolhas das/dos assentadas/os para integrar um setor, núcleo ou direção, são também orientadas por questões de gênero, remetendo à existência de uma divisão sexual do trabalho.

Autoras/es como Bruschini (1982, 1993), Souza Lobo (1991), Saffioti (s/d, 1992), Fonseca (2000), Lago (1986), Paulilo (1986, 2000), Giulani (1997), Cunha (1998), Lechat (1993, 1996), entre outras/os, conforme descrito em capítulo anterior sobre os pressupostos teóricos, considerando os diferentes referenciais epistemológicos⁸², convergem sobre o fato de que o trabalho é generificado, o que implica considerar que é valorizado a partir de significados atribuídos histórica e culturalmente ao feminino e ao masculino.

A divisão sexual do trabalho, como o próprio termo indica, remete à noção de cisão, complexa em sua origem cartesiana. Não desejando contribuir com visões dicotômicas, porém, para traçar um caminho que possibilitasse compreender o modo como tal divisão se constituiu e se institucionalizou, foi necessário refletir naquele capítulo sobre categorias de classe e gênero, público e privado, produção e reprodução, trabalho produtivo e trabalho doméstico, bem como sobre o trabalho feminino no meio urbano e rural. Essas categorias foram/são pensadas e utilizadas buscando-se seguir o que ressalta Saffioti (1992):

Trata-se, além de categorias de análise, de categorias históricas. E é esta historicidade que deve ser ressaltada e retida, uma vez que ela aponta ostensivamente para a morte de tais construções. Na verdade, não existe apenas o perigo de se tomarem como eternas tais categorias, cuja natureza é profundamente histórica. Este risco não pode ser negado, mas pode ser evitado. Basta, por exemplo, que nos perguntemos desde quando o mundo conhece as noções de público e privado, de produção e reprodução, de trabalho produtivo e trabalho doméstico, etc. São noções extremamente recentes. O risco maior, a meu ver, consiste em pensar/viver as oposições como contrárias. O homem não é o contrário da mulher, assim como a produção não é o contrário da reprodução, nem o eu o contrário do outro. Estes binômios apresentam diferenças e analogias. Entre o eu e o outro, entre o

⁸² Tenho claro, considerando a interdisciplinaridade da temática gênero, os diferentes referenciais epistemológicos que apresentei. No entanto, meu interesse foi apenas ressaltar o modo como o tema foi sendo

homem e a mulher, entre a produção e a reprodução existem diferenças e similitudes (p. 101).

A autora alerta para os perigos de um pensamento que, além de considerar essas categorias como dicotômicas, possa vir a considerá-las como contrárias. “Diferenças e similitudes” estão presentes e são da ordem do relacional. Com isso quero dizer que, ao me referir a essas categorias e/ou utilizá-las em momentos distintos, estou assim fazendo por uma questão de apresentação da análise. Reconheço, no entanto, suas relações e a impossibilidade de analisá-las de forma estanque.

No assentamento, foi possível observar a organização/divisão sexual do trabalho⁸³ em setores, núcleos e direção. Isso remete ao fato de que questões referentes à divisão sexual do trabalho, historicamente construídas, não se restringem às esferas “pública e privada” ou ao trabalho “produtivo e doméstico”. Tais divisões reproduzem-se também no interior de cada esfera e/ou de cada trabalho. Poderia se dizer que são complexas “divisões dentro de divisões”. Interessa agora analisar o modo como essa organização/divisão ocorre nos setores, núcleos e direção do assentamento estudado.

4.3.A organização/divisão sexual do trabalho: direção, setores e núcleos

Como foi possível perceber, no processo de ocupação e de acampamento, a divisão sexual do trabalho não foi uma forma de organização que passou a orientar a vida das/dos informantes apenas no assentamento. Essa forma de organização/divisão do trabalho orientou a vida no acampamento e se apresenta como um atravessamento mais antigo e recorrente, que se inscreve mesmo quando se tem, por parte do MST, outras orientações. Cito algumas dessas orientações que são instrumentalizadas por meio de objetivos descritos pelo setor de gênero do MST, na edição de julho de 2001 do livro *Construindo o Caminho*⁸⁴. Objetivos que não se restringem às relações de trabalho.

“Objetivos gerais:

abordado por diferentes teóricas/os. Nesta pesquisa, para o entendimento da constituição do psiquismo humano, assim como, para as relações de gênero, busquei uma aproximação com o referencial marxista.

⁸³ Refiro-me à organização/divisão sexual do trabalho no sentido de enfatizar o modo de organização do trabalho coletivo e sua divisão orientada também pelas relações de gênero.

⁸⁴ “Construindo o Caminho” é uma publicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

- a) Levar a discussão de gênero para o conjunto do MST e procurar mostrar a importância de se estabelecer novas relações de gênero para avançar a luta de classes.
- b) Elevar o nível de participação das mulheres na luta pela terra, pela reforma agrária e na construção de uma nova sociedade.
- c) Contribuir para transformar as relações de gênero no MST para que homens e mulheres sejam de fato sujeitos sociais.
- d) Motivar a construção de novas relações na família, militância e instâncias, baseadas em valores como respeito, solidariedade, igualdade, companheirismo.

Objetivos específicos:

- a) Fortalecer o MST nas suas diversas instâncias e setores.
- b) Massificar e qualificar a participação das mulheres desde antes do acampamento (na fase de preparação), durante a luta pela terra, nos assentamentos, setores e instâncias.
- c) Exercer pressão permanente para a construção de novas relações de gênero, baseando em novos valores.
- d) Motivar a construção de um novo jeito de ser família, em que toda a comunidade (núcleos, acampamentos, assentamentos) tenha responsabilidade no processo de educação e formação das crianças e jovens e não apenas os pais biológicos.
- e) Despertar a mulher para a necessidade de participar das decisões políticas e econômicas, para a importância de assumirem tarefas produtivas e administrativas e serem beneficiadas nos projetos e recursos.
- f) Fortalecer a auto-estima das mulheres através de atividades de formação específicas.
- g) Incluir as reivindicações femininas na pauta do MST, como por exemplo: ciranda e educação infantil, reconhecimento da profissão de trabalhadora rural através do cadastro, políticas de saúde específicas para a mulher e a família rural”(MST, 2001, p. 147-148).

Penso que esses objetivos não podem ser vistos como mera obra do acaso. Os estudos de Melo (2001) contribuem para se analisar essa questão, pois destacam que essas discussões estão sendo produzidas no MST, desde a segunda metade da década de 80. No capítulo 6 do estudo acima citado, intitulado “subjetividade e gênero nos documentos do MST”, a autora analisa publicações datadas de 1979 a 1989 e 1990 a 2000, e sugere que o MST, assumindo a proposta de lutar por mudanças sociais, visava romper com as condições concretas que

promoviam a produção de uma sociedade marcada pelas posições de exploradores e explorados. As lutas sociais, no entanto, evidenciavam que a transformação da sociedade não dependia apenas da socialização dos meios de produção e que as relações sociais se situavam numa ordem macro e micro social, e que a mudança de uma necessariamente não leva à mudança de outra. Foi necessário inscrever-se em uma outra ordem, isto é, numa ordem capaz de abarcar e modificar as múltiplas relações sociais que constituem a realidade social, a fim de provocar as pretendidas transformações sociais.

A análise da autora mostra que os conteúdos dos documentos diferem em função dos momentos históricos em que foram produzidos e publicados. Uma das primeiras publicações, datadas de 1986, ocorreu em função do 1º Encontro Nacional dos Assentados pelo MST, quando resoluções foram discutidas e aprovadas acerca do *Posicionamento sobre a questão da mulher assentada*, fundado numa perspectiva de “concessão à participação política das mulheres”. A publicação de uma cartilha, em 1998, intitulada “Compreender e construir novas relações de gênero”, pelo Coletivo Nacional de Mulheres do MST, apresenta uma coletânea de textos que tem como eixo temático as questões de gênero, produzidos a fim de serem utilizados como fonte de estudos entre os militantes, em cursos de formação, entre outros. A autora pontua contradições e limitações, sendo que algumas destas recaem sobre as questões epistemológicas do conceito de gênero. E para tal pontuação, especificamente para se referir ao modo como alguns dos textos discutem as questões de gênero, citou as discussões de Scott (1990), sobre a noção de causalidade econômica, presente em algumas vertentes marxistas, em que a categoria gênero é secundarizada em relação à categoria classe.

Muitas foram as questões levantadas e discutidas por Melo (2001) no referido capítulo, e que não se esgotam nas pontuações aqui apresentadas. O objetivo de trazer algumas dessas questões, datadas de 1986 e 1998, e iniciar essa discussão citando os objetivos descritos pelo setor de gênero, publicados em 2001, foi o de poder lançar luz sobre o fato de que passados quase 20 anos das primeiras publicações sobre a temática que envolve as mulheres, ou as questões de gênero, abordadas de diferentes modos, relegadas a um lugar secundário ou não, estas estão presentes nos discursos produzidos pelo MST.

Em estudo recente, intitulado “As fissuras na construção do ‘novo homem’ e da ‘nova mulher’ – Relações de gênero e subjetividades no devir MST –1979/2000”, Silva (2003) analisou documentos, relatórios, publicações e jornais de circulação regional e nacional

produzidos pelo MST e distribuídos nos acampamentos e assentamentos, bem como as entrevistas que obteve em vários desses. Esse estudo revela a complexidade do tema em suas múltiplas formas, apontando para o modo como esses documentos, historicamente contextualizados, são produzidos, e em que medida são dispositivos produtores de subjetividades. Segundo a autora, no segundo semestre de 1990, constituiu-se definitivamente o Coletivo Nacional de Mulheres do MST, o qual produzia materiais que possibilitavam “reflexões mais teóricas” (p. 83) acerca das questões das mulheres. A incorporação da categoria gênero ao discurso do MST ocorreu em 1998, marcado pela publicação da Cartilha intitulada “Compreender e construir novas relações de gênero”, já mencionada anteriormente pelos estudos de Melo (2001). Os questionamentos de Silva (2003), em torno dessa mudança discursiva, envolvendo não mais a “questão da mulher”, mas as questões de gênero, trazem temas referentes a essa mudança. Nas palavras da autora, “a que ordem pertence essa mudança? Dos desejos de mudança ou da vontade em incorporar discussões mais fluidas que passaram a circular nas academias nos últimos anos?” (p. 212). Em meio a essas transformações, em fevereiro de 2000, sob a responsabilidade de um “Coletivo Nacional de Gênero”, ocorreu a publicação de uma cartilha de formação para as mulheres do movimento.

Os estudos de Melo (2001) e de Silva (2003), considerando suas especificidades teóricas e metodológicas, evidenciam mudanças no modo como o MST vem lidando com a temática em questão. Esses estudos trazem discussões fundamentais que mereceriam maior atenção. No entanto, dentro do que é possível realizar nesta pesquisa, importa considerar, como destaquei anteriormente, que tais mudanças não ocorreram por acaso, mas se inscrevem numa ordem ideológica, marcada por tensões e rupturas. Na presente pesquisa, optei pelas informações que constam nos objetivos descritos pelo setor de gênero do MST, na edição de julho de 2001, do livro *Construindo o Caminho*. O motivo dessa escolha foi que o conteúdo desses objetivos, longe de representarem questões meramente cumulativas ao longo desses anos, anunciam que o interesse do MST também reside em questões de gênero, de modo que sua luta como movimento social não se resume à conquista e/ou acesso à terra.

Entendemos que precisamos crescer como mulheres e homens novos construindo novas relações econômicas, sociais, políticas e ambientais, baseadas em novos valores, como respeito, companheirismo, solidariedade, justiça e amor. Nesse sentido a construção de

novas relações de gênero não é apenas importante, mas absolutamente necessária para avançar na luta de classe e construir uma sociedade realmente socialista (MST, 2001, p. 146).

Essa citação, fortemente marcada pela idéia do “novo”, sugere que a transformação social proposta pelo MST transcende à conquista da terra e do direito de nela trabalhar, talvez pelo fato de que essas conquistas não se resumem à produção da sociedade e da existência humana. Outras questões referentes às relações entre os sujeitos, dentre elas as de gênero, devem ser objetos de reflexão, já que orientam as relações sociais no cotidiano dos assentamentos, assim como na sociedade toda, de modo a se observar que, para o MST, a transformação igualitária e solidária de uma sociedade inclui as relações de gênero. Esses objetivos, tomando a forma de discursos, publicados ou não, são utilizados para promover a organização de acampamentos, dos assentamentos, bem como do movimento⁸⁵.

Assim, as questões sobre as relações de gênero elaboradas pelo MST constituem-se enquanto discursos⁸⁶ disponíveis no assentamento. Entre outros momentos em que pude perceber a circulação desses discursos, resalto uma das reuniões do núcleo da qual participei no assentamento, no dia 29/03/2003⁸⁷. De acordo com as diretrizes do MST, a coordenação dos núcleos de base deve ser constituída por uma mulher e por um homem.

... para nós do MST, a coordenação do núcleo deverá ser necessariamente compartilhada em pé de igualdade por um homem e por uma mulher, escolhidos por todos os membros do núcleo ... Os dois coordenadores (um homem e uma mulher) é uma opção política que o MST faz de muita importância para a vida do assentamento. Em geral, o assentamento é comandado pelos homens, sob um olhar masculino da vida, o que limita a compreensão do conjunto do assentamento. A presença feminina na direção e coordenação do assentamento

⁸⁵ Questões ressaltadas também por Melo (2001) e Silva (2003).

⁸⁶ A noção de ordem discursiva aqui apresentada foi orientada pela idéia de “discurso”, cunhada no campo da Análise do Discurso. Conforme Orlandi (2003) “... a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (p.15).

⁸⁷ São três núcleos de base, e as discussões ocorrem simultaneamente, com a mesma pauta de discussão. Por este motivo só foi possível acompanhar um núcleo em cada reunião.

é um esforço que cabe a todos realizar, buscando qualificar estas coordenações para apreender a realidade do assentamento como um todo (MST, 2001, p. 84-85).

Essa citação pressupõe que homens e mulheres compreendem o mundo de modos diferentes. Eu diria que todos os sujeitos compreendem o mundo de forma singular. Talvez, a marca mais forte dessa citação resida no fato de que dois modos de compreender o mundo estão postos, um masculino e um feminino. Estes, então, seriam os filtros através dos quais os sujeitos vivenciam e se apropriam de uma determinada realidade. Assim, mantêm-se a cisão e a ênfase nas diferenças.

Sobre esses dois modos de ver o mundo, Saffioti (1992) coloca algumas questões para discussão, dando ênfase às relações de poder imbricadas no processo. Para isso, a autora retoma algumas pontuações que fez sobre a posição de destaque que o poder ocupa no conceito de gênero elaborado por Scott (1990), especificamente sobre a sua articulação primeira ao gênero⁸⁸. A partir disso, a autora elabora pressupostos que indicam que classe e gênero se articulam pelas relações de poder⁸⁹. Argumenta ainda que a definição proposta por Scott, sobre a primazia das questões de gênero, encontra apoio em Bourdieu (1980), à medida que este discute a divisão do trabalho sexual e a divisão sexual do trabalho⁹⁰. A autora buscou enfatizar, com isso, centrando-se nas relações de poder descritas por Scott e Bourdieu, a existência de duas visões de mundo, uma das mulheres e outra dos homens, as quais são socialmente produzidas pela organização de gênero. “Uma vez que as experiências adquirem um colorido de gênero, como aliás ocorre com a classe e a etnia também, a vida não é vivida da mesma forma por homens e mulheres” (Saffioti, 1992, p. 199).

Voltando à reunião de núcleo que acompanhei no assentamento, no dia 29/03/2003, buscando seguir as diretrizes do MST este era coordenado por uma mulher e um homem.

⁸⁸ Saffioti reporta-se à concepção de que “o gênero é o primeiro modo de dar significado às relações de poder” (Scott, 1990, p. 14).

⁸⁹ “Este ponto é de fundamental relevância, pois se trata de profunda articulação entre gênero e classe social na trama das relações de poder” (Saffioti, 1992, p. 197). A autora refere-se, especificamente, ao poder da ideologia de gênero e sua oposição à “equalização sexual do modo de produção capitalista” (p. 198).

⁹⁰ “Produto da divisão do trabalho sexual tal qual ela é transfigurada em uma forma particular de divisão sexual do trabalho, a *di-visão do mundo* é a mais bem fundada das ilusões coletivas e, por isso, objetivas: fundamentada nas diferenças biológicas, e notadamente naquelas que dizem respeito à divisão do trabalho de procriação e reprodução, ela é também fundada nas diferenças econômicas, sobretudo naquelas que tocam a oposição entre o tempo de trabalho e o tempo de produção e que pertencem aos fundamentos da divisão do trabalho entre os sexos” (Bourdieu, 1980, p. 246-247 citado por Saffioti)

Ambos conduziram a pauta do dia, trazendo questões referentes à catequese, saúde, visita de estudantes ao assentamento, equipe de animação, organização de uma biblioteca e informações sobre a Marcha Nacional em Brasília. Sobre essa última questão da pauta, o coordenador, Pedro, informou aos integrantes do grupo, cinco homens e quatro mulheres, que seria necessário encaminhar o nome de dois representantes, sendo que seria importante contar com a participação das mulheres, considerando a discussão do MST acerca da participação de homens e mulheres em atividades internas e externas ao assentamento.

É perceptível, então, que a discussão de gênero que orientou a constituição dos núcleos se reproduz nas reuniões informativas e formativas. Percebi também que são discursos que não se limitam aos núcleos de base e que fundamentaram a organização de outros espaços de trabalho. O relato de Cecília é ilustrativo dessas questões.

“Oh! Nós precisamos colocar mulher também nos outros setores, em todos os setores, para que elas vão pegando o jeito de fazer tudo que é coisa aqui dentro. E quando nós tava sozinha, nós fazia tudo. Nós participava da roça, tinha porco, galinha, vaca e tudo. Nós fazia isso sozinha. Que a mulher que tá no lote individual faz. Então, nós também temos capacidade de fazer aquilo que tem no grupo. Que o grupo também tem algumas coisas que facilita. Tipo a compra de uma máquina, que daí nós compramos, que faz esse trabalho mais pesado. E os outros trabalhos que têm são tudo trabalho que nós podemos contribuir. Então, nenhum dos nossos setores, que nós temos hoje aqui, dá pra dizer que não tem que ter mulher. Todos eles nós podemos contribuir. Basta querer e participar ... e dar condições que nós participe” (Cecília).

Cecília, produtora desse relato, integra a discussão sobre o trabalho coletivo desde o assentamento de Passos Maia. Participou do processo de ocupação e de organização do assentamento, assumindo coordenações e posições de liderança. O relato que descrevi foi a resposta de Cecília quando perguntei se, no momento da organização dos trabalhos, havia sido considerado e /ou discutido que se colocariam mulheres e homens em todos os setores. Ela respondeu que houve. Eu perguntei quem “puxou” a discussão e ela respondeu, “na época, fui eu”. Percebi o interesse de Cecília pelas questões de gênero, não apenas na entrevista gravada, mas nas conversas informais que tive com ela, nas quais constantemente solicitava minha

opinião sobre o assunto. Sua casa também diz de seu interesse, expõe em suas paredes cartazes de “encontros de gênero” e “encontros de mulheres”, organizados não apenas pelo MST. Durante os períodos que permaneci no assentamento foi comum ver Cecília “puxando” essa discussão com as mulheres e homens. Essa posição de Cecília, no entanto, não se limita à esfera do trabalho, e estende-se às demais relações sociais do assentamento e a coloca num lugar de referência para os demais, principalmente para as mulheres. Isso faz de sua casa um local para discutir o trabalho e também para encontros descontraídos no final da tarde, onde tomam chimarrão.

Quero chamar a atenção, com essa discussão, além de destacar a posição de Cecília no assentamento⁹¹, para a forma como seu discurso se produziu e como a discussão de gênero no Movimento, assim como no assentamento, não é algo desconhecido. Pelo contrário, como pontuei sobre a constituição dos núcleos de base, esse é um discurso disponível no assentamento e Cecília é uma das pessoas que media essa produção discursiva. Ao mesmo tempo, seu discurso produz significações que evocam outras significações em uma cadeia infinita, que não se limitam às relações sociais no interior do assentamento. Isso remete ao fato de que os processos de significação não estão circunscritos às relações concretas. Nesse sentido, os cursos de formação e/ou outras formas que o MST utiliza para fazer com que esses discursos circulem e produzam significados e sentidos, também constituem o discurso de Cecília que, necessariamente, não foi produzido exclusivamente nas relações sociais intra assentamento.

Voltando ao argumento que Cecília utilizou para reivindicar a presença das mulheres em todos os locais de trabalho do assentamento, vale ressaltar que, de um lado, esclarece que é necessário que as mulheres trabalhem em todos os setores, “*para que elas vão pegando o jeito de fazer tudo que é coisa aqui dentro*”. Mas, por outro lado, refere-se ao *lote individual* como um espaço onde as mulheres “*faziam tudo sozinha*”. Considerando isso, parece que “*jeito e capacidade*” as mulheres têm.

Sobre o trabalho considerado individual e coletivo, Lechat (1993) destaca que:

⁹¹ Quando refiro-me à posição de Cecília e das demais informantes no assentamento, quero explicitar, apoiada nas discussões de Pino (2000), que os sujeitos assumem determinadas “posições sociais”, relacionam-se com os demais e se constituem a partir destas. “Embora Vygotski não discuta especificamente esta questão, podemos pensar que as relações sociais constituem um complexo sistema de posições sociais e de papéis sociais associados

na pequena propriedade rural a produção assume de modo geral um caráter de trabalho coletivo, havendo nítida divisão de tarefas entre os participantes do processo produtivo, que os leva a uma forma de cooperação mútua onde a participação da mulher é altamente significativa (p.153).

Considerando o relato de Cecília e as pontuações de Lechat, cabe indagar: O que muda nessa passagem⁹² do individual para o coletivo ?

O relato de Ana possibilita pensar essas questões.

“ E nós se ajudava (refere-se ao trabalho do casal) ... as crianças foram crescendo e eu ajudei muito também, ... lavrá, ajudei roçar, ... em tudo em final. O que ele (marido) fazia na roça, eu fazia também. E assim, a gente se ajudava. E assim, em grupo não tem mais esse serviço tanto assim. Porque tem setores “ (Ana)⁹³.

Ana coloca outras questões em jogo, que apontam para a diminuição de trabalho no assentamento coletivo em relação ao trabalho no lote individual, por conta da organização/divisão do trabalho em setores. Chama a atenção para mudanças que ocorrem nos modos de vida, na passagem da organização familiar no lote individual, para o assentamento coletivo. Nesse movimento, outras formas de relações sociais são produzidas e modificam não apenas o modo como o trabalho é organizado/dividido, mas também os modos como as/os trabalhadoras/es as significam e se constituem. Mudanças ocorrem e são visivelmente percebidas. Uma forma de organização do trabalho foi substituída por outra. Isso, no entanto, não se aplica de modo mecânico, significados e sentidos foram produzidos, tendo como gênese esta base concreta. Nesse caso, a idéia de superação de uma forma por outra é

a essas posições que define como os atores sociais se situam uns em relação aos outros dentro de uma determinada sociedade e quais são as expectativas de conduta ligadas a essas posições” (Pino, 2000, p. 64).

⁹² “Passagem” aqui entendida como um processo carregado de significações, não enquanto mera passagem de um lugar para outro, ou de um estado para outro.

⁹³ Esse trecho é um fragmento de um relato mais amplo, em que Ana, em resposta à minha pergunta sobre a divisão do trabalho doméstico, explicou por que seu marido, no assentamento coletivo, não “ajudava” nos trabalhos domésticos. Oportunamente voltarei a esse relato.

inaplicável, pelo fato de que relações culturais estão imbricadas nesse processo. Não se trata apenas de pensar as mudanças no modo de trabalho e de uso da terra pela família, pelo viés econômico.

Lechat (1996) contribui para se pensar essas mudanças. Em seus estudos observou que “nas associações de cooperação agrícola, a complementaridade tradicional entre homens e mulheres baseada na divisão sexual do trabalho e a subordinação destas ao chefe da unidade estão sendo abaladas e sofrem profundas modificações”, o que implica dizer que a organização/divisão sexual do trabalho familiar agora não é de domínio exclusivo da família. As decisões são tomadas para além do domínio da família, ou do poder do pai. A instância coletiva do grupo é o lugar da organização da vida como um todo. “O modelo proposto não é mais, como na ética camponesa, a propriedade e a produção familiar, mas a terra como espaço para o exercício das relações de trabalho e produção sob o controle coletivo dos próprios trabalhadores” (Lechat, 1996, p. 96-97).

Sobre as categorias terra, família e trabalho, comuns às sociedades camponesas, e sua articulação enquanto não circunscrita apenas a uma ordem econômica, Woortmann (1990) sublinha que:

O importante, contudo, não é que sejam comuns – pois elas estão presentes, também, em culturas urbanas – mas que sejam nucleantes e, sobretudo, relacionadas, isto é, uma não existe sem a outra. Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. Por outro lado, essas categorias se vinculam estreitamente a valores e a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia (Woortmann, 1990, p. 23).

São questões que não se limitam às relações econômicas entre família, terra e trabalho e implicam, como mostra o autor, em valores de hierarquia e honra, de tal modo que as relações sociais de trabalho no coletivo inter-famílias promovem novas significações e/ou (re) significações nas relações de trabalho familiar. Isso, no entanto, não as coloca como incompatíveis, o que implicaria preconizar superações e esse não é o caso. O estudo, considerando sua sustentação teórica, visa justamente evidenciar os diferentes modos de vida que (co) existem em uma determinada realidade. Como evidenciam os objetivos do Setor de

Gênero do MST, sobre a construção de “novas relações de família”, imagino que isso não significa que exista um único jeito de “ser família”. Penso, ainda, que ao trazer a idéia de que se objetiva construir um “novo jeito”, pressupõe-se que “antigos jeitos” existem e que estes não são mecanicamente suplantados.

O intrelaçar das vozes de Cecília e Ana sugerem que as mulheres realizavam diferentes trabalhos no lote individual, e que no coletivo podem continuar realizando, só que com uma diferença, não precisam, necessariamente, realizá-los sozinhas ou dividi-los apenas com a família. Por outro lado, a divisão do trabalho em setores foi colocada, de forma quase unânime, como uma das vantagens do trabalho coletivo. Vejamos o que nos mostra o relato de Alice:

“...então, assim, as pessoas devem ter claro que se tivesse individual, não ia poder deixar a sua casa sozinha. Ia ter que tirar leite, cuidar de tudo em casa. Em um grupo coletivo, não precisa tirar o leite, porque tem uma equipe que faz o trabalho. Se estivesse individual, você ia ter que fazer tudo isso” (Alice).

Os relatos de Cecília, Ana e Alice mostram o modo como diferentes produções de sentidos podem coexistir em uma mesma realidade e sobre determinadas situações. Isso nos remete também aos discursos disponíveis sobre as relações de gênero, evidenciando que mesmo que as/os assentadas/os tenham sido submetidos à circulação dos mesmos discursos, diferentes sentidos foram produzidos por conta da singularidade de cada um nesse processo.

Assim, é possível perceber, pelo relato de Cecília e pela exposição de Pedro, na reunião de núcleo, que as relações de gênero são problematizadas e servem de referenciais para o organização interna do trabalho. Retomo a descrição que fiz no capítulo sobre o caminho de pesquisa, acerca do comentário de uma das assentadas sobre as questões de gênero e as relações discurso e prática no assentamento, para tramar a discussão sobre o modo como esses discursos operam na “prática”. Sobre essa pontuação entre o “discurso” e “prática”, cabe esclarecer que estes não estão sendo considerados como dicotômicos. Estou mantendo a marcação feita por esta assentada, que considero significativa por ter sido produzida na primeira reunião sobre a viabilidade da pesquisa no assentamento, e também não se trata de comprovar ou não a “eficácia” do discurso na prática. Colocadas essas ressalvas, pretendo

continuar a tramar alguns dos sentidos acerca das relações que configuram essa realidade, conforme produzidos pelos sujeitos da pesquisa.

Foi comum ouvir sobre a necessidade de mulheres e homens participarem de todos os trabalhos no assentamento. Mas foi comum também ouvir que ainda é necessário “avançar” nessas questões. Perguntava-me sobre qual seria, para as/os assentadas/os, o sentido de “avançar” nessas questões, sendo que, algumas vezes, pude perceber que o “não avanço” soava como sinônimo de fracasso e precisava ser justificado. O relato de Emília é ilustrativo desses questionamentos.

“Na verdade, nós aqui, sempre a gente tentou considerar os mesmos direitos, tanto o homem, que nem a mulher. E também, como setores aqui dentro, a gente sempre envolveu, a parte de setores assim, de produção e social, a gente sempre tentou envolver tanto o homem, que nem a mulher. Independente dos trabalhos que tem no setor. Se o setor é um setor difícil, se é mais fácil. Assim, a gente tá dividido. [Há/houve critérios para esta divisão?] Não. Na verdade, não teria, assim, critérios. Tanto faz! [Você disse que vocês tentam fazer isso, “na prática” está acontecendo?] É, na verdade, alguns trabalhos sim. E alguns, a gente ainda não conseguiu superar essa fase. Que a gente sabe que é difícil, é uma questão lenta e tal, pra gente conseguir desenvolver. Então, a gente sempre tentou fazer o possível para ter os mesmos direitos e as mesmas condições” (Emília).

A exemplo de Cecília, Emília, que acompanha o grupo desde o acampamento e contribuiu na organização do assentamento, assumindo coordenações, discute que foi necessário envolver mulheres e homens em todos os trabalhos, mas também justifica que esse processo é lento e depende do entendimento das famílias, depende do desejo de se mudar as relações de gênero. Remete ao modo como as relações de gênero intra-familiares se constituem, o que leva a supor que se os “avanços” não ocorrem é porque as famílias são resistentes a isso. Nesse caso, parece que Emília está se referindo às modificações esperadas, na organização da terra e do trabalho, com o processo de coletivização. As mudanças que não ocorreram, por exemplo, estariam relacionadas ao trabalho generificado. Remete-se, ainda, quando pergunto sobre a “prática”, ao fato de que são fases a serem superadas e que isso ainda não foi possível em relação a todos os trabalhos.

No momento da entrevista não questionei Emília sobre quais seriam esses trabalhos. Porém, o que pude observar durante os períodos em que acompanhei algumas das rotinas diárias de trabalho, é que nos setores de integração e administração não trabalhavam mulheres. O setor da lavoura, como pode ser percebido no relato de Cristina, também traz algumas implicações que restringem a participação das mulheres. ... *“Eu faço parte do setor da lavoura. Mas, assim, é complicado ir na lavoura com os homens. Porque eles vão lá embaixo, e a gente depende da ciranda para deixar a nenê ...”* .

Observei também que mulheres e homens cumpriam jornadas diárias diferenciadas nos setores de produção. Os homens cumpriam uma jornada de 8 horas e as mulheres de 4 horas diárias, de segunda à sexta-feira. Nos finais de semana, os trabalhos que envolviam o setor de integração eram mantidos, de modo que os dois integrantes do setor se alternavam para manter a alimentação dos animais. No setor de gado, os trabalhos também são mantidos nos finais de semana, a ordenha das vacas, especificamente, é feita por meio de um sistema de equipes que se alternam, envolvendo todo o grupo do assentamento, independente de se trabalhar ou não no setor. As horas trabalhadas têm o mesmo valor de troca para homens e mulheres. Como destaquei anteriormente, essas horas são convertidas em alimentação e dinheiro. O montante final de horas trabalhadas se diferencia entre as famílias, por conta do número de trabalhadoras/es que constituem cada uma delas. Em três famílias as/os filhas/os jovens integram o trabalho nos setores⁹⁴. As demais famílias são constituídas por casais com filhas e filhos pequenos, homens e mulheres solteiras.

A realidade sugere que os homens ainda são os maiores responsáveis, pensando em termos de porcentagem de horas trabalhadas, pela manutenção alimentícia e financeira da família. São eles que convertem o maior número de horas de trabalho em alimentos e dinheiro. A figura do pai “provedor maior” assume lugar de destaque.

Nesse modo de organizar o trabalho coletivo, três questões podem ser analisadas no que se refere ao atravessamento das relações de gênero: a não participação das mulheres nos setores de integração e administração e suas limitações no setor da lavoura; a predominância das mulheres nos setores de subsistência (horta comunitária e demais produções destinadas ao consumo interno), social (saúde, educação, lazer, mística, embelezamento) e a direção geral do

⁹⁴ Regras para conversão de horas trabalhadas pelos jovens de acordo com o estatuto interno do assentamento.

assentamento; as jornadas diárias diferenciadas para homens e mulheres nos setores de produção⁹⁵.

Sobre a não participação das mulheres na administração do assentamento, João relata:

[Não têm mulheres na administração?] “Temos companheiras, levantamos o nome. E daí, dar idéia pra direção, agora, colocar nesse setor. No sentido, assim, de ir pegando jeito, e que nem facilitar isso. Que já levantamos várias vezes, o nome dessas companheiras. ... uma coisa é certa, as companheiras que nós temos aqui internamente hoje, podemos dizer que tem, assim, a nível de entendimento ... ela até tem, assim, coisas muito nobre, que vai vim a contribuir com nós na administração. Só que nós se limita no sentido, assim, das condições das companheiras. Por exemplo, grande parte das nossas companheiras aqui têm criança pequena. Então, tem que sair fora, buscar conhecimento do que tem que fazer aqui. Aí, então, se esbarra alguma coisa, nesse sentido” (João).

Como pontuou Cecília, sobre o fato de as mulheres pegarem o jeito de fazer os trabalhos no assentamento, João também ressalta, ... *no sentido, assim, de ir pegando jeito*, quando pergunto sobre a participação das mulheres na administração. Cabe considerar que o setor de administração trata, entre outras, das questões financeiras do assentamento, especificamente, sobre a comercialização da produção. Sobre a manutenção da figura masculina como o “negociador” em grupos de trabalho coletivo, Lechat (1993) observou, em seu estudo sobre dois assentamentos localizados no Rio Grande do Sul, que o trabalho e sua representação são modificados, bem como as relações hierárquicas e de poder, mas os homens ainda assumem a produção para venda sua comercialização.

Em seu relato, João esclarece ainda que é necessário que as mulheres *peguem o jeito*, o que indica que este não é um trabalho com o qual as mulheres tenham familiaridade, ou seja, não está inscrito no “repertório” de trabalhos femininos. João argumenta também que internamente as companheiras “*até têm*” possibilidades de integrar a administração do assentamento. A noção de que “*ela até tem*” sugere que “apesar de ser mulher”, ela é capaz de contribuir com

⁹⁵ Estas questões sobre o modo de organização do trabalho articuladas às questões de gênero em assentamentos coletivos do MST que diferenciam trabalhos femininos e masculinos, também foram ressaltadas nos estudos de Lechat (1993), Schwade (1993), Pavan (1998), Melo (2001), Silva (2003), entre outros estudos.

esse trabalho. Penso que essas são questões ilustrativas do modo como coexistem sentidos diversos, em um espaço onde se discutem questões relativas ao gênero e se busca incorporar a concepção de igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres à organização do trabalho. Questões historicamente produzidas se articulam às naturalmente instituídas em um mesmo discurso. Se por um lado João ressalta que não existe uma limitação de “ordem cognitiva” para que as mulheres integrem a administração do assentamento, por outro lado remete-as à limitação imposta pela maternidade. Ao que parece, o discurso de João se faz a partir da existência de um padrão a ser seguido, que define posições para homens e mulheres e, nesse caso, o cuidado dos filhos definido como atribuição da mulher não é problematizado.

É interessante refletir sobre os padrões culturalmente estabelecidos que são naturalizados e apropriados pelos sujeitos como, por exemplo, o cuidado dos filhos enquanto uma atividade das mulheres. Penso que algumas questões ressaltadas no artigo de Ortner (1979), apesar de polêmico, podem contribuir para se pensar sobre a naturalização da condição feminina. Esse artigo, intitulado “Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura”, apresenta a lógica cultural pela qual a inferioridade feminina é assumida, na medida em que seu papel na reprodução biológica da família coloca as mulheres como mais próximas da natureza, na maioria das sociedades. É considerado polêmico, por ser um estudo marcado por um viés dicotômico entre natureza e cultura. Para a autora, entre outras questões, as condições fisiológicas femininas, consideradas da ordem da natureza, referentes à função natural da reprodução, estão implicadas no “...confinamento feminino ao contexto familiar doméstico” (p. 106). Esse confinamento, por sua vez, é motivado pelo processo de lactação, o qual estabelece uma relação mãe/filho culturalmente naturalizada. Essa simbiose mãe/bebê, segundo a autora, não se limita à relação amamentação, pois as crianças, em função de sua incapacidade de reconhecer os perigos, necessitam de cuidados constantes.

As mães são as pessoas indicadas obviamente para estas tarefas, como uma extensão a sua ligação natural de alimentar as crianças, ou porque elas têm um novo bebê e ainda estão envolvidas com atividades de orientação infantil. Suas próprias atividades são portanto circunscritas pelas limitações e baixos níveis das forças e habilidades de seus filhos: ela é confinada ao grupo familiar doméstico; “o lugar da mulher é no lar” (Ortner, 1979, p. 107).

Essa citação parece indicar que questões fisiológicas envolvidas na relação mãe/filho definem as relações sociais e culturais. A questão que se coloca é a de que o corpo feminino e suas funções reprodutivas são definidoras das relações sociais e culturais no que se refere ao cuidado dos filhos. O movimento ocorre na direção do natural para o cultural. Embora discorde do modo como a autora discute a “condição feminina” no que se refere aos cuidados com os filhos, fundada em relações previsíveis, *a priori* definidas pela natureza, numa lógica que vai da ordem biológica para a social e cultural, penso que Ortner suscita questões que apontam para determinadas naturalizações que limitam os espaços de circulação das mulheres em determinados contextos.

Quero trazer presente a noção de contexto social e cultural em que são produzidas as questões aqui discutidas, as quais estão circunscritas a determinados modos de vida. Por um lado, quero ressaltar que se tratam de condições sociais e culturais, produzidas em situações específicas e posteriormente naturalizadas. Por outro lado, a condição de naturalizadas não as universaliza. Os estudos realizados pela antropóloga Margareth Mead (1988), com três diferentes povos indígenas na Nova Guiné, apesar de um certo determinismo cultural, contribuíram com pioneirismo para a discussão sobre o modo como os papéis sexuais são diferentemente produzidos pela cultura.

No caso do assentamento estudado, percebi, não apenas por meio do relato de João, mas em outros relatos que obtive, que há uma naturalização da mãe enquanto a principal cuidadora das crianças. Não se trata de negar que as crianças necessitam de cuidados, e também de negar as diferenças entre homens e mulheres, porém, como enfatiza Saffioti (1994), é necessário considerá-las como produções sociais e culturais.

Não se trata de buscar qualquer outra igualdade situada fora do campo social, na medida em que isto levaria, inexoravelmente, a uma essência masculina e a uma essência feminina. Tampouco se trata de negar diferenças entre homens e mulheres, o que representaria intolerância, mas de entendê-las como fruto de uma convivência social mediada pela cultura (Saffioti, 1994, p. 271).

Diferentemente da administração, o **setor da lavoura**, onde são realizados os trabalhos de preparo da terra, plantio e colheita⁹⁶, conta com a participação de uma das mulheres, porém com algumas restrições.



Fonte: Acervo pessoal.

Foto 06: Setor da lavoura - colheita da soja.

Resgato o relato de Cristina, integrante do setor da lavoura, transcrito anteriormente neste capítulo:

“Eu faço parte do setor da lavoura. Mas, assim, é complicado ir na lavoura com os homens. Porque eles vão lá embaixo, e a gente depende da ciranda para deixar a nenê. E

⁹⁶ No primeiro período da pesquisa, fui informada que alguns dias antes de minha chegada, ocorreu a colheita de feijão, que contou com o trabalho de homens e mulheres. No segundo período da pesquisa, ocorreu a colheita do arroz, com a participação de ambos. E no terceiro, a soja foi colhida pelos homens. A colheita do arroz e da soja gerou muita polêmica no assentamento, em função da baixa produção e da dificuldade do trabalho, por conta do excesso de ervas daninhas. A temática da discussão se deu em torno do uso ou não de agrotóxicos. Isso deixou o grupo dividido entre as/os assentadas/os que votavam a favor do uso e as/os assentadas/os que votavam contra o uso dos agrotóxicos. A maioria das assentadas e dos assentados votaram contra o uso de agrotóxico, respaldados pelo discurso da agroecologia, amplamente difundido pelo MST: “3. Produzir alimentos para eliminar a fome da humanidade. Evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos” (MST, Brasília, 4º Congresso, 2000).

a ciranda é só duas horas, 2 horas de manhã e 2 horas de tarde. Então, eu trabalho junto com as mulheres, assim. Agora, nós estamos pintando as casas. Ou na subsistência, porque a maioria das mulheres são da subsistência. ... Então, a gente trabalha mais, assim, no setor de subsistência” (Cristina).

O relato de Cristina traz três situações articuladas que limitam sua participação no trabalho da lavoura: a distância entre sua casa e o local de trabalho, o fato de ter um bebê e os horários de funcionamento da ciranda. Além de trazer a questão da dificuldade de se ausentar de casa em função do bebê, Cristina refere-se ao fato de que os cuidados com o seu bebê são divididos durante quatro horas do dia, também com outras três mulheres, que são as educadoras da ciranda infantil. A **ciranda infantil** integra o **setor social** e, pelo que pude constatar, é um local onde as crianças de 0 a 6 anos são cuidadas e educadas no período em que os pais estão trabalhando. No assentamento estudado, esta funcionava em uma das casas que estava temporariamente vazia⁹⁷. A casa foi organizada de modo que pudesse possibilitar o trabalho, contando com brinquedos, colchões, mesas e cadeiras adaptadas para o tamanho das crianças. Durante o período em que fiquei no assentamento, observei que a ciranda funciona de acordo com o tempo em que as mulheres estão trabalhando. Desse modo, pode-se pensar que os horários de trabalho das mulheres não são definidos em função da ciranda infantil, mas ao contrário. Percebi também que outras demarcações de espaços estão articuladas e, necessariamente, não dizem respeito apenas ao horário de funcionamento da ciranda.

Antes de refletir sobre essas questões, gostaria ainda de pensar sobre o lugar que ocupa a ciranda infantil no assentamento coletivo e o fato de ser um trabalho realizado por mulheres. De acordo com as diretrizes propostas pelo MST para a organização dos assentamentos, a ciranda infantil também é contemplada.

“d) Organizar a ciranda infantil: também deveremos discutir com as famílias do assentamento a necessidade da ciranda infantil para crianças de 0 a 6 anos. Este espaço, além de criar condições para a participação das mulheres no processo produtivo do

⁹⁷ A casa estava vazia porque o assentado estava liberado para trabalhar para o Movimento fora do assentamento, em outro estado. No assentamento, no período da pesquisa, havia outro assentado liberado, que retornava para o assentamento todas as semanas, ou todos os dias.

assentamento, também proporciona espaços de socialização e educação coletiva das crianças pequenas;” (MST, 2001, p. 96).

Conforme essa orientação, a existência das cirandas infantis nos assentamentos tem como objetivo “criar condições para a participação das mulheres no processo produtivo”, o que leva a supor que *a priori* entende-se que as cuidadoras principais das crianças são as mães. Isso remete ao fato de que o argumento utilizado no discurso foi produzido a partir de um determinado lugar, onde há determinações inscritas na ordem de uma atribuição naturalizadora da condição feminina. Objetiva-se, também, com a organização de cirandas, a possibilidade de não ser apenas um lugar onde a criança vai ser cuidada, mas de um local em que esta vai ser socializada e educada.

Sobre o fato de a ciranda infantil ser um local de trabalho feminino, Cecília pontua que “*sempre sobra pra mulher, né?*” (risos). Cecília parece questionar o que se naturalizou como trabalho das mulheres. A questão do setor social, especificamente da ciranda infantil, ser um trabalho realizado por mulheres, também foi questionada por Mário quando lhe perguntei a respeito da divisão sexual do trabalho.

“... o setor social, até mesmo é um erro, do grupo no geral, e também do setor, que no momento que vai ter uma ciranda, cuidar as crianças, normalmente, se procura as mulheres ... para cuidar as crianças. Agora, não é uma culpa do setor social e nem culpa das mulheres. É uma culpa do grupo inteiro, não fazer a discussão. Se o homem pode contribuir, porque, normalmente, talvez, a gente tenha que ficar alguém, principalmente a administração, fazendo alguns serviços dentro da agrovila ... e que o trabalho para ele depois fica muito longe, ele contribuir no trabalho, o restante do dia. Ele poderia contribuir, talvez, na ciranda, dando condições pras mulheres. Então, a gente não fez essa discussão, ainda. Ainda tá com o processo de a gente avançar. Mas alguns passos, a gente já deu com relação a isso” (Mário).

O relato de Mário, além de questionar alguns padrões socialmente estabelecidos acerca da organização do trabalho, assim como o de Emília, pontua que ainda é necessário avançar no que se refere às relações de gênero. O sentido de avançar, nesse caso, parece estar colocado

como possibilidade de “superação” de uma dada realidade. Responsabiliza o grupo todo pela não discussão sobre o fato de o setor social ser predominantemente feminino. Nesse sentido, desloca o que considera problemático e que precisa ser superado para o campo relacional. Considerar o gênero enquanto relacional e não como atributo de uma pessoa, como enfatiza Saffioti (1994),

... é fundamental para demarcar o campo de batalha e identificar o adversário. Nestas circunstâncias, o inimigo da mulher não é o homem nem enquanto indivíduo, nem como categoria social, embora seja personificado por ele. O alvo a atacar passa a ser, numa concepção relacional, o padrão dominante de relação de gênero (p. 275-276).

Seguindo com a discussão sobre as diferentes formas de trabalho, observei, pela circulação nos locais de trabalho e demais espaços do assentamento, em conversas com as mulheres e os homens, que um dos “fios condutores” da organização e divisão do trabalho em setores e núcleo, e que contribuem para definir jornadas de trabalho diferenciadas para homens e mulheres, é também a possibilidade de as mulheres conciliarem os trabalhos domésticos, principalmente o cuidado das/os filhas/os com as demais atividades que desempenham. Sem o intuito de criar relações de interdependência, mas buscando evidenciar como estes se articulam, trago o relato de Silvia:

“[Quais são os trabalhos que você faz?] Tem o trabalho da lavoura. São todos os trabalhos, limpa de planta, colheita. Também as mulheres trabalham no setor de subsistência, até por ser mais perto. Porque hoje nós tamo fazendo quatro horas por dia. Pela ciranda e até para conseguir dar conta do trabalho de casa. As crianças vão para aula em horários diferenciados. Uns vão de manhã, uns vão à tarde. Então, precisa acompanhar também. Então, a gente tá fazendo 4 horas. Então, a gente procura trabalhar pelo menos mais perto, porque daí, a gente tá conseguindo também vencer o trabalho de casa” (Silvia).

É possível evidenciar, além da recorrente discussão da dupla jornada de trabalho feminina, os arranjos que são necessários se fazer em relação ao trabalho, por conta do cuidado das

crianças e demais tarefas na esfera doméstica. Esse cuidado, mesmo que não direto, por parte do grupo, acaba sendo também uma preocupação coletiva, à medida em que os trabalhos são organizados de modo que as mulheres possam agregar tais tarefas. Isso implica, também para os homens, um maior acúmulo de tarefas. Os estudos de Pavan (1998) também evidenciaram esses arranjos coletivos em relação ao cuidado das crianças. “O cuidado das crianças, preocupação normalmente feminina, passa a ser do conjunto dos sócios que, nas normas estabelecidas de comum acordo, definem também o horário de trabalho das mulheres com filhos pequenos” (p. 107).

É importante destacar que, no assentamento estudado, num olhar mais horizontal, percebi que apesar da responsabilidade e arranjos coletivos no cuidado das crianças, as cuidadoras ainda eram as mulheres. Porém, em um olhar mais vertical, foi possível perceber que não havia um único discurso com relação a isso. Os relatos de Cecília e Mário são ilustrativos dessas questões, pois questionam a existência de um único jeito de ser pai e mãe, bem como os padrões rígidos que regem a divisão do trabalho entre homens e mulheres, em particular, com relação ao papel feminino. Sobre essa temática, os estudos realizados por Siqueira (1999) apontam para mudanças em curso.

Tenho trabalhado nos últimos anos com homens que ‘maternam’⁹⁸ e que participam de cenas como as que relatei no início deste trecho. Tratam-se de homens de vários segmentos sociais, com níveis de escolaridade e padrões de vida bastante diferentes entre si. Alguns decidiram criar seus filhos sozinhos, após a separação. Outros, premidos pela necessidade de sobrevivência da família e acesso da mulher a algum emprego, dedicam-se às tarefas domésticas e aos cuidados dos filhos. Outros, ainda, mesmo com a figura feminina em casa, optam por uma participação mais ativa no âmbito doméstico e na educação das crianças. Enfim, os motivos e circunstâncias envolvidas são de ordens distintas (p. 193).

Muitas outras questões poderiam ser discutidas a partir do que relataram Cecília e Mário e dos estudos da autora acima citada. Cabe destacar, para poder prosseguir com a análise, a

⁹⁸ Nota elaborada pela autora: “Maternagem aqui refere-se às atitudes de ‘cuidar de’, tradicionalmente, atribuídas às mulheres. Não se trata, portanto, de sinônimo de maternidade e, tampouco, de um atributo biológico/essencial das mulheres. São atitudes social e historicamente construídas” (Siqueira, 1999, p. 199).

importância de mostrar que a realidade não é uniforme e que diferentes discursos estão “em curso”. Com relação a isso, no decorrer da pesquisa observei que havia uma rotina de trabalho organizada por setores, constituindo-se enquanto uma divisão formal, mas que também, muitas vezes, a quantidade de trabalho e a necessidade atual do assentamento é que definiam tal organização. O que quero dizer com isso é que observei, na tentativa de “mergulhar” em determinados aspectos da realidade, a mobilidade e a complexidade de uma organização coletiva, em função da realidade do trabalho de cada setor. É claro que, partindo dos pressupostos de que o sujeito e a realidade são historicamente construídos, não se espera encontrar imobilidade. Além disso, ficou evidenciado o modo como os sujeitos se organizaram e criaram estratégias para lidar com a realidade. Sem pender para a naturalização de uma dada realidade, essa mobilidade preservou distinções entre os gêneros. O relato de Cecília é explicativo da realidade do assentamento.

“... a lavoura agora tá parada. Daí, o social, ... que é as casa ... tem homens e mulheres trabalhando aqui. As mulheres tão pintando (as casas), os homens ... Aí, os outros trabalhos que têm que também é no social. Então, na verdade nós tamo tudo no setor social. Os homens estão arrumando o parreiral do setor social. Então, o setor social que hoje tá comandando, por não ser época ... não tem nada na lavoura. É o setor de leite e o social. Que é fazer essas coisas, enquanto não tem lavoura. Então, de uma maneira ou de outra, nós tamos envolvidos meio juntos. Aí, como o trabalho agora nós temo mudado, não é setorizado, cada um vai para um setor. Mas daí é discutido a cada 15 dias, feito então planejamento. Então, é destinada a mão-de-obra que nós temos aqui dentro, tipo, para tal setor. [Era isso que eu estava tentando entender] Você não trabalhou em cada setor, porque muitos estão desativados por não ser época” (Cecília).

Vou relatar uma situação em que acompanhei o grupo que evidencia essa realidade, quando foi necessário mobilizar um grande número de assentadas e assentados para a realização de um trabalho do **setor da subsistência**. Constituído pela horta comunitária, animais para consumo, entre outras atividades, é o setor responsável pelo controle das horas trabalhadas e a distribuição dos alimentos para as famílias em função dessas horas.



Fonte: Acervo pessoal. Foto 07: Setor da subsistência - horta comunitária.



Fonte: Acervo pessoal. Foto 08: "Secagem do açude".

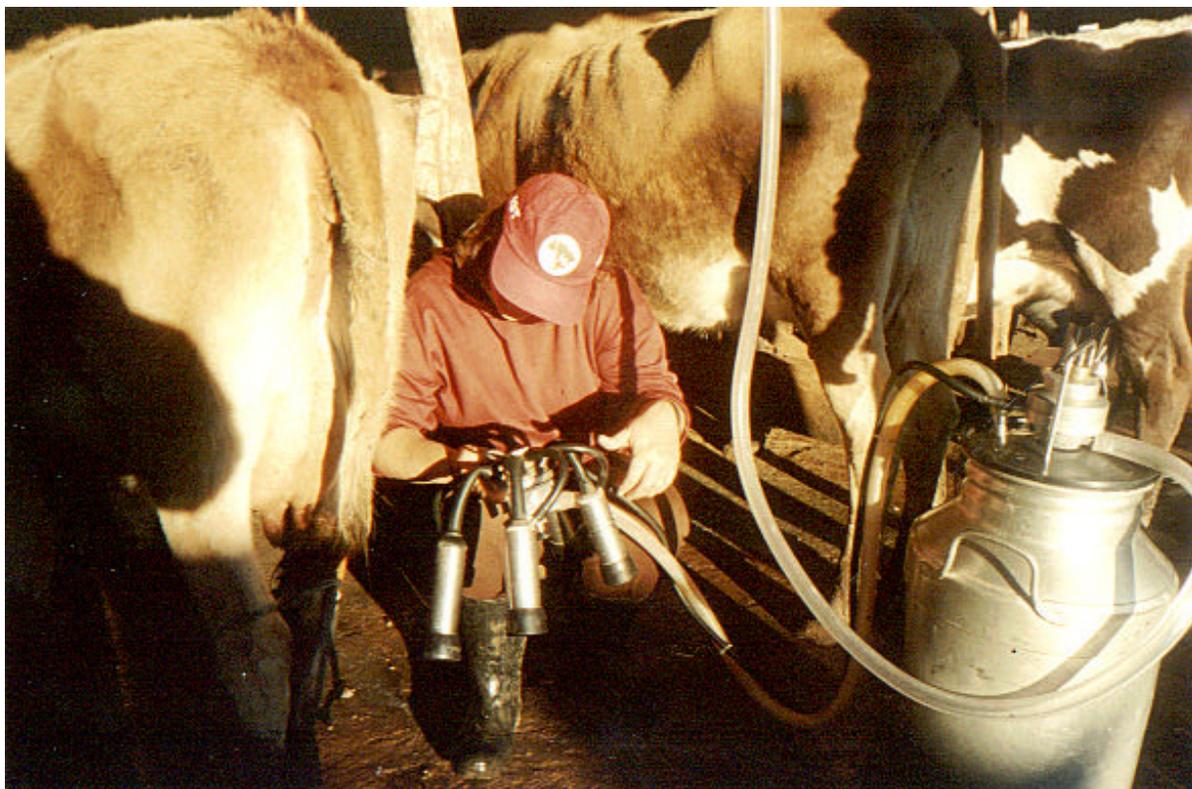
A realização desse trabalho tinha sido decidida dias atrás, em uma reunião do setor. Tratava-se de um vazamento no açude e que demandava que este fosse secado com urgência, isso, porém, implicava que os peixes fossem capturados, limpos e vendidos. O trabalho foi realizado em dois dias e foi iniciado por alguns homens, que procederam de modo que a água pudesse ser escoada. Com o baixo nível da água e com a captura dos peixes, a presença das mulheres foi solicitada. Nesse caso, para realizar a preparação (limpeza) de uma quantidade de peixes que seriam vendidos na cidade. Foi possível observar que, mesmo no trabalho conjunto, a divisão por gênero é acionada, cabendo às mulheres a tarefa de limpeza, e aos homens, a de captura dos peixes.

Lechat (1993) observou também, em assentamentos, que as mulheres são consideradas mão-de-obra de reserva, recrutadas em determinadas épocas do ano, principalmente para o trabalho manual de plantio, capina e colheita. Woortmann & Woortmann (1997), em etnografia sobre o trabalho agrícola de camponeses nordestinos, sublinham que ideologicamente existem atividades que são consideradas masculinas e atividades consideradas femininas. E mesmo quando homens e mulheres realizam atividades conjuntamente em determinados momentos do “processo de trabalho agrícola”, como plantio, capina (limpa) e colheita, os “instrumentos de trabalho” e o “tempo” de homens e mulheres não são os mesmos. Este estudo faz referência ao uso simbólico das ferramentas de trabalho. O machado, por exemplo, quando novo e considerado mais produtivo, é ferramenta de trabalho masculino na derrubada do mato, mas passa a ser uma ferramenta feminina, quando “amansado” pelos homens, isto é, depois de usado por eles durante certo tempo. Assim como o machado, a mata é interdita às mulheres até que seja “amansada” (trabalhada) também pelos homens. Nessa lógica simbólica, o machado depois de amansado passa à esfera doméstica, oposta ao mato. O tempo também não é o mesmo para homens e mulheres, sendo que a elas cabe “... interromper sua jornada de trabalho na roça para atender às crianças, preparar a comida e dedicar-se às demais atividades que lhe são atribuídas pelo ‘destino’ que lhe foi socialmente construído” (p. 135).

Como discutem estas/es autoras/es e pelo que foi possível perceber no assentamento, as mulheres são as principais cuidadoras das crianças, sendo os demais trabalhos orientados pela

especificidade e necessidade de cada setor e a partir da articulação unidade doméstica e unidade de produção⁹⁹.

Situação semelhante, quanto à divisão sexual do trabalho, mesmo quando homens e mulheres compartilham o mesmo processo, e uso diferenciado de ferramentas de trabalho simbolicamente produzidas, observei no assentamento, no **setor de gado**, especificamente no trabalho da ordenha, onde trabalhavam duas mulheres e dois homens¹⁰⁰.



Fonte: Acervo pessoal.

Foto 09: Setor de gado - trabalho de ordenha.

O setor de gado compreende a produção de leite e a criação de gado, suínos e ovelhas, para consumo interno e comercialização. Durante os períodos em que estive no assentamento, esse trabalho do setor foi um dos que mais tive oportunidade de acompanhar. É claro que essa escolha não foi aleatória, foi motivada por minha simpatia pelo setor e pelo processo. O

⁹⁹ Woortmann & Woortmann inspiram-se nas concepções de Chayanov.

¹⁰⁰ Mudanças significativas na atividade leiteira, tradicionalmente vista como produção secundária de renda e atribuída às mulheres, foram apontadas por Paulilo, De Grandi e Silva (2003), em função da criação de agroindústrias e da transformação dessa atividade em uma alternativa de renda principal. Nesse caso, ao se tornar uma atividade de renda principal, não é mais administrada pelas mulheres, mas sim pelos homens.

trabalho é realizado duas vezes ao dia, no início da manhã e no final da tarde, e mecanizado (o setor possui ordenhadeiras). A produção é vendida para a região e o transporte é realizado por meio de um caminhão apropriado, em determinados dias da semana. O leite é armazenado em resfriadores até que o transporte seja realizado. O processo inicia-se com os homens arrebanhando as vacas no campo e trazendo para a estrebaria, local onde ocorre propriamente a ordenha. Já na estrebaria, as mulheres e os homens manipulavam as ordenhadeiras e as vacas, até que todas passem pelo processo. Ao final, a limpeza do local, incluindo a lavagem dos instrumentos de trabalho, ficava a cargo das mulheres, situação muitas vezes criticada por elas. Já o deslocamento dos recipientes (taros) de 50 lts de leite até o resfriador, eram feitos pelos homens. Nos dias frios, o trabalho era dificultado pela temperatura da água, extremamente gelada.

Sobre a divisão sexual nos demais setores e, especificamente, no setor de gado, Henrique relatou:

“Mas eu vejo, assim, que hoje a gente trabalhando na lavoura, no trabalho agrícola, da roça digamos, não tem trabalho leve acima de tudo. Tem alguns trabalhos, claro, que é mais difícil, mas que por outro lado, não tem nenhum trabalho que as mulheres não possam desenvolver. A gente sabe das condições que as mulheres, às vezes, não podem desempenhar o mesmo trabalho que a gente faz. Mas o coletivo proporciona isso ... como têm setores, dentro dos setores têm trabalhos mais leves, trabalhos mais pesados e que podem ser considerados ali, no momento da atividade. Isso não quer dizer que a mulher tem que carregar uma bolsa de feijão de 60 kg. Até mais, às vezes. Mas, às vezes, tem outro trabalho ali, que pode contribuir no mesmo momento e que é mais leve, que tem condições de fazer. Às vezes, o homem carrega uma bolsa de 60 kg costurada. Mas por acaso, tem uma bolsa ali que não tá bem cheia, que tá metade, que tem só uns 30 kg, que ela pode carregar. Essa comparação que eu tô fazendo, né? Falando ali do setor de leite então, a gente tá em dois homens e duas mulheres, que toca essas atividades. Não vamos dizer que a mulher tem que carregar um taro de leite de 50 lts, e levar lá pro resfriador. A gente sabe que é difícil. Mas têm trabalhos ali dentro que podem ser feitos, que elas podem contribuir” (Henrique).

Para Henrique, a divisão sexual do trabalho, tal como se apresenta, está apoiada em critérios de força física. Seu relato sugere que os homens podem realizar tarefas consideradas “leves” e “pesadas”, de acordo com a classificação que utilizou, explicando sobre o peso dos sacos de feijão e dos taros de leite. No entanto, com relação às mulheres, é necessário distribuir o peso. A partir do exposto, é possível pensar que a divisão a qual Henrique se refere, enquanto atrelada aos atributos físicos, será sempre fixa e previsível ... “*a gente sabe das condições que as mulheres, às vezes, não podem desempenhar o mesmo trabalho que a gente faz*”. Por outro lado, ressalta que no coletivo, em função da organização por setores, apesar das diferenciações e limitações “inscritas no biológico”, há trabalho para todas e todos. Descolando o trabalho leve e pesado de sua referência biológica e buscando pensá-los enquanto atribuições historicamente construídas, outras significações podem ser produzidas. Quero destacar com isso que, pensar a divisão sexual do trabalho a partir das relações de gênero, e estas, por sua vez, serem concebidas como sistemas de significados socialmente produzidos sobre as diferenças percebidas entre os sexos, referindo-se ao corpo como o lugar legitimador de tal divisão, é algo limitador. É claro que não estou remetendo o corpo a um lugar secundário, e também não se trata de desconsiderar, como evidenciou Henrique (*no trabalho agrícola, da roça digamos, não tem trabalho leve acima de tudo*), a árdua jornada de trabalho à qual estão submetidos trabalhadoras e trabalhadores rurais. Quero apenas enfatizar o modo como algumas questões envolvendo a divisão sexual do trabalho são naturalizadas.

O artigo de Paulilo (1986) contribui para refletir “a falácia da ‘naturalidade’ da distinção entre trabalho ‘leve’ e ‘pesado’” (p. 137). A classificação de leve ou pesado para o trabalho agrícola está atrelada ao sujeito que o realiza. O trabalho considerado leve é realizado por mulheres e crianças e o trabalho considerado pesado é realizado por homens. Essa ordem inscreve-se em uma lógica que extrapola o trabalho mecânico propriamente. Inscreve-se em uma lógica social e simbólica. Trata-se de atribuir significados ao trabalho, em função de quem o realiza. O sentido do trabalho, nesse caso, não está dado *a priori*, mas à medida em que é realizado e, especialmente, a partir de quem o realiza.

Ainda sobre a divisão sexual do trabalho no **setor de gado**, outras questões foram observadas, como as que dizem respeito ao modo como se configuram internamente, o trabalho e as diferentes jornadas diárias realizadas pelas mulheres e pelos homens. Júlia relatou algumas das implicações que se colocam nessa relação.

“O setor que eu trabalho, ele exige bastante de mim. Eu sou mulher, e nem sempre a gente tem condições daquele trabalho lá. Eu acho também que é importante ter uma mulher ali. Então, pela própria maneira que os homens foram educados. Eles não têm essa questão mais da higiene, do capricho, de cuidar melhor. Tem os taros, tem as ordenhas ... mesmo que eu vá lá, só pra tirar o leite e para ajudar a limpar ... eu não consigo participar ativamente do setor. Eu não tenho essas condições ainda. A nenê fica na ciranda meio período. A gente consegue participar das discussões. Mas na hora de pôr em prática, é uma coisa que exige mais dos homens. Porque eu tenho a nenê, no caso, que ela também não pode ficar o tempo inteiro sem mim. Ela precisa de mim. Ela só tem a mim aqui, de família mesmo, apesar das outras pessoas. Eu não posso deixar ela o dia inteiro com os outros. Eu já tentei fazer isso, não deu certo. Ela não fica bem. Então, eu tenho que pensar nela também. ... Então, tipo assim, não dá pra você ir lá na roça arrumar um piquete, arrumar um potreiro com os homens, fazer chiqueiro. Essas coisas assim. Mesmo que, às vezes, você consegue ir lá ajudar. Mas eu não consigo tá toda hora. Mesmo quando tem uma vaca no cio, é o melhor exemplo que eu posso pegar, porque ali é o setor, onde eu tenho que atuar ... Mas, às vezes, para mim passa despercebido, pra quem trabalha ativamente lá, não. Percebe isso, porque tá toda hora lá. Mas pra mim passa despercebido” (Júlia).

O relato de Júlia articula várias questões que contribuem para se pensar a divisão do trabalho, para além da capacidade física do trabalhador e da trabalhadora e das jornadas de trabalho formalmente definidas. Enfatiza o caráter educativo das relações entre homens e mulheres, sobre como lidar ou não com a limpeza, situando no campo histórico e cultural as diferenças que se colocam a partir disso. Ela assume a sua limitação com relação ao trabalho, marcando uma jornada diferenciada dos homens do setor, atrelada ao fato de morar sozinha e ser a principal responsável pela filha. Mesmo morando e trabalhando em um assentamento coletivo, a situação de Júlia não difere da de outras mulheres que assumiram sozinhas a criação dos filhos e filhas. Faz uma articulação entre sua posição de mãe e de trabalhadora de um determinado setor, sendo que em relação à segunda atividade, considera que não a realiza satisfatoriamente. Coloca-se numa posição de não saber, de não perceber as situações que

fazem parte do cotidiano do setor onde trabalha. Este não perceber socialmente construído, se tomado como naturalmente concebido, poderia ser atribuído à Júlia como inerente ao fato de ser uma mulher.

A discussão de Saffioti (1994)¹⁰¹ acerca das relações entre o poder e a política (apesar de a política não ser o lugar de onde Júlia fala), pode contribuir para se pensar sobre poder/saber, inerentes às relações de gênero aqui analisadas. A autora pontua que a política, local de exercício do poder por excelência, requer um certo treino para se negociar, fazer e desfazer alianças. Treino do qual as mulheres são excluídas. Nas palavras da autora, “o importante, porém, é frisar que tudo depende da experiência, uma vez que as especializações, ou seja, as diferenças, não se escrevem nos planos natural ou divino e sim no social” (p. 280).

Nessa citação a experiência assume um lugar de destaque, opondo-se à idéia de que existem qualidades inatas para isso ou para aquilo. Trazendo essa discussão para a realidade de Júlia, o saber pelo qual (re)clamou estava vinculado à participação ativa no setor que trabalha, ou seja, à possibilidade de fazer experiências no setor. Experiência esta que poderia, entre outras coisas, possibilitar saber quando uma vaca está no cio. Tendo em vista essa discussão, sem cair no discurso da vitimização da mulher, cabe perguntar, como poderia Júlia apreender do modo que desejava sobre o trabalho, se *a priori* já saía em “desvantagem” em relação aos colegas de setor, homens que poderiam se dedicar o dia todo ao trabalho?

A discussão em torno de criar condições de participação para as mulheres em todos os setores e em todos os trabalhos de cada setor, como destacou Cecília anteriormente, e a própria situação de Júlia, que não se via como uma trabalhadora ativa no seu setor, por conta de limitações que lhe eram impostas por sua condição, não se restringiu ao universo feminino do assentamento. Essa discussão se fez presente nos relatos de alguns homens quando perguntei sobre o modo como ocorria a participação das mulheres nos setores. Outros sentidos são atribuídos às condições e limitações das mulheres enquanto trabalhadoras no assentamento. A esse respeito, Henrique pontuou que, “*entendendo as questões de gênero, ou pelo menos, tentando entender*”, as mulheres têm condições e capacidade, acima de tudo, para realizar qualquer trabalho. Para ele, a compreensão dos homens no processo é necessária, mas a participação depende do desafio ao qual as mulheres se propõem. “*Ninguém vai tirar elas da*

¹⁰¹ Sobre gênero e poder Saffioti (1994) cita Scott (1990).

condição que elas estão, ou que a sociedade impõe, essa discriminação, sei lá. Essa visão da sociedade, que esse é trabalho de homem e esse é trabalho de mulher. Elas só vão sair disso, se elas se impor também a respeito disso. É difícil a gente dizer, você faça isso pra poder ... não é assim". Henrique levantou aspectos relacionais, os quais remetem à necessidade de compreensão, por parte dos homens, e de desafio, por parte das mulheres.

Pedro, por outro lado, pautou-se nos princípios de igualdade, de unidade, que são defendidos no assentamento, para reclamar uma participação mais “ativa” das mulheres em todos os trabalhos dos setores, e em todo processo de trabalho do setor. No entanto, com algumas ressalvas: *“Claro, que algumas (atividades) é um tanto difícil, mas se é difícil pra mulher, é difícil pro homem também*”. Argumentou que o grau de dificuldade de cada atividade não pode ser um empecilho para a participação de mulheres e homens. O fato da mulher estar presente, vendo o que está acontecendo, é uma “cabeça” a mais na hora de planejar. Pedro enfatiza ainda questões que dizem respeito às diferenças que considera significativas entre homens e mulheres. Trago o relato em que Pedro articula essas diferenças.

“... a gente sabe que a mulher sempre procura levar mais a sério essas coisas. Então eu acho que ficaria bem melhor se a mulher tivesse junto. Até mesmo com relação à educação. Eu acho que nós homens ainda temos, não sei se isso acontece entre as mulheres também, ... brincadeira faz parte do trabalho. Mas, às vezes, se generaliza um pouco. E cria um certo círculo vicioso, levar tudo pra brincadeira! [É uma censura?] Eu não diria isso. Mas eu acho que mesmo assim, ... aquela coisa que a gente falava que a mulher sempre procura levar mais a sério. Eu acho que na hora de tá pensando, planejando, ou mesmo lá, quando acontece as coisas, a mulher sempre procura tá corrigindo isso. Eu acho que além de nós tá fazendo isso, muitas vezes, nós tamos assim também, ... contradiz, às vezes, até aquilo que a gente prega, no sentido de tá educando os filhos e coisa e tal. Porque de repente tu exige dos filhos..., mas lá entre nós rola assim”.

As diferenças são marcadas pelo “grau de seriedade” implicadas na realização de uma tarefa, atribuídas às essências femininas e masculinas. A relação de trabalho entre ambos, nos setores, é necessária para que se encontre o “equilíbrio”, a “unidade” que perpassa o discurso de igualdade no assentamento. A noção de complementaridade é inerente à relação entre

homens e mulheres. O trabalho, por sua vez, só poderá ser “completo” se puder contar com a participação de ambos, em que um poderá suprir o que falta no outro. A educação dos filhos, incluída nessa discussão, em certa medida justifica sua naturalização enquanto um trabalho feminino, em detrimento da não seriedade dos homens para a realização dessa tarefa.

Ana, esposa de Pedro, concordou com o fato de que os homens não levam as coisas muito a sério, e por isso há necessidade da intervenção das mulheres.

“Às vezes, no grupo de mulher, sai alguma brincadeira assim. Mas não é tanto como muitos homens. Então, um grupo de homens ali, sai bastante, como se diz, besteira, muita brincadeira louca. Falam da mulher, de coisas assim. E se a mulher tá junto ele prosea uma coisa mais séria, não fica falando muita besteira. Porque se ele quer educar os filhos de um jeito bem educado, ele se cuida também de não tá falando muita besteira. Porque se um filho tá trabalhando ali junto, ele vai pegar o mesmo ritmo, de tá falando besteira, muita bobagem, assim. Aonde que podia tá pensando uma coisa mais séria, que tenha mais vantagem”.

O relato de Ana aponta para a existência de qualidades femininas e masculinas, e para a existência de dois grupos distintos de trabalho no assentamento, o das mulheres e dos homens. Como pontuei anteriormente, quando trouxe o relato de Cecília sobre o caráter flexível do trabalho no assentamento, e a circulação de homens e mulheres em um mesmo setor por conta de algumas urgências do dia, ou por conta da sazonalidade do processo agrícola, o relato de Ana contribui para se pensar algumas das questões implicadas na divisão sexual do trabalho nos setores social e de subsistência. Ambos, a meu ver, imbricados por reunirem os trabalhos voltados à reprodução do grupo.

O **setor social** compreende atividades referidas às áreas da saúde, educação, lazer, embelezamento, entre outras, tradicionalmente atribuídas às mulheres. Acompanhei um dos trabalhos considerados de embelezamento do assentamento, a pintura das casas. Nos períodos em que estive no assentamento, o trabalho foi realizado pelas mulheres e convertido em horas de mesmo valor, em relação aos outros setores. As crianças, durante o trabalho das mães, ficavam na ciranda infantil, aos cuidados das educadoras que se revezavam nos períodos matutino e vespertino.



Fonte: Acervo pessoal.

Foto 10: Setor social - pintura das casas.

O trabalho de pintura exigia subir e descer escadas, manusear tintas e solventes com cheiro muito forte, o que causava dores de cabeça em algumas das mulheres. Na parte externa das casas, o trabalho se complexificava pela altura, pelo sol e pelo vento¹⁰². É, portanto, um trabalho que, em uma descrição geral, não poderia ser classificado como leve ou como mais fácil, entretanto, é impregnado de sentidos que assim o fazem.

Marlene, uma das educadoras da ciranda, sobre o trabalho das mulheres e, especificamente, sobre o da pintura das casas, relatou:

“... as mulheres, elas ganham também trabalhando. Elas faz o trabalho delas. E é muito bom também o serviço delas. Porque das vez tinha que ... que nem os negócios das casas,

¹⁰² Ocorreu um episódio, talvez por minha total falta de experiência no trabalho, em que eu e Luiza estávamos pintando uma das janelas da casa, suspensas em um andaime de madeira. Inicialmente, precisamos raspar os restos de cimento que estavam presos às janelas, para depois realizar a pintura. O processo foi dificultado pelo vento, o que exigia de nós uma dose maior de equilíbrio. Preocupada com o equilíbrio, não protegi os olhos da poeira de cimento que insistia em avançar sobre nós. Isso resultou em uma irritação ocular, seguida de dor e dificuldade visual que durou dois dias.

tinha que tirar os homens da roça para vim fazer esse serviço. E elas fazem muito bem feito. E é muito bom o serviço delas. Imagina! Elas deixa até as crianças para poder fazer o trabalho. Também tanto na horta, que é muito bom para nós ter a horta”.

As mulheres, ao realizarem o trabalho da pintura das casas, não liberam os homens para qualquer trabalho, mas para o trabalho na produção. São trabalhos com significados diferentes, não apenas porque o primeiro é relativo ao setor social e o segundo ao setor da lavoura. São diferentes porque socialmente foram construídos em função de quem os realiza, homens ou mulheres, assim como o próprio lugar de cuidadora das crianças. Quando Marlene enfatiza que são as mulheres que deixam os filhos para trabalhar fora das suas casas, mobiliza os sentidos que localizam as mães como as principais cuidadoras, isto é, são as mães que deixam os filhos e não os pais. A ênfase colocada na frase sugere a naturalização do lugar que ocupa o feminino nessa relação. Nesse sentido, a predominância das mulheres no setor social é legitimada à medida que este agrega trabalhos relacionados aos cuidados com a saúde (os remédios (ervas medicinais) eram preparados na casa da agente de saúde), aos cuidados e educação das crianças no assentamento, por sua vez, tradicionalmente definidos como femininos. Sobre a concentração das mulheres em determinadas ocupações, impulsionadas pela segregação ocupacional, Bruschini (1982) define algumas profissões como guetos ocupacionais. Estes, por sua vez, no estudo da referida autora, realizado nos anos 70 e 80, indicavam que essas ocupações eram consideradas *a priori* femininas (professoras primárias, enfermeiras, lavadeiras, entre outras). É claro que depois de passados mais de 20 anos, muitas coisas podem ter mudado, no entanto, pode-se observar, a partir da própria realidade das mulheres no assentamento, que algumas situações resistem.

Sobre a predominância das mulheres no setor social e da subsistência, a maioria das/os informantes não questionou diretamente essa situação. Consideraram, no entanto, que esta ocorre pela especificidade dos trabalhos, os quais permitem às mulheres conciliarem os trabalhos domésticos e, especialmente, o cuidado dos filhos. *“Eu acho que elas ficaram nestes (social e subsistência), não se diz mais fácil, mas nestes mais próximos das casas ... essas coisas mais pequenas, mas que fazem parte, que são importantes também. ... eu acho que*

nenhuma ia ter condições de ir para lavoura fazer 8 horas por dia com os homens. Mesmo que todas têm crianças, muitas têm problema de saúde, de coluna” (Júlia). Outras questões também aparecem para explicar a concentração feminina. *“As mulheres, assim, uma que elas gostam muito de trabalhar unidas. As mulheres conversam, se entendem, é o momento de elas estarem colocando mais a vida particular dentro das casas. E que os homens sempre ficam com o trabalho mais pesado” (Júlia).* O fato de as mulheres gostarem de trabalhar unidas não elimina outras possibilidades de se olhar essa realidade, o que significa dizer que o naturalmente concebido, que aparece na fala de Júlia, sugere que as mulheres, pelas condições e segregações às quais foram submetidas, assim se constituíram. Para Luiz, as mulheres ficaram mais no setor de subsistência e social, também porque é difícil colocar uma mulher em cada setor, por conta do tempo de trabalho que tem de ser interrompido *“porque tem os afazeres da casa, tem criança e tal”*. Como pontuaram Woortmann & Woortmann (1997), os “instrumentos de trabalho” e o “tempo” de homens e mulheres não são os mesmos.

Durante o período da pesquisa, observei que o trabalho do setor de subsistência ocorreu mais em torno da horta comunitária, localizada próxima à agrovila. No momento, um dos homens era o responsável pelo trabalho, isto é, realizava o trabalho sozinho e solicitava a participação de outras/os trabalhadoras/es quando necessário. Nos episódios que acompanhei, as mulheres realizaram trabalhos de plantio manual de mudas de alface, couve e cebola. O trabalho de colheita das verduras e hortaliças era feito individualmente por cada família, de acordo com o consumo. Foi comum, portanto, ver as crianças maiores irem à horta colher a salada do almoço ou do jantar. Acompanhei alguns momentos de distribuição de alimentos realizados pela coordenadora e coordenador do setor. Os alimentos para consumo interno eram disponibilizados ao setor de subsistência pelos setores de produção. Os alimentos que não eram produzidos no assentamento, bem como materiais de higiene pessoal, de limpeza, entre outros, eram comprados em supermercados, a partir do estabelecimento de um valor máximo e distribuídos às famílias.

Acompanhei cinco situações em que o setor de gado entregou para o setor de subsistência animais (suínos e ovelhas) que deveriam ser abatidos para o consumo interno. Dentre essas cinco situações, em duas, especificamente, as mulheres estavam presentes, ou melhor, uma das mulheres integrou a equipe que realizou o abate e preparo dos animais para o consumo. Em

uma dessas situações os animais foram abatidos para a realização da festa em comemoração ao Dia das Mães.



Fonte: Acervo pessoal.

Foto 11: Setor de gado e subsistência - abate de animais.

Outros setores também participaram do processo, como por exemplo, a lavoura. É um trabalho que ocorre em função da necessidade do grupo e da quantidade de animais disponíveis para o consumo. Lechat (1993) observou em seu estudo uma situação “altamente simbólica”, referente à divisão sexual do trabalho, ocorrida durante o abate de animais. Havia, na situação descrita pela autora, “uma divisão entre o puro e o impuro, entre o valor comercial (de troca) e o valor de consumo próprio (uso)” (p. 155). Às mulheres cabia o trabalho impuro e com valor de uso, que consistia na limpeza do bucho e das tripas, e aos homens sangrar, tirar o couro e esquartejar o animal. Na situação que observei, aos homens coube, como no estudo de Lechat, o trabalho inicial de sangrar, tirar o couro e esquartejar o animal, mas na seqüência do trabalho não percebi uma divisão sexual explicitada. O que me chamou a atenção, foi que o trabalho de produção do sabão, feito com as tripas do animal, ficou a cargo de outras duas mulheres, que chegaram no final do processo.

A horta comunitária, como pontuei anteriormente, contava regularmente com o trabalho de um homem, que informou, quando perguntei sobre em que consistia suas tarefas, que era “*mais negócio assim de miudezas*”, ... *negócio de verdura, tudo que é consumido dentro de casa*”(Hamilton). Argumentou que foi escolhido para o trabalho da horta porque tinha conhecimento e porque na lavoura “*já tem gente mais nova ... muito mais de físico, e eu de menos físico ... a lavoura é um serviço pesado, mas se for preciso eu vou*”. Isaura, que também trabalha no setor de subsistência, ressalta que sua condição física é que determinou o modo como participa do setor. “*Eu ajudo na horta quando precisa ... Tô limpando ao redor do galinheiro . Eu faço aquilo que sou capaz ... eu fico mais à vontade. Se tu não tem condições de fazê, tu não é obrigado. A gente faz aquilo que é capaz.* Nesta direção, pode-se supor que as relações de gênero e geração se articulam. Mulheres com crianças pequenas e mulheres e homens mais velhos integram o setor de subsistência e social, trabalhando mais próximos das casas.

Segundo Woortmann & Woortmann (1997),

a noção de trabalho, como categoria subjetiva, e o processo de trabalho, como encadeamento de ações, marcam distinções de gênero. Neste contexto cultural, como em outras formas camponesas do Brasil, a categoria trabalho só se aplica ao homem, mas especificamente ao pai de família. No espaço da roça no sítio, a mulher, os velhos e os não adultos em geral não “trabalham”; sua atividade se define como *ajuda*. É só no âmbito da casa que a atividade feminina é considerada trabalho (ainda que menos valorizado), marcando assim espaços de gênero (p. 134).

Na situação analisada, o que está em jogo não é o não trabalho da mulher, velhos e não adultos, ou o trabalho destes como “ajuda”, mas a articulação dessas três gerações no e pelo trabalho. Correndo o risco de simplificar essa situação, penso que o referencial de trabalhador produtivo é atribuído aos homens jovens. As questões, porém, não são tão simples assim. Por um lado, as mulheres são maioria no setor social e de subsistência, onde não estabelecem vínculo direto com a produção para venda, e os trabalhos nos setores são realizados a fim de serem conciliados com a lida da casa. Por outro lado, as mulheres são maioria na direção, onde

são definidos os “rumos do assentamento”. Isso evidencia a complexidade inerente ao próprio processo de constituição dos sujeitos e da realidade social e cultural.

Diante do exposto até agora e retomando o relato de Cecília, sobre “.. *dar condições que nós participe*”, parece que existem situações no assentamento que indicam que é necessário se pensar em como criar condições de participação para as mulheres. No entanto, penso que há um complicador no próprio modo de se conceber a própria discussão de gênero, sendo que estão em jogo concepções deste em padrões relacionais fixos, responsáveis pela organização/divisão de trabalhos no assentamento¹⁰³. Nesse caso, penso que esses padrões relacionais fixos se articulam no limite do trabalho nos setores e no espaço doméstico.

4.4. A organização/divisão sexual do trabalho: o trabalho doméstico

“ ...antes, ele ajudava tudo, que a gente ... individual. Tanto ele ajudava em casa, como eu ajudava na roça. Que a gente chegava, aí eu tinha as crianças pequenas, enquanto ele lavava as crianças, eu me lavava ligeiro e ia pra cozinha fazer o almoço. Enquanto eu fazia almoço, ele arrumava o cabelo das meninas. E nós se ajudava (refere-se ao trabalho do casal) ...as crianças foram crescendo e eu ajudei muito também, ...lavrá, ajudei roçar, ...em tudo em final. O que ele (marido) fazia na roça, eu fazia também. E assim, a gente se ajudava. E assim, em grupo não tem mais esse serviço tanto assim. Porque tem setores¹⁰⁴. Daí, um vai pra um serviço, o outro vai pro outro, é dividido assim. Às vez, ele vai pra um setor e eu vou pro outro, aonde que eu faço menos. Eu ... sobra mais tempo pra vim pra casa, pra fazer o serviço da casa”(Ana).

O relato de Ana é ilustrativo para iniciar a discussão desse tema, pois enfatiza algumas das mudanças ocorridas na organização/divisão sexual do trabalho a partir do assentamento coletivo. Como ressalté anteriormente, esse relato foi suscitado em resposta a minha pergunta sobre a divisão sexual do trabalho doméstico. Diferentemente de outras mulheres e homens entrevistadas/os no assentamento, Ana desloca a exclusividade feminina que perpassa as

¹⁰³ Silva (2003), em seu estudo, faz reflexões acerca do modo como a categoria gênero é concebida nas produções do MST.

¹⁰⁴ (Grifo meu) Fragmento de relato citado anteriormente neste capítulo.

relações de trabalho no âmbito doméstico para o campo das mudanças produzidas pela criação de setores de trabalho, o que culminaria em uma “*sobra de tempo*” para as mulheres fazerem “*o serviço de casa*”. Por conta disso, seriam os setores que determinariam o modo como ocorreria a divisão sexual do trabalho doméstico e não o contrário, como demonstraram alguns relatos.

Longe de querer buscar uma “verdade” para os fatos, quero apenas ressaltar os diferentes sentidos produzidos e produtores de sujeitos nessa realidade. Pelo que foi apresentado sobre a divisão sexual do trabalho nos setores, núcleos e direção do assentamento, os quais não contam com a inserção em período integral por parte das mulheres, em função da necessidade explicitada de conciliarem os trabalhos no referidos espaços com o trabalho no espaço doméstico, pode-se deduzir que este último não conta com uma divisão sexual do trabalho que contemple o trabalho de mulheres e homens. Seria simples essa lógica, se a realidade das relações sociais assim o fossem. Essa trama não é algo que possa ser entendida à luz de similitudes e de relações de causa e efeito. O trabalho doméstico e sua interface com o trabalho nos setores, para além de sua materialidade, constituem-se enquanto processos de significações inscritos em uma dada cultura. Por isso, só podem ser entendidos enquanto produtos de uma determinada lógica cultural.

Sobre as relações entre o trabalho doméstico e os trabalhos em outras esferas, Hirata (2002), apesar de se referir ao trabalho urbano, em pesquisas comparativas no Brasil, Japão e França, contribui para se pensar essa articulação. A autora ressalta “...uma correspondência entre a hierarquia na família, na profissão e na sociedade que produz configurações extremamente diferentes nos status sociais e nas relações de poder”(p. 286). Essas comparações, por sua vez, indicaram a importância de se considerar a divisão sexual do trabalho doméstico, familiar e profissional, para se pensar a própria organização industrial. Com isso enfatiza que o conceito de trabalho deve incorporar o trabalho doméstico, assalariado e não assalariado. A realidade estudada no assentamento evidenciou a impossibilidade e/ou limitação de se analisar o trabalho nos setores, núcleos e direção, sem que se considere o trabalho doméstico.

Pensar a divisão sexual do trabalho nesses termos requer que se considere a sua gênese

histórica¹⁰⁵ e os demais atravessamentos que daí derivam. Como foi apresentado nos capítulos anteriores, articulações podem ser feitas entre a divisão sexual do trabalho urbano, inserida no modo de produção capitalista, e o trabalho rural, apoiado também em uma lógica de produção híbrida, sendo que reúne outros modos de organização/divisão do trabalho. Especificamente, a discussão apresentada no capítulo 3 acerca do campesinato e suas incompatibilidades com o modo de produção capitalista suscita a complexidade do tema, que foi abordado em sua superficialidade, com a finalidade apenas de localizar a questão. Porém, como a própria discussão sugeriu, o urbano e o rural, assim como outros modos de produção, que coexistem num mesmo espaço capitalista, não podem ser concebidos como “mundos” irrevogavelmente distintos¹⁰⁶. Importa então, sem perder de vista as diferenças e similitudes implicadas no próprio modo de conceber as relações de trabalho, pensar as bases que sustentam tais divisões, fundadas nas relações de gênero.

É importante ainda, como ressaltai no início deste capítulo, enfatizar que a discussão sobre o trabalho doméstico no âmbito privado e trabalho produtivo no âmbito público é polêmica. Essas categorias que se constituem enquanto base para a divisão sexual do trabalho foram historicamente construídas com alguns objetivos demarcados, a serviço de discursos também historicamente datados. Siqueira (2002) traz uma interessante reflexão acerca das categorias público e privado, destacando que tais “ transformações foram consolidadas com o advento da Revolução Industrial e da revolução burguesa. Adota-se, a partir de então, o modelo da família conjugal, nuclear, monogâmica, mantenedora da ordem e dos valores morais necessários ao projeto burguês de sociedade”(p.17).

A divisão sexual do trabalho, consolidada através da demarcação de espaços sociais, orienta os trabalhos dos homens e das mulheres, atribuindo ao primeiro o trabalho produtivo extra-doméstico e à segunda o trabalho considerado improdutivo intra-doméstico. Segundo Saffioti (s/d), em artigo sobre o trabalho visível e trabalho invisível, a discussão entre trabalho produtivo e improdutivo também é polêmica. O trabalho produtivo fundado nos pressupostos marxistas refere-se apenas àquele que produz mais valia, permitindo a acumulação de capital.

¹⁰⁵ Conforme apresentado no capítulo 2 sobre a divisão sexual do trabalho no modo de produção capitalista e suas articulações com a divisão sexual do trabalho no modo de produção agrícola: Bruschini (1982), Souza Lobo (1991), Spink (1994), Antunes (2000), Paulilo (1986), Lago (1986), entre outros.

¹⁰⁶ Mesmo que subordinados ao modo capitalista de produção.

Sabe-se, portanto, que tal divisão, mais do que demarcar espaços sociais, engendra sujeitos e modos de vida.

Além disso, tendo em vista as mudanças ocorridas por conta do modelo coletivo de trabalho que, por sua vez, provocou transformações na unidade familiar de produção, a ênfase posta nas esferas de produção e reprodução da vida, doméstica e produtiva, consumo e produção, privada e pública, ou outras categorizações dualistas, permanece como eixo central da divisão sexual do trabalho. Como foi possível observar no assentamento estudado, o limite do trabalho em todos os setores foi relatado pelas/os informantes em sua relação com essas esferas. O trabalho das mulheres no espaço coletivo, onde figuram as relações inter-familiares, define-se em função do trabalho na esfera doméstica. Em alguns relatos essa definição é apresentada como *a priori*, e no relato de Ana, é apresentada *a posteriori*.

Rua e Abramovay (2000), em pesquisa realizada sobre as relações de gênero em assentamentos rurais, constataram por meio das falas de homens e mulheres assentados, que cabe às mulheres os trabalhos de cozinhar, limpar a casa, lavar a roupa, cuidar de crianças e de velhos enfermos. Segundo as autoras, “historicamente essas tarefas são menosprezadas porque estão fora do circuito mercantil e consagram uma certa divisão sexual e social do trabalho, que segmenta atividades produtivas e reprodutivas” (p. 168).

No assentamento, percebi que do nascer ao pôr do sol, o trabalho doméstico segue uma rotina, que inicia com o atendimento matinal às crianças, em meio à preparação do café, e só se encerra à noite, quando todas/os estão na cama. Durante o dia, além de se dedicarem aos trabalhos nos setores, como referido anteriormente, as mulheres limpam, lavam, cozinham em suas casas e cuidam dos filhos pequenos, o que as remete a uma dupla jornada de trabalho. Esses trabalhos são restritos a cada casa, mas no seu conjunto, essa movimentação diária instaura uma ordem que regula os horários de todo o assentamento e acaba por determinar a inserção das mulheres nos demais espaços do assentamento. A rotina deste trabalho, diferentemente da maioria dos setores, não era interrompida nos finais de semana. O trabalho doméstico, especialmente o da preparação dos alimentos, era intensificado nos finais de semana, pois as mulheres costumavam preparar uma alimentação diferenciada, incluindo no cardápio comidas que necessitavam de maior tempo de preparo, assim como, preparavam bolos, pães e doces.

Durante o terceiro período em que estive no assentamento, observei dificuldades agregadas ao trabalho doméstico por conta do inverno, principalmente nos trabalhos que requeriam o uso de água, que facilmente congelava nos canos, em função das baixas temperaturas na região. Dificuldades acrescidas pelo manuseio direto da água gelada na lavagem de roupa e demais atividades. As baixas temperaturas também contribuíram para que as/os assentadas/os se recolhessem, logo após as 18:00 horas, em suas casas aquecidas pelo calor produzido pelo fogão a lenha, indispensável nessa época do ano. Esse período exigia trabalhos extras das mulheres, a fim de manter limpas e secas as escassas peças de agasalhos da família. Tarefa, por vezes difícil de ser cumprida, considerando-se os períodos de chuva, que dificultavam sobremaneira a secagem das peças depois de lavadas. Foi comum ouvir e ver a preocupação de mulheres e homens com relação a essa situação. Outras tantas dificuldades poderiam ser listadas, considerando-se as situações de privação e escassez material às quais são submetidas/os as/os assentadas/os. Percebi, em meio a essas condições, que o sonho de muitas mulheres no assentamento era poder comprar roupas e calçados para os filhos com mais frequência. Almejavam também *juntar dinheiro para comprar uma máquina de lavar roupas*, para facilitar o trabalho diário. Algumas mulheres já a possuíam, e consideravam-na um dos eletrodomésticos indispensáveis para uma casa. Fato que não é estranho, considerando-se a quantidade de roupas (em função das crianças e da especificidade do trabalho no meio rural) e as condições em que chegam ao tanque. Não observei homens realizando o trabalho de lavagem de roupas.

Entre alguns casais mais jovens, com filhos pequenos, foi possível observar os homens dividindo com as mulheres a preparação dos alimentos, a lavagem de louça, a alimentação e o banho das crianças. *“Eu sempre digo, no dia que eu me queixar, eu vou fazer um pecado, porque ele me ajuda bastante. Nas possibilidades dele também. Porque ele trabalha bastante fora, no coletivo. Aí, conforme o tempo dele, ele me ajuda em casa”* (Sara). O relato de Sara, além de trazer a polêmica noção do trabalho do homem enquanto ajuda na unidade doméstica, que sugere também o trabalho da mulher enquanto ajuda na unidade de produção, explicita os limites que são colocados na possibilidade de divisão do trabalho doméstico entre ambos, por conta do trabalho dos homens nos setores. Assim como as mulheres trabalham nos setores a partir dos limites impostos pelo trabalho na unidade doméstica, os homens trabalham na unidade doméstica em função dos limites impostos pelo trabalho nos setores.

É importante destacar que a constatação da possível naturalização de uma cadeia de interdependência entre essas esferas abre possibilidades para se pensar a imposição de um padrão relacional que impossibilita a abertura para outras formas de conceber a divisão sexual do trabalho. A ordem que se estabelece no relato de Sara desloca o questionamento de como ocorre a divisão sexual do trabalho, para a elaboração de uma justificativa que dê conta de compreender os limites de tal divisão. Assim, a preocupação de Sara reflete o temor de estar cometendo um “pecado”, ao excluir ou não considerar o trabalho do marido na unidade doméstica.

Em outras situações, observei outros casais jovens que dividiam os trabalhos domésticos, e que consideravam essa divisão necessária, porém ressaltavam algumas mudanças e limitações “.. *no começo, eu contribuía mais em relação à família, à questão do trabalho doméstico. Com o tempo acabei abandonando. A gente acaba deixando uma coisa de lado, e não deveria*” (Mário). Outras questões foram apontadas como “possíveis causas” para mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico. “[*No espaço doméstico vocês dividem o trabalho?*] *É difícil! Na verdade, aqui em casa é difícil acontecer isso. [Você faz tudo sozinho?] Não! Eu não faço! A gente pega uma dependência ... eu antes de casar fazia tudo ... fazia pão ... e faço ... sei lá o que aconteceu*” (Sérgio). Nesse último relato, como se pode observar, fiz uma brincadeira com Sérgio quando perguntei se ele fazia o trabalho sozinho, e a resposta negativa veio de forma rápida, num misto de espanto e riso. Em outros momentos em que conversei com os homens a respeito dessa temática, percebi que isso muitas vezes parecia ser um assunto secundário e não despertava muito interesse.

Foi comum ouvir, por parte das mulheres, relatos que justificam e legitimam a prática da divisão sexual do trabalho tal como se apresentava no assentamento.

“Algumas vezes, a gente divide aquilo que tem para fazer. Agora, a maioria das vezes, não. Pelo trabalho que a gente faz também. Eu trabalho quatro horas por dia, ele trabalha oito horas. ... se eu fizesse as mesmas horas que ele, na certa, nós ia chegá em casa, nós ia ter que fazer tudo aquilo que tivesse que fazer. Mas como eu trabalho só quatro horas, então, fica quatro horas que eu faço o trabalho da casa” (Cecília).

O argumento de Cecília, assim como o de Ana, apóiam-se no fato de que as mulheres cumprem uma jornada de trabalho nos setores inferior a dos homens, e com isso contam com um determinado tempo para realizar os trabalhos domésticos nos períodos em que estão em casa e os homens estão trabalhando nos setores. O questionamento de Cecília, remete ao modo como diferentemente o trabalho nos setores foram divididos. Nesse sentido, se as jornadas de trabalho nos setores fossem semelhantes entre homens e mulheres, o trabalho doméstico também teria seguir a mesma lógica. O questionamento que se faz escapa ao modo como tal organização/divisão foi produzida, e não questiona o padrão tradicional que instituiu esse modelo.

Se algumas vozes femininas, porém, legitimam tal divisão, outras vozes denunciam. *“Têm homens que acham que eles casaram pra ter mulher pra fazer o serviço pra eles” (Cristina). “Ele (marido) gosta muito de mandar ... se eu saio, ele tira a menina (filha) da escola ... e fica a menina com a menina em casa ... aí, ele manda lavá a louça, varrê a casa ...” (Luíza).* Esses relatos, entre outros destacados, mostram algumas das questões que envolvem a divisão sexual do trabalho doméstico. Especificamente no último, é interessante observar que quando Luíza sai de casa, o marido não “tira” o filho da escola para fazer o trabalho doméstico, mas a filha. De qualquer modo, o trabalho é realizado por uma mulher, seja ela uma adulta ou uma criança.

A solicitação das filhas, e não dos filhos, para auxiliar na realização do trabalho doméstico, foi observada também em uma outra família com filhas e filho jovens. Nesse caso, a liberação da mãe, de alguns trabalhos domésticos, depende das filhas e não do filho e do marido. *“De manhã, sobra aquela menina ali em casa para mim ... ela lava a louça, arruma as camas, limpa a casa ... daí de tarde me sobra a outra menina. ... os dois fica (filho e o marido), não tem serviço pra eles ... eles fica tomando chimarrão. Se eles chega e não tiver lenha picada, eles picam” (Marlene).* A rotina descrita por Marlene traz o fato de que as mulheres adultas compartilham com suas filhas e não com seus filhos o trabalho doméstico. As mulheres adultas, nesse caso, considerando a singularidade de cada momento histórico, ensinam suas jovens filhas a seguirem “trabalhando em casa”, assim como foram também ensinadas. Entre outras situações que se constituem a partir desse aprendizado, esse relato sugere que se pense também os limites dos trabalhos femininos e masculinos, assim como os limites dos trabalhos “dentro e fora” de casa. Marlene remeteu-se ao trabalho de “picar lenha”, quando perguntei

sobre o trabalho doméstico. Mas será que “picar lenha” pode ser considerado um trabalho doméstico?

Lechat (1993) contribuiu para pensar a relação no limite que se estabelece entre “dentro e fora”, quando analisou em seus estudos a tarefa de acender o fogão a lenha. Essa tarefa, de acordo com a autora, é masculina e feminina, e localiza-se no “limite das tarefas femininas” (p. 149). É feminina, à medida em que se realiza dentro de casa e está relacionada com a preparação da comida. No entanto, retirar a lenha do mato, trazer para casa e “lascar”¹⁰⁷, são tarefas consideradas masculinas. “Nesse sentido, acender o fogo pode ser, dentro de casa, o prolongamento de suas atividades fora de casa. ... lascar lenha é uma tarefa masculina que as mulheres assumem quando é preciso” (p. 149-150).

Por meio do relato de Marlene e das pontuações de Lechat (1993), é possível perceber os trabalhos “dentro e fora” de casa, como simbolicamente construídos, e não como restritos aos limites de posições binárias e aos limites impostos pelas paredes e cercas materialmente colocadas. O trabalho doméstico não pode também ser pensado apenas como algo imposto pelos homens às mulheres. Outras questões referentes às relações de poder estão em jogo nas interações homens-mulheres.

As discussões de Saffioti (1992) acerca da relação “dominação-exploração exercida pelos homens sobre as mulheres” (p. 183), a qual remete a não ausência total de poder no “pólo dominada-explorada”¹⁰⁸, são fundamentais para se pensar os atravessamentos circunscritos aos espaços doméstico e de produção.

Os relatos de Lucas e Cecília evidenciam a complexidade que envolve essa discussão e seus desdobramentos nas relações de trabalho no assentamento. Para Lucas, as próprias mulheres restringem a participação nos setores, porque não conseguem “*se desapegar da casa, da cozinha, de roda dos filhos*”. Cecília ressaltou ainda que as mulheres têm dificuldades de dividir o trabalho doméstico, um trabalho que consideram seu. “*... têm coisas que são um espaço mais coletivo, da família, e precisa ser dividido. E que muitas vezes, você encontra resistência nisso. As mulheres sempre coordenaram essa parte da casa. E aí, é meio difícil, você tirar isso. ... as mulheres dizem, é meu serviço*”(Cecília). Esses relatos lançam dúvida

¹⁰⁷ A autora usa o termo “lascar” a lenha. Utilizei o termo “picar”, por definição da própria informante.

sobre concepções que centralizam o poder em um determinado lugar e/ou na figura masculina. À medida que Lucas e Cecília questionam o lugar que as mulheres ocupam na esfera doméstica, questionam também a noção desse espaço feminino como uma imposição masculina. É claro que essa relação não é simples e envolve as relações entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens, adultos e crianças, crianças e crianças, adultos e jovens, jovens e jovens, jovens e crianças, entre outras.

Por isso, antes de colocar um ponto final neste capítulo, já que formalmente é necessário que se coloque, gostaria de retomar a questão dos filhos e filhas e o modo como são diferentemente inseridos pelos adultos nas relações de trabalho. Durante os períodos em que fiquei no assentamento, apesar de direcionar meu olhar, em princípio, para as relações de trabalho entre mulheres e homens adultos, não pude deixar de observar as crianças e os jovens. Encantadoras e alegres, convidavam-me para brincar e solicitavam que as fotografassem durante as brincadeiras. As crianças pequenas acompanhavam as maiores e/ou suas mães e pais por toda parte. Circulavam pelos setores de trabalho, reuniões de núcleo, entre outras atividades, durante os horários em que não estavam na escola e na ciranda infantil.

Foi esse modo de vida que despertou meu interesse sobre as crianças e os jovens no que se refere à temática das relações de trabalho e gênero, especificamente, sobre a divisão sexual do trabalho. Além disso, também chamou minha atenção, como ressaltai, o fato das crianças e dos jovens mulheres e homens serem inseridos nas relações de trabalho de forma diferenciada, sejam nos setores ou em casa. A partir do modo como a realidade foi se apresentando, pensei que seria interessante perguntar também às crianças e jovens sobre os trabalhos realizados por suas famílias no cotidiano do assentamento¹⁰⁹. Considerando que os sujeitos se constituem a partir das inter-relações que estabelecem entre si, na realidade em que se encontram inseridos, os sentidos significados pelas crianças e jovens o foram, por sua vez, apropriados nas relações cotidianas do assentamento.

Alguns desses relatos indicaram demarcações sociais, as quais contribuem para informar que o cotidiano do trabalho no assentamento não é visto pelas crianças e jovens como algo

¹⁰⁸ Saffioti (1992) lança mão do “conceito de poder formulado por Foucault ... esta concepção de poder permite a análise do fenômeno em pauta quer a nível macro, quer a nível micro” (p. 185). O uso do conceito mostra-se produtivo, considerando que o poder feminino se inscreve mais no plano micro.

¹⁰⁹ “A atividade de pesquisa com as crianças, como descrita no capítulo do caminho de pesquisa, ocorreu na escola.

genérico, mas definido a partir de quem o realiza, o pai ou a mãe. O relato de Mariana evidencia essa demarcação, “... *aqui é minha mãe varrendo a casa. E aqui é o meu pai, ele tá limpando o arroz*” (Mariana, 8 anos). Ela descreveu o trabalho da mãe em casa e o trabalho do pai na roça limpando o arroz (arrancando os inços do arroz). Esse relato pode ser pensado a partir do que pontuam Fonseca (2000) e Souza Lobo (1991), entre outras, ou seja, que a força de trabalho é sexuada, o que evidencia o caráter generificado do trabalho, o qual é valorizado a partir de significados atribuídos ao trabalho masculino e feminino. Nesse caso específico, não se trata de valorização ou de desvalorização, no entanto, traz a possibilidade de refletir acerca do trabalho enquanto generificado. Esses estudos mostram que as relações de trabalho podem seguir modelos de organização orientados pela divisão sexual do próprio trabalho. Divisão que não está posta naturalmente pela diferença sexual, mas que é construída simbolicamente nas relações sociais.

Além disso, ao trazer o trabalho da mãe e do pai em esferas distintas, Mariana lança uma discussão sobre a demarcação de lugares sociais, compreendidos como dimensões domésticas, consideradas privadas, e dimensões produtivas, consideradas públicas. O relato de Adriana apresentou uma divisão formal entre os trabalhos que a mãe realiza e os trabalhos que o pai realiza, sugerindo, inclusive, uma diferenciação no que se refere ao trabalho doméstico.

“O que a minha mãe faz: A minha mãe, ela trabalha em um monte de coisas. Exemplo, ela limpa arroz, arranca amendoim, feijão, colhe vassoura, pinta a janela das casas, o peral das casas. Ela vai nos cursos. Ela faz os serviços de casa. Outro exemplo, lava roupa, varre, limpa a louça, limpa a mesa, o fogão a lenha e o fogão a gás. O que o meu pai faz: O meu pai, ele trabalha. Exemplo, colhe soja, colhe linhaça, feijão, limpa o arroz. E faz o serviço de casa, lixa o fogão a lenha, de vez em quando lava a louça, varre a casa. Ele cuida das flores. Ele tem bastante coisa plantada. Exemplo, pé de figo, pé de manga, pé de vergamota, de laranja, de tomate” (Adriana, 9 anos).

O que pode ser evidenciado é que a mãe de Adriana realiza tarefas intra e extra domésticas, e o pai também realiza atividades consideradas extra-domésticas, e de vez em quando realiza atividades intra-domésticas. Observa-se, portanto, uma demarcação que necessariamente não remete a uma desigualdade ou a um “lugar inferior”, mas que diferencia as tarefas domésticas

de outras tarefas. Adriana ressalta ainda que os trabalhos que a mãe realiza não se limitam ao espaço doméstico. O mesmo não acontece com o pai, que “de vez em quando” realiza trabalhos no espaço doméstico.

Outros relatos evidenciam também que, no cotidiano de trabalho, homens e mulheres desenvolvem atividades coletivamente, considerando os objetivos definidos pela própria organização interna do assentamento, de que todos os espaços de trabalho devam ser coletivizados. “*Eu desenhei o pai e a mãe indo pra roça*” (Marcos, 9 anos). Em outro relato, o pai e a mãe, sob o olhar da filha, são responsáveis por muitas atividades, que efetivamente sugerem uma articulação, coletiva ou não. “*A minha mãe trabalha em muitas coisas e meu pai também. ... eu fiz a minha mãe e meu pai pintando as casas*”(Paula, 9 anos).

O que se pode perceber é que as questões de gênero que perpassam as questões de trabalho são visivelmente significadas pelas crianças e jovens no assentamento, na forma de lugares diferenciados. Não são tomados como desigualdades, porém anunciam práticas cotidianas diferenciadas que constituem homens e mulheres.

O trabalho doméstico, relacionado ao preparo da alimentação, limpeza das casas, das roupas, entre outros, atribuídos individualmente a cada mulher, permanecem inalterados. São as mulheres ainda as maiores responsáveis pelo trabalho doméstico, e esse constitui-se enquanto um padrão relacional fixo, que define suas inserções nos trabalhos do coletivo, sejam eles de produção ou de reprodução da vida no assentamento. Assim, mesmo que os trabalhos de produção e reprodução da vida nos espaços domésticos sejam ainda atribuídos às mulheres preferencialmente, e que essa divisão se estenda ao coletivo, através de sua maior responsabilização pelos setores social e de subsistência, ocorreram mudanças nas relações familiares, na medida em as questões referentes à educação, alimentação, saúde, lazer, religiosidade, entre outras, não estão mais restritas ao espaço individual das suas casas, mas ao coletivo como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como ressaltar no início do trabalho, muitas foram as questões que se apresentaram durante a construção deste estudo. E nem todas, pelos motivos explicitados, foram analisadas e discutidas. No decorrer do processo, incluindo a elaboração do projeto, do trabalho de campo e a produção escrita da pesquisa, tive como companheira a ansiedade de analisar todos os temas que foram se delineando. Aos poucos, fui compreendendo que era necessário fazer escolhas dentro de um campo de análise possível. O que significa dizer que a análise aqui apresentada é historicamente datada e representa apenas uma, entre outras possibilidades. A própria escolha teórico-metodológica deixa clara a impossibilidade de se pensar em totalidades, realidades estanques e sujeitos universais. Não busquei certezas, mas as contradições, as singularidades das relações sociais e dos sujeitos envolvidos, subjetividades que foram se impondo à pesquisa. Sawaia (1997), em referência não direta ao MST, mas ao estudo dos movimentos sociais de forma mais abrangente, pontua que é uma “...análise que exige um olhar analítico capaz de penetrar na intimidade dos movimentos, para captar as pessoas de carne e osso, com seus dramas particulares, as quais, em relação umas com as outras, os constroem, isto é, captar a intersubjetividade participativa constituinte e constituída” (p. 151).

O fio condutor deste estudo foram as relações de gênero e trabalho, especificamente a análise dos sentidos produzidos pelas/os trabalhadoras/es rurais sobre a divisão sexual do trabalho no assentamento, considerando a singularidade e a dinâmica dessa produção. Essas relações representam apenas algumas das relações sociais multifacetadas e contraditórias pelas quais os sujeitos se constituem. Foi necessário, ao buscar conhecer essa realidade, tal qual se apresentava durante o período da pesquisa, perguntar sobre a trajetória de trabalho das/os assentadas/os. Observei, com isso, que de modo singular esses sujeitos foram preparando, nos acampamentos, a organização do trabalho no assentamento. Quero ressaltar com isso, que a organização coletiva do trabalho, assim como a construção da agrovila, não foram pensadas apenas no assentamento, mas foi uma discussão que acompanhou e agregou as/os trabalhadoras/es nos acampamentos pelos quais passaram, durante suas trajetórias de migração de um município a outro.

Ao resgatar as origens do assentamento, a ocupação e o acampamento, em meio a todas as dificuldades descritas, a falta de comida, as doenças, entre outras atribuições presentes no cotidiano dos acampamentos, foi possível observar situações de trabalho que não eram iguais para homens e mulheres. Homens e mulheres não participavam da rotina de trabalho dentro e fora do acampamento do mesmo modo. Trabalhar como diaristas, via de regra, era um trabalho dos homens, enquanto as mulheres, nos acampamentos, cuidavam dos barracos e dos filhos. Mas trabalhar como diaristas, morando em um acampamento do MST, não foi para os homens algo que ocorreu de forma muito tranqüila. A “capacidade” para o trabalho, quando se integra o MST, é questionada por quem “oferece” oportunidade de trabalho assalariado.

Outra questão referente ao acampamento foram as diferentes dificuldades que se apresentavam para mulheres e homens solteiros e sozinhos, durante esse período. O fato de as mulheres estarem sozinhas criou situações constrangedoras, envolvendo inclusive assédios sexuais. Para os homens, as situações que se apresentavam eram da ordem de conseguir conciliar os afazeres domésticos e o trabalho como diaristas. Estar sozinha no acampamento para as mulheres, mesmo para os demais acampados e acampadas, não era algo comum. Isso demandava alguns arranjos que viabilizassem proteção às mulheres desacompanhadas, entre estes, morar com uma família ou dividir o barraco com outras mulheres. A necessidade de proteção, por parte de algumas mulheres, também foi decisiva na escolha pelo assentamento coletivo. A solidariedade e demais vantagens viabilizadas pelo trabalho coletivo, foram apontadas como decisivas no momento da escolha. No entanto, cabe ressaltar que na organização coletiva da luta pela terra, tratando-se de relações entre sujeitos e entre subjetividades humanas, há motivações e desejos individuais que se diferenciam, de modo que, “mesmo quando o indivíduo age em nome do bem comum, a ação implica em exercício da motivação individual, portanto a vontade e a afetividade são suas dimensões fundamentais”(Sawaia, 1997, p. 155).

A organização do trabalho no assentamento seguiu diretrizes estabelecidas pelo MST para coletivos. Esta ocorreu em torno de setores, núcleos e direção, mas de forma singular foi se constituindo de acordo com as necessidades cotidianas do grupo. Discursos acerca das relações de gênero, produzidos pelo MST, circularam no assentamento quando da organização e divisão do trabalho em seus respectivos setores, núcleos e direção. As/os assentada/os buscaram nessa organização/divisão incluir a participação de homens e mulheres em todos os

trabalhos do assentamento. Esse processo não foi tão simples assim, como pôde ser percebido na predominância de homens e de mulheres em alguns setores, o que revela o fato de que os discursos não se aplicam ao trabalho cotidiano de forma mecânica.

A organização do trabalho no coletivo sofreu mudanças em relação ao trabalho no lote individual. Os modos de vida se modificaram, o trabalho não se organizava mais em torno apenas de uma família, mas de várias famílias. Assim como a organização do trabalho foi modificada, as demais relações que constituem o cotidiano dos sujeitos, com suas respectivas famílias, também foram modificadas. As decisões e escolhas, não apenas sobre o trabalho, mas também sobre a educação, a saúde e o lazer, passaram a ser de responsabilidade do coletivo. Nesse caso, o trabalho coletivo produziu modos de vida coletivos.

Outras discussões estavam em jogo, mas nem por isso antigas discussões foram plenamente superadas. Penso que a forte idéia de superação, de avanço, presente nos relatos analisados, trazem a própria impossibilidade de produção de mudanças “instantâneas”, o que pode causar a sensação de que há uma distância entre o discurso e o vivido. Acredito que a dicotomia entre o “novo” e o “velho”, que se coloca constantemente, tenha que ser repensada. O que percebi é que os sentidos produzidos a respeito do que é “novo” e do que é “velho” lançam dúvidas sobre essa e outras dicotomias. Ambos encontram-se imbricados nas relações de gênero e trabalho que se estabelecem no assentamento, seja pela predominância das mulheres nos setores social e de subsistência, seja pelas diferentes jornadas de trabalho que cumprem diariamente. É importante marcar que as mulheres eram predominantes também no setor da direção do assentamento, no período da pesquisa. No entanto, no setor da administração, responsável pelas negociações da produção com sociedade, elas eram ausentes. Em uma sociedade complexa e contraditória, caberia perguntar quais são os sentidos de “novo” e de “velho” na contemporaneidade?

O trabalho doméstico e o cuidado dos filhos foram apontados pelas/os informantes como a questão central, que legitima as diferentes jornadas de trabalho para mulheres e homens. Essa relação vai além de uma mera dependência, ou pelo menos não pode ser encarada como tal, pois tratam-se de relações singulares, em que a contradição e o exercício de poder estão envolvidos. Nesse caso, público, privado, doméstico, produtivo, estão imbricados, produzindo e reproduzindo complexas subdivisões dentro de divisões.

Existem padrões relacionais fixos que definem *a priori* o modo como o trabalho será organizado/dividido no assentamento. Esses padrões dizem respeito ao fato de que as mulheres ainda são as principais cuidadoras das crianças e da realização das atividades domésticas, entre outras tarefas atribuídas historicamente a elas. Não se trata de desqualificar os discursos que circulam no assentamento, promovidos pelo MST ou não, acerca de mudanças que precisam ser feitas em alguns dos padrões que constituem as relações de gênero. Mas é importante considerá-los enquanto parte de um processo que vem provocando questionamentos e indicam mudanças em curso, antes de desconsiderar os investimentos que estão sendo produzidos no sentido de transformações sociais mais amplas.

Buscando seguir essa lógica, em relação aos relatos analisados que fazem referência à pouca participação das mulheres nos trabalhos dos setores e nos eventos promovidos pelo MST, os quais trazem um apelo de participação mais ativa, talvez fosse necessário pensar quais são as condições reais de participação a elas oferecidas.

É importante ressaltar que durante a pesquisa de campo, os sujeitos investigados permaneceram morando e trabalhando no assentamento, quando retornei para a devolução do estudo aos entrevistados, quatro casais haviam mudado para outros assentamentos. A continuidade da presente pesquisa poderia apontar, entre outras coisas, para a investigação dos motivos que levaram estes a mudarem para outros locais de moradia e de trabalho.

Enfim, como enfatiza Orlandi (2003), “todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis” (p. 39). Assim, ao longo deste estudo, fui percebendo que estava diante de um processo interminável, porém, emocionante a cada momento, justamente por ser infinitamente produtor de sentidos. Por isso, penso que um estudo não se encerra com as “considerações finais”, pois não são finais as considerações, representando apenas um “momento” necessário em um trabalho, para que se possa produzir outras reflexões e outras possibilidades de estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abramovay, Ricardo (1992). Os limites da racionalidade econômica. In Ricardo Abramovay. Paradigmas do capitalismo agrário em questão (pp. 99-131). São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas: HUCITEC/AMPOCS/UNICAMP.

Amâncio, Lígia (2001). O Gênero na Psicologia: uma história de desencontros e rupturas. Psicologia, XV (1), 9-26.

Antunes, Ricardo (2000). Os sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do Trabalho. 3^o ed. São Paulo: Boitempo Editorial.

Bergamasco, Sonia M. P. P. (1996). A família nos assentamentos rurais: trajetórias e conquistas. In Clío Presveleu, Francesca Rodrigues Almeida e Joaquim Anécio Almeida. Mulher, família e desenvolvimento rural (pp. 75-91). Santa Maria: Ed. da UFSM.

Bruschini, Cristina (1982). A mulher e o trabalho. In Cristina Bruschini e Fúlvia Rosemberg (Orgs) Trabalhadoras do Brasil. São Paulo: Brasiliense/Fundação Carlos Chagas.

Bruschini, Cristina (1993). Trabalho Feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. Trabalho apresentado no XVII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG.

CAPES (2002). Disponível em www.periodicos.capes.gov.br. Última consulta em agosto de 2002.

Castells, Alícia N. G. (2001). A criatividade dos sem-terra na construção do habitat: um olhar etnográfico sobre a dimensão espacial do MST. Tese de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Cunha, Auri D. C. (1998). Relações de gênero na agricultura familiar no perímetro irrigado de São Gonçalo (PB). In Cristina Bruschini e Heloísa Buarque de Hollanda (Orgs.). Horizontes Plurais: Novos estudos de gênero no Brasil (pp.195-224). São Paulo: FCC; São Paulo: Ed. 34.

Dalmagro, Sandra L. (2002). O trabalho na pedagogia do MST. In Célia Regina Vendramini (org.). Educação em movimento na luta pela terra (pp.133-152). Florianópolis: NUP/CED.

Da Matta, Roberto (1978). O ofício de etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In Edson de Oliveira Nunes (org.) A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, imprevisto e método na pesquisa social (pp. 23-35). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Delari Junior, Achilles (2000). Consciência e Linguagem em Vigotski: aproximações ao debate sobre a subjetividade. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade de Campinas, Campinas.

Duarte, Newton (2000). Vigotski e o aprender a aprender: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas: Autores Associados.

Fernandes, Bernardo M. (1996). MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra: formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: Hucitec.

Fernandes, Bernardo M. (2000). A Formação do MST no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes.

Figueiredo, Luís C. M. (2000). Matrizes do pensamento psicológico. Petrópolis: Vozes.

Fonseca, Claudia (1999). “Quando cada caso NÃO é um caso”. Revista Brasileira de Educação, 10, 58-78.

Fonseca, Tania M. G. (2000). Gênero, Subjetividade e Trabalho. Petrópolis: Vozes.

Geertz, Clifford (1978). Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In Clifford Geertz. A Interpretação das Culturas (pp. 13-41). Rio de Janeiro: Zahar.

Giulani, Paola C. (1997). Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In Mary Del Priore (Org.) e Carla Bassanezi (Coord. de textos). História das mulheres no Brasil (pp. 640-667). São Paulo: Contexto.

Goldenberg, Mirian (2000). A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 4^o ed. Rio de Janeiro: Record.

Grade, Marlene. (1999). MST: luz e esperança de uma sociedade igualitária e socialista. Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Grossi, Miriam & Miguel, Sônia (1995). A trajetória do conceito de gênero nos estudos sobre mulher no Brasil. Calhamaço, 2, 20-24.

Grossi, Miriam P., Heilborn, Maria L., Rial, Carmen (1998). Entrevista com Joan W. Scott. In Revista Estudos Feministas, 6 (1), 114-124

Hirata, Helena (2002). Nova divisão sexual do trabalho? um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial.

Octavio Ianni (1982). Grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (2003). Programa Reforma Agrária Santa Catarina. Superintendência Regional de Santa Catarina/ SR-10.

Lago, Mara C. S. (1986). Trabalho feminino, trabalho improdutivo? Revista de Ciências Humanas, V (8), 129-133.

Lago, Mara C. S. (1996). Modos de vida e identidade: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC.

Lechat, Noëlle M. (1996). Relações de gênero em assentamentos do Movimento do MST (RS): a participação da mulher na produção e reprodução em unidades familiares e coletivas. In Cléo Presveleu, Francesca Rodrigues Almeida e Joaquim Anécio Almeida (Org.). Mulher, família e desenvolvimento rural (pp. 93-116). Santa Maria: Ed. da UFSM.

Lechat, Noëlle M. P. (1993). A questão de gênero no movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST): estudo de dois assentamentos no Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas

Marcon, Telmo (2002). Influência político-pedagógica do acampamento Natalino no MST. In: Célia Regina Vendramini (Org.). Educação em movimento na luta pela terra (pp.41-67). Florianópolis: NUP/CED.

Martins, José de Souza (1980). Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec.

Marx, Karl, Engels, F. (1996). A ideologia Alemã (Feuerbach). 10^o ed. São Paulo: Hucitec.

Mead, Margareth (1988) Sexo e temperamento. São Paulo: Perspectiva.

Medeiros, Leonilde S. de (2001). “Sem Terra”, “Assentados”, “Agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In Glarracca, Norma (Org.). Una nueva ruralidad en América Latina? (pp. 103-128). Buenos Aires: CLACSO.

Mello, Sylvia Leser de (1988). Trabalho e Sobrevivência: Mulheres do campo e da periferia de São Paulo. São Paulo: Ática.

Melo, Denise, M. (2001). A construção da subjetividade de mulheres assentadas pelo MST. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Molon, Susana I. (1999). Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky. São Paulo: EDUC.

Morissawa, Mitsue (2001). A história da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular.

MST (2001). Construindo Caminho. São Paulo: Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra MST.

MST (1999). Princípios da educação no MST. Caderno de Educação n^o 8, 3^a Ed. São Paulo: Setor de Educação.

MST (1996). Sem Terra: as músicas do MST.

MST (2003). Disponível em www.mst.org.br.

Nogueira, Conceição (2001). Feminismo e o discurso do gênero na Psicologia Social. Psicologia & Sociedade, 13 (1), 107-128.

Oliveira, Roberto C. (2000). O Trabalho do Antropólogo. 2^o ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Ed. UNESP.

Organização das Nações Unidas (1996). IV Conferência Mundial Sobre a Mulher. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996 (Conferência realizada em Beijing, China em 1995)

Orlandi, Eni P. (2003) Análise do discurso: princípios e procedimentos. 5^a ed. Campinas: Pontes.

Ortner, Sherry B. (1979). Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In Michelle Z. Rosaldo & Louise Lamphere. A mulher, a cultura e a sociedade (pp. 95-120). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Paulilo, Maria Ignez S. (1986). O peso do trabalho leve. In E. Grassi (Org.). La Antropologia Social y Los Estudios de La Mujer. Buenos Aires: Humanitas.

Paulilo, Maria Ignez S. (1998). Terra à Vista ... e ao Longe. 2^o ed. Florianópolis: Ed. da UFSC.

Paulilo, Maria Ignez S. (2000). Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. Cadernos de Pesquisa, 21 (1), 1-15.

Paulilo, Maria Ignez S., De Grandi, Alessandra B., Silva, Marineide (2003). Mulher e atividade leiteira: a dupla face da exclusão. In Maria Ignez S. Paulilo, Wilson Schmidt (Orgs) Agricultura e espaço rural em Santa Catarina (pp. 15-38). Florianópolis: Ed. da UFSC.

Pavan, Dulcinéia (1998). As Marias Sem-Terras – Trajetória e experiências de vida de mulheres assentadas em Promissão – SP – 1985/1996. Dissertação de Mestrado em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Pino, Angel (1995). Semiótica e cognição na perspectiva histórico-cultural. Temas em Psicologia, 2, 31-39.

Pino, Angel S. (2000). O social e o cultural na obra de Vigotski. Educação & Sociedade, 21 (71), 45-78.

Pinto, Céli R. J. (1992). Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In Abertiva de O. Costa e Cristina Bruschini (Orgs.). Uma Questão de Gênero (pp.127-150). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas.

Queiroz, Maria Isaura Pereira de (1988). Relatos Oraís: Do “indizível ao dizível”. In Olga de Moraes Von Simson (org.) Experimentos com Histórias de Vida. São Paulo: Vértice.

Regimento Interno do Assentamento Sepé Tiaraju (2003). Campos Novos –SC.

Revista Época. 07 de julho de 2003, nº268.

Revista Veja. 19 de novembro de 2003, ano 36, nº46.

Rua, Maria e Abramovay, Miriam (2000). Companheiras de luta ou “coordenadoras de painelas”? As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO.

Saffioti, Heleieth I. B. (1992). Rearticulando Gênero e Classe Social. In Albertina de O. Costa e Cristina Bruschini (Orgs.). Uma Questão de Gênero (pp. 183-215). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas.

Saffioti, Heleieth I. B. (1992). Reminiscências, Releituras, Reconceituações. Revista Estudos Feministas, 0, 97-103.

Saffioti, Heleieth I. B. (s/d). Trabalho visível e trabalho invisível. Revista Ciência e Cultura.

Saffioti, Heleieth I. B. (1994) Posfácio: Conceituando gênero. In Heleieth I. B. Saffioti, Muñoz-Vargas (Orgs) Mulher brasileira é assim (pp. 271-283). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS, Brasília: UNICEF.

Sawaia, Bader B. (2001). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão /inclusão. In Bader B. Sawaia (org.). As artimanhas da exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social (pp. 97-118). 2^o ed. Petrópolis: Vozes.

Sawaia, Bader B. (1997). A legitimidade subjetiva no processo de participação social na era da globalização. In Leôncio Camino, Louise Lhullier e Salvador Sandoval (Orgs.). Estudos sobre o comportamento político: teoria e pesquisa (pp.149-159). Florianópolis: Letras Contemporâneas.

Scherer-Warren, Ilse (1999). Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era a globalização. São Paulo: Hucitec.

Schwade, Elisete (1993). “A luta não faz parte da vida ...É a vida” O projeto político-religioso de um assentamento no oeste catarinense. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Scott, Joan W. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, 16 (2), 5-22.

Silva, Cristiani B. (2003). As fissuras na construção do “novo homem” e da “nova mulher” Relações de gênero e subjetividades no devir MST – 1979-2000. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Siqueira, Maria Juracy Toneli (2002). Sobre o trabalho das mulheres: contribuições segundo uma analítica de gênero. Psicologia: Organizações e Trabalho, 2 (1), 11-30.

Siqueira, Maria Juracy Toneli (1999). Novas formas de paternidade: repensando a função paterna à luz das práticas sociais. In Alcione Leite da Silva, Mara Coelho de Souza Lago e Tânia Regina Oliveira Ramos. Falas de Gênero: Teorias, análises, leituras (pp.187-201). Florianópolis: Editora Mulheres.

Smolka, Ana Luiza B. (1997). Esboço de uma perspectiva teórico-metodológica no estudo de processos de construção de conhecimento. In: Maria Cecília R. Góes, Ana Luiza B. Smolka (Orgs). A significação nos espaços educacionais: interação social e subjetivação (pp. 29-45). Campinas: Papirus.

Sorj, Bila (1993). Relações de Gênero e teoria social. Trabalho apresentado no XVII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG.

Souza-Lobo, Elisabeth (1991). A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense.

Spink, Mary J. P. (1994). A medicina e o poder de legitimação das construções sociais de igualdade e diferença: uma reflexão sobre cidadania e gênero. In Mary J. P. Spink (Org.). A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez.

Stédile, João Pedro, Frei Sérgio (1996). A luta pela terra no Brasil. 3^o ed. São Paulo: Escrita.

UFSC/CED (2001). Alfabetização e Liberdade: Interação entre sujeitos educadores (as). Projeto PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Florianópolis.

Vendramini, Célia R. (2002). Trabalho e cooperativas: os (des)caminhos no processo de formação humana. In Célia Vendradini. Educação em movimento na luta pela terra. Florianópolis: NUP/CED.

Vygotski, Lev S. (1987a). História del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. La Habana/Cuba: Ed. Científico-Técnica.

Vygotski, Lev S. (1987b). Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes.

Vygotski, Lev S. (1991a). Obras Escogidas I: problemas teóricos y metodológicos de la psicología. Madrid: Visor Distribuciones.

Vygotski, Lev S. (1995). Génesis de las funciones psíquicas superiores. Obras escogidas III (pp. 139-168). Madrid: Visor Distribuciones.

Wanderley, Maria de N. B. (1999). Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In J. Carlos Tedesco (org.) Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas (pp. 21-55). Passo Fundo: EDIUPE.

Woortmann, Klaas (1990). “Com parente não se neguceia” – O campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico/87 (pp.11-73). Brasília: Tempo Brasileiro/UNB.

Woortmann, Ellen F. & Woortmann, Klaas (1997). O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Zanella, Andréa V. (2001). Vygotski: contexto, contribuições à psicologia e o conceito de zona de desenvolvimento proximal. Itajaí: UNIVALI.

Zanella, Andréa V. (no prelo). Atividade e Constituição do Sujeito: considerações à luz da psicologia histórico cultural.

Zago, Nadir (2003). A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In Nadir Zago, Marília Pinto de Carvalho, Rita Amélia Teixeira Vilela (orgs) Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A Editora.

Zimmermann, Neusa C. (1994). Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In Leonilde Medeiros et al.(Orgs). Assentamentos rurais; uma visão multidisciplinar (pp. 205-224). São Paulo: EDUNESP.

Lista de Bibliografias Referentes à Pesquisa Exploratória no Banco de Teses da CAPES

Ano/2001

Alves, Suzy de Castro. (2001). As experiências educativas das crianças no acampamento Índio Galdino do MST. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC.

Araujo, Jadson José Cardozo. (2001). Trabalhadores Rurais Sem Terra; exclusão social a conquista da terra. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Bahia.

Araújo, Severina Garcia de. (2001). Assentamentos rurais, trajetórias dos trabalhadores assentados e culturas políticas: assentamento fazenda Zabele – Natal RJ. Tese de Doutorado, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Bastos, Ronald Corecha. (2001). A atuação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – na estrutura Jurídico-Agrária do Pará. Dissertação de Mestrado em Direito(Direito Público), Universidade Federal do Pará.

Bonamigo, Carlos Antonio. (2001). O trabalho cooperativo como princípio educativo: a trajetória de uma cooperativa de produção agropecuária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Castells, Alicia N. G. (2001). A criatividade dos sem-terra na construção do habitat: um olhar etnográfico sobre a dimensão espacial do MST. Tese de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Casagrande, Nair. (2001). O processo de trabalho pedagógico no MST: contradições e superações no campo da cultura corporal. Recife – PE. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco.

Comparato, Bruno Konder. (2001). A Ação Política do MST. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade de São Paulo. São Paulo-SP.

Cuevas, Márcia Roxana Cruces. (2001). O desafio da formação: estudo psicossocial dos movimentos da identidade em alunos do curso de pedagogia do MST. Vitória – ES. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo.

Diekow, Ingrid Roselaine. (2001). A educação no contexto histórico de um assentamento de reforma agrária no Rio Grande do Sul – Porto Alegre - RS. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Pelotas.

Domingues, Eliane (2001). A luta pela terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): Contribuição da Psicanálise. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo-SP.

Feix, Plínio José. (2001). “Os interesses sociais e a concepção política e ideológica dos trabalhadores rurais assentados do MST: estudo de caso na região metropolitana de Rondonópolis – MT”. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP.

Fernandes, Flávio Rêgo. (2001). “As contradições entre os pressupostos coletivizantes que fundamentam a luta pela terra e as práticas que os negam na realidade do Assentamento Modelo I (João Câmara – RN). Recife – PE. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco.

Gomes, Carmem Lucia. (2001). A reforma agrária no olho do furacão: debates, confrontos e propostas sobre a reforma agrária da nova república. Dissertação de Mestrado em História do Brasil. Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Assis – SP.

Gaião, Wilmar Roberto. (2001). Negócio de acampar pra pegar terra é pra cabra macho: a construção social do lugar de militância política no MST: Uma discussão de gênero. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa.

Guimarães. “Ocupar, resistir e produzir também na educação”. análise do discurso pedagógico do MST. Gravataí – RS. (2001). Dissertação de Mestrado em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Macedo, Cátia Oliveira. (2001). Ilhas de reforma agrária no oceano do latifúndio: a luta pela terra no assentamento 17 de abril (PA). Dissertação de Mestrado em Geografia (Geografia Humana). Universidade de São Paulo. SP.

Melo, Denise M. (2001). A construção da subjetividade de mulheres assentadas pelo MST. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.

Neto, Antonio Júlio Menezes. (2001). Além da Terra: A Dimensão Sociopolítica do Projeto Educativo do MST. Tese de Doutorado em Educação, Universidade de São Paulo. SP.

Neto, Mariana Moreira. (2001). “Andando pra riba e pra baixo”: lembranças femininas das barracas ao assentamento de Acauã. João Pessoa – CE. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa.

Oliveira, Everton Fêrrêr de. (2001). Colaboração educacional como princípio gerador de ações educativas críticas na formação de professores da educação básica do campo. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria-RS.

Palmeira, Marylucia Mesquita. (2001). O Projeto ético-político do MST: Contribuição para uma sociabilidade humanista ou reificada? Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco.

Piana, Marivone. (2001). A Música-Movimento: estratégias e significados da produção musical do MST. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC.

Porfírio, Sonia Mara Flores da Silva. (2001). A pedagogia do MST: para além do seu próprio movimento. Dissertação de Mestrado em Educação, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande-MS.

Rodrigues, Marlon Leal. (2001). Introdução ao estudo da ideologia que sustenta o MST. Três Lagoas – MS. Dissertação de Mestrado em Letras, Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

Ruschel, Vanderci Benjamin. (2001). Cooperação e trabalho na escola do MST: a cooperativa dos estudantes da Escola Agrícola de 1º grau 15 de Maio. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC.

Silva, Edvaneide Barbosa. (2001). Práticas educativas dos assentamentos no sudoeste paulista: um olhar sobre o PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP.

Silva, Maria Izaura Andrade da. (2001). O Trabalhador com (D) Eficiência Física na Área de Assentamento Rural. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa.

Souza, Cimone Rozendo de. (2001). A cooperação como estratégia organizacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Paraná: o caso da cooperativa de produção e serviços de Pitanga. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Paraná. Curitiba - PR.

Souza, Eduardo Ferreira de. (2001). O discurso da Veja e o MST: do silêncio à satanização. Dissertação de Mestrado, Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. SP.

Ano/2000

Albuquerque, Cristina Daisy da Costa. (2000). O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o novo espaço agrário brasileiro: Uma análise das letras das músicas dos discos compactos “Arte em Movimento” e “Canções que Abraçam Sonhos”. Dissertação de Mestrado, Administração Rural e Comunicação Rural, Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Cardoso, Maria das Dores. (2000). Terra e Democracia: O MST e a Construção política de um sonho. Dissertação de Mestrado, Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte –MG.

Castelano, Maria José. (2000). Um estudo da proposta de educação do Movimento dos Trabalhadores Sem-terra – MST. Dissertação de mestrado em Educação, Universidade Estadual de Maringá. Maringá–PR.

Christoffoli, Pedro Ivan. (2000). O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades. Dissertação de Mestrado em Administração, Universidade Federal do Paraná. Curitiba-PR.

Holanda, Maria Iolanda Maia. (2000). A construção da identidade coletiva dos sem-terra: um estudo a partir do cotidiano dos alunos do PRONERA. Dissertação de Mestrado em educação, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza – CE.

Lazzaretti, Miguel Ângelo. (2000). Processos de ação coletiva e organização dos trabalhadores rurais: O caso do assentamento Massangana III, Cruz do Espírito Santo - PB. Cabedelo – PB. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa.

Lunardi, José Clovis Teles. (2000). Olhares camponeses escola uma terra de educar. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba-PR.

Mello, Ulisses Pereira de. (2000). A utilização agrícola das áreas de mata ciliar degradada. Estudo de caso no projeto de assentamento União da Vitória, Fraiburgo – SC. Dissertação de Mestrado em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC.

Pereira, Bernadete Martinson Souza. (2000). Mas como, o MST na Telenovela? Aproximações à dimensão sócio-política da telenovela “O Rei do Gado”. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia – Comunicação e Cultura Contemporânea.

Pereira, José Roberto. (2000). De camponeses a membros do MST: os novos produtores rurais e sua organização social. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de Brasília.

Ribeiro, Cristine Jaques. (2000). Facetas do Cotidiano – o dia a dia dos assentamentos do MST. Porto Alegre – RS. Dissertação de mestrado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Rosa, Marcelo Carvalho. (2000). O sem terra partido ao meio: um estudo das relações sociais entre assentados e municípios receptores na região da grande Porto Alegre –RS. Dissertação de Mestrado, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Sepúlveda, Gustavo Adolfo. (2000). O Movimento Sem terra e a educação: Trajetória dos educadores no projeto político-pedagógico da escola do assentamento. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC

Silva, Joceneide Maria Rossetto. (2000). Manifestações artísticas do movimento dos trabalhadores rurais sem terra/MST: educação, identidade e cultura. (Rondonópolis, Mato Grosso). Rondonópolis – MT. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Silva, Rita de Cássia Curvelo da. (2000). Os sem-terra e o desejo de aprender. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa.

Narita, Stella. (2000). Estudos dos processos psicossociais que motivam um grupo de trabalhadores à participação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, Universidade de São Paulo. São Paulo-SP.

Ano/1999

Barbosa, Holda Coutinho. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como espaço informacional. Dissertação de Mestrado, Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa.

Cintra, Maria da Conceição Barbosa. (1999). A trajetória do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Sergipe. Aracaju-PE. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco.

Chaves, Christine de Alencar. (1999). A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social. Tese de Doutorado em Antropologia, Universidade de Brasília. Brasília – DF.

Fernandes, Bernardo Mançano. (1999). Contribuição aos estudos do campesinato brasileiro. Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST 1979-

1999. Presidente Prudente – SP. Tese de Doutorado em Geografia (Geografia Humana), Universidade de São Paulo.

Grade, Marlene. (1999). MST: luz e esperança de uma sociedade igualitária e socialista. Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC.

Miranda, Maria Helena. (1999). Análise de uma situação de conflito entre os assentados e o MST. Dissertação de Mestrado, Ciência Social (Antropologia Social), Universidade de São Paulo. São Paulo-SP.

Moreira, Andréia Zulato Marçolla. (1999). O movimento dos trabalhadores rurais sem terra no contexto discursivo do jornal nacional: a palavra e a imagem. Governador Valadares-BA. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa – Extensão Rural.

Passos, Adriana Araújo. (1999). Compreensão do Jornal Sem Terra pela teoria da ação comunicativa. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa – extensão Rural.

Pocker, José Geraldo Alberto Bertoncini. (1999). “Reinventando a vida. Uma análise da metodologia empregada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para implantar formas de cooperação em assentamentos de reforma agrária. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo.

Rodrigues, Marli de Fátima. Da luta pela educação à educação na luta; memórias, narrações e projetos dos assentados e professores do MST na Fazenda Giacometti. Ponta Grossa. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal Fluminense. RJ.

Simonetti, Miriam Cláudia Lourenção. (1999). A longa caminhada – A (re) construção do território camponês em Promissão. Tese de Doutorado em Geografia (Geografia Humana), Universidade de São Paulo. São Paulo-SP.

Souza, Maria Antonia de. (1999). As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra/MST. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP.

Torrescasana, Mariângela Alves Storniolo. (1999). Terra Livre: a voz do MST. Dissertação de Mestrado, Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Turatti, Maria Cecília Manzoli. (1999). Os filhos da lona preta – notas antropológicas sobre sociabilidade e poder em acampamentos do MST no Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado, Ciência Social (Antropologia Social), Universidade de São Paulo. São Paulo-SP.

Ano/1998

Bavaresco, Pedro Antonio. (1998). Assentamento Annoni fase IV (RS): uma análise de seu desempenho sócio-econômico. Dissertação de Mestrado, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Bonavigo, Elizabete Ana. (1998). Produção sócio-histórica da “cooperação agrícola” no acampamento da Fazenda Annoni e no Assentamento 16 de Março: Práticas cotidianas e produções de subjetividades. Dissertação de mestrado em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro-RJ.

Camini, Isabela. (1998). O cotidiano pedagógico de professores e professoras em uma escola de assentamento do MST: limites e desafios. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS.

Neto, Luiz Bezerra. (1998). Sem terra aprende e ensina: um estudo sobre as práticas educativas e formativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST 1997-1998. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP.

Pasquetti, Luís Antonio. (1998). A empresa social no contexto do terceiro setor: um estudo do MST. Dissertação de Mestrado em Administração, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo-SP.

Pavan, Dulcinéia. (1998). As Marias Sem-Terra – trajetórias e experiências de vida de mulheres assentadas em Promissão. Dissertação de Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. SP.

Schimanski, Édina. (1998). Formatos organizacionais dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: as CPA’S – Estudo de Caso: COPAVI – Paranacity – Paraná. Ponta Grossa – PR. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Paraná. Curitiba-PR.

Sizanoski, Raquel. (1998). O novo dentro do velho: cooperativas de produção agropecuárias do MST: possibilidades e limites na construção de outro coletivo social. Piraquara – AC. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis –SC.

Ano/1997

Passos, Joana Célia dos. (1997). A escola do movimento e o movimento pela escola: um estudo sobre a escola do Assentamento “Conquista 5 de Maio”. Calmon/SC. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC.

Sousa, Regina Sueli de. (1997). Ordem e contra-ordem: o processo político constitutivo do MST na especificidade do assentamento Rio Vermelho. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília – Política Social.

Vendramini, Célia Regina. (1997). Consciência de classe e experiências sócio-educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal de São Carlos. SP.

Ano/1996

Almeida, Rosemeire Aparecida de. (1996). Diferentes Modos de organização de explorações familiares no Pontal do Paranapanema: Reassentamento Rosana e Assentamento Santa Clara. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/PR.Prudent.

Kuschick, Christa Liselote Berger. (1996). “Campos em confronto: jornalismo e movimentos sociais: As relações entre o movimento sem terra e a zero hora”. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo – Ciências da Comunicação.

Monteiro, Adalberto da Costa. (1996). O cooperativismo coletivizado no assentamento rural de Promissão-SP: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas – Engenharia Agrícola.

Pires, José Ariel (1996). Assentamentos de sem-terra em Guarapuava: Histórico e cotidiano. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Assis.

Ano/1995

Figueiredo, Sandra M. de Freitas. (1995). “Análise psicossocial da capacidade de mobilização e das condições internas do MST em termos de representações e identidades sociais”.

Dissertação de Mestrado em Psicologia (Psicologia Social), Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa.

Knijnik, Gelsa. (1995). Cultura, luta, educação, na luta pela terra. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Sousa, Baltazar Macaiba de. (1995). A emergência do Movimento dos Sem terra no RN: 1989/1994. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Ciências Sociais (Desenvolvimento Regional).

Ano/1994

Fernandes, Bernardo Mançano. (1994). Espacialização e Territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado em Geografia (Geografia Humana), Universidade de São Paulo. São Paulo-SP.

Souza, Helena Maria Reverbel. (1994). O Movimento dos sem-terras no Rio Grande do Sul – Trajetórias e Identidades. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ano/1993

Lechat, Noelle Marie Paule. (1993). A questão de gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): estudo de dois assentamentos no Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade estadual de Campinas. Campinas-SP.

Ano/1992

Cazella, Ademir Antonio. (1992). Assentamentos rurais e cooperação agrícola: políticas conflitantes. O caso do Assentamento 30 de Outubro –SC. Dissertação de mestrado, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Kleba, John Berhard. A cooperação agrícola em assentamentos de reforma agrária no estado de Santa Catarina (Estudo de caso de um grupo coletivo do Assentamento “Tracutinga” – Dionísio Cerqueira/SC. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC.

Torrens, João Carlos Sampaio. (1992). Alianças e conflitos na mediação política da luta pela terra no Paraná. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Dissertação de Mestrado, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Ano/1990

Martins, Monica Dias. Reforma agrária: sonho, sonhei, sonhamos, luta de classes e assentamentos em terras do Ceará. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará.

Ano/1989

Ruscheinsky, Aloísio. (1989). Terra e Política o Movimento dos Trabalhadores Sem terra no Oeste de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Ciências Sociais.

Zimmermann, Neusa de Castro. (1989). Depois da Terra, a conquista da cooperação. Um estudo do progresso organizativo num assentamento de reforma agrária no RS. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade de Brasília.

Ano/1988

Perin, Celestino. (1988). Movimentos Sociais no Campo: a luta dos assentados de Tupancireta. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria – Extensão Rural.

Stival, David. (1988). O processo educativo dos agricultores sem terra na trajetória da luta pela terra. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Tarello, Luiz Carlos. (1988). Da consciência dos direitos a identidade social: os sem terra de Sumaré. Dissertação de Mestrado em Psicologia (Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo-SP.

Ano/1987

Lisboa, Teresa Kleba. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do oeste catarinense um novo movimento social. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC.

